



Faculdade de Direito  
Universidade do Porto

Inês Margarida da Silva Marques

## **Especificidades de Género nas Necessidades Criminógenas**

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a Orientação de  
Professor Doutor Jorge Albino Quintas de Oliveira  
e Coorientação de Professora Doutora Emily J. Salisbury

2019

## **Resumo**

A presente investigação visa comparar as necessidades criminógenas entre o género feminino e masculino. Concretamente, pretendeu-se verificar se existiam, ou não, necessidades criminógenas responsivas ao género. Para além disso, procurou-se verificar as propriedades psicométricas do instrumento de avaliação das necessidades criminógenas, designadamente a sua fiabilidade e validade preditiva em relação às infrações disciplinares em contexto prisional. O instrumento utilizado, pela primeira vez em Portugal, foi o *Women's Risk/Needs Assessment*, desenvolvido pelo *National Institute of Corrections* (EUA) e pela Universidade de Cincinnati. Esta avaliação de risco, e necessidades, foi aplicada a uma amostra de 151 indivíduos em reclusão (83 mulheres e 68 homens), em dois Estabelecimentos Prisionais, com base numa entrevista aprofundada que permite uma análise das necessidades criminógenas neutras e responsivas ao género.

Os resultados do presente estudo mostram que as reclusas apresentam mais necessidades criminógenas no domínio de Emprego/Finanças, Histórico de Doença Mental, Depressão/Ansiedade, Abuso e Trauma, e *Stress Parental*. Estas necessidades foram consideradas como responsivas ao género, pela literatura científica. Pelo contrário, os reclusos têm mais necessidades nos domínios de Histórico Criminal, Pares Antissociais, Histórico de Abuso de Substâncias, Abuso de Substâncias Recentes e satisfação nas suas relações íntimas (escala relacionamento A). Relativamente às propriedades psicométricas do *WRNA*, verificou-se uma aceitável fiabilidade, mas num curto prazo a capacidade de predição de infrações disciplinares é globalmente reduzida. Os resultados são discutidos e analisados tendo subjacente a literatura empírica, e evidências respetivas, produzidas no âmbito do *WRNA* e das diferenças entre ofensores do género masculino e feminino. Por fim, são também levantadas algumas limitações à investigação e pistas para investigações futuras.

**Palavras-Chave:** Avaliação de Risco; Necessidades Criminógenas, Necessidades Neutras; Necessidades Responsivas ao Género; *Women's Risk/Need Assessment*.

## **Abstract**

The present study aims to compare the criminogenic needs between female and male gender. Specifically, it was intended to verify whether or not there were gender responsive criminal needs. In addition, we sought to verify the psychometric properties of the tool for assessing criminogenic needs, namely its reliability and predictive validity in relation to disciplinary infractions in prison context. The instrument used for the first time in Portugal was the *Women's Risk/Needs Assessment*, developed by the *National Institute of Corrections* (USA) and the University of Cincinnati. This risk and needs assessment was applied to 151 individuals imprisoned (83 women and 68 men) in two prisons, based on an in-depth interview that allows an analysis of criminogenic needs, neutral and gender responsive.

The results of the present study show that female inmates have more criminal needs in the field of Employment/Finance, History of Mental Illness, Depression/Anxiety, Abuse and Trauma, and Parental Stress. These needs have been considered gender responsive by the scientific literature. In contrast, male inmates have more needs in the domains of Criminal History, Antisocial Friends, Substance Abuse History, Recent Substance Abuse and satisfaction in your intimate relationships (relationship scale A).

Regarding the psychometric properties of the *WRNA*, there is acceptable reliability, but in the short term the ability to predict disciplinary offenses is overall reduced. Results are discussed and analyzed based on the empirical literature and related evidence produced within the *WRNA* and the differences between male and female offenders. Finally, limitations of the methodology applied are raised and suggestions for future investigations mentioned.

**Key-words:** Criminogenic Needs, Gender Responsive Needs, Neutral Needs, Risk assessment, *Women's risk/need assessment*.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, um agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Quintas, por toda a ajuda, e apoio, prestados ao longo destes anos. Agradeço a confiança e curiosidade neste projeto, o conhecimento e os conselhos dados com o objetivo de valorizar a investigação e aperfeiçoar o trabalho. Agradeço ainda o seu tempo e a disponibilidade que sempre demonstrou.

Em segundo lugar, um agradecimento à Professora Dra Emily Salisbury, sem a sua colaboração, ajuda e conhecimento acerca do instrumento *Women's Risk/Needs Assessment* não seria possível ter iniciado este projeto, creio eu que inovador, em Portugal.

Um agradecimento especial à minha amiga, e colega de mestrado, Mariana Prado e à Mestre Ana Guerreiro pelo auxílio prestado na tradução do instrumento.

A todos(as) os(as) profissionais dos Estabelecimentos Prisionais de Santa Cruz do Bispo Feminino e Masculino (Direção, Serviços Administrativos e Corpo de Guarda Prisional), por me acolherem e possibilitarem a recolha de dados. Em concreto, um enorme agradecimento pela disponibilidade à Dra. Olga Marques Araújo; ao Chefe Guimarães Cardoso e à Guarda Alexandra Costa pela ajuda, boa-disposição, palavras e incentivo das reclusas à participação; em especial, à Dra. Carlota Castro pela calorosa receção, preocupação, curiosidade, ajuda e a sua, sempre, palavra amiga.

Aos reclusos, e reclusas, que se mostraram disponíveis para participarem neste meu estudo, aceitando ser entrevistados e por me desejarem, quase sempre, o maior sucesso. Claramente, sem as suas respostas, a investigação não seria possível.

Aos amigos de curso e mestrado, pela partilha de experiências, companheirismo e entajuda, um obrigado à Mariana, Raquel, Cynthia e Iara. Aos amigos de sempre, um especial agradecimento à Carina, que não interessa o tempo que passa, a sua amizade e compreensão são regra.

À minha família, por não me deixarem duvidar se estava no caminho certo, por estarem presentes em qualquer momento e por me apoiarem nesta área da Criminologia. Ao meu primo Pedro, por me facilitar a impressão de todas as entrevistas e por acreditar no meu trabalho. Aos meus pais, a quem devo tudo, por se mostrarem sempre curiosos, tentarem

entender todos os passos da minha investigação e pela paciência. À minha irmã, porque lá no fundo, sei que acredita e tem orgulho em mim.

Ao Daniel, por toda a paciência, por fazer o maior esforço por me compreender, pelo amor infinito, por acreditar em mim e por viver todas estas experiências ao meu lado.

Por fim, à minha avó Rosa e ao meu Padrinho, porque gosto de pensar que iriam ter o maior orgulho em mim e por terem sido pilares tão grandes na minha educação.

## Índice

Resumo.....	II
Abstract .....	III
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico .....	5
1. Definição do Objeto de Estudo: Necessidades Criminógenas.....	5
2. Avaliação de Necessidades Criminógenas .....	7
2.1. <i>História da Avaliação de Necessidades Criminógenas</i> .....	7
3. As Avaliações das Necessidades Criminógenas.....	10
3.1. <i>“Women’s Risk Needs Assessment” e as suas Influências Teóricas</i> .....	13
3.2. <i>Desenvolvimento do Instrumento “Women’s Risk Need Assessment”</i> .....	18
3.3. <i>Necessidades Criminógenas Responsivas ao Género</i> .....	24
3.4. <i>Avaliações e Resultados do “Women’s Risk Need Assessment”</i> .....	36
Capítulo II – Estudo Empírico (Metodologia).....	46
1. Objetivos e Hipóteses.....	46
2. Material e Métodos.....	46
2.1. <i>Amostra</i> .....	46
2.2. <i>Procedimentos</i> .....	46
2.3. <i>Instrumentos e Variáveis do estudo</i> .....	49
2.4. <i>Processamento e Análise de dados</i> .....	53
Capítulo III – Estudo Empírico (Resultados).....	55
1. <i>Caraterização da Amostra</i> .....	55
1.1. <i>Variáveis Sociodemográficas</i> .....	55
1.2. <i>Variáveis de Situação Jurídico-Penal</i> .....	59
1.3. <i>Infrações Disciplinares</i> .....	61
2. <i>Avaliação do Risco/Necessidades Criminógenas</i> .....	63
2.1 <i>Avaliação por Domínio</i> .....	63
2.1.1 <i>Atitudes Antissociais</i> .....	63
2.1.2. <i>Histórico Criminal</i> .....	64
2.1.3. <i>Forças e Necessidades Educacionais</i> .....	66
2.1.4. <i>Necessidades de Emprego/Finanças</i> .....	67
2.1.5. <i>Pares Antissociais</i> .....	69
2.1.6. <i>Raiva/Hostilidade</i> .....	70

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

2.1.7	<i>Saúde Mental</i> .....	71
2.1.8	<i>Abuso/Trauma</i> .....	74
2.1.9.	<i>Abuso de Substâncias</i> .....	76
2.1.10.	<i>Relacionamentos</i> .....	78
2.1.11.	<i>Envolvimento Parental</i> .....	79
2.1.12.	<i>Suporte e Conflito na Família de Origem</i> .....	80
2.1.13.	<i>Escalas de Relacionamento</i> .....	81
2.1.14.	<i>Autoeficácia</i> .....	84
2.1.15.	<i>Stress Parental</i> .....	85
2.2	<i>Análise das Pontuações do Instrumento WRNA</i> .....	86
3.	<i>Análise da Fiabilidade</i> .....	88
4.	<i>Análise da Predição do Instrumento</i> .....	90
Capítulo IV – Discussão e Conclusão .....		93
Discussão.....		93
Conclusão .....		99
Limitações e Pistas Futuras .....		101
Bibliografia.....		103
Anexos.....		108

## Índice de Tabelas

Tabela 1: Idade .....	55
Tabela 2: Variáveis Sociodemográficas .....	56
Tabela 3: Filhos e Número de Filhos .....	58
Tabela 4: Doença Mental .....	59
Tabela 5: Ano de Entrada no Estabelecimento e Duração da Pena.....	59
Tabela 6: Caraterização da Situação Jurídico-Penal .....	60
Tabela 7: Infrações Disciplinares – Comparação entre os Géneros .....	62
Tabela 8: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Atitudes Antissociais ..	64
Tabela 9: Frequências dos ites do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Histórico Criminal .....	65
Tabela 10: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Género – Forças e Necessidades Educativas.....	66
Tabela 11: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Necessidades de Emprego/Finanças .....	68
Tabela 12: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Pares Antissociais .....	70
Tabela 13: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Raiva/Hostilidade .....	71
Tabela 14: Frequências dos itens <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Histórico de Doença Mental.....	72
Tabela 15: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Depressão/Ansiedade e Psicose.....	73
Tabela 16: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Abuso/Trauma .....	75
Tabela 17: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – <i>Stress</i> Pós-Traumático .....	75
Tabela 18: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Abuso histórico e recente .....	77
Tabela 19: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Estabilidade de Relacionamento.....	78
Tabela 20: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Envolvimento Parental .....	79
Tabela 21: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Suporte e Conflito na Família de Origem.....	81
Tabela 22: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Escala de Relacionamento A .....	83
Tabela 23: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Escala de Relacionamento B .....	83

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

Tabela 24: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Escala de Autoeficácia de Sherer.....	84
Tabela 25: Frequências dos itens do <i>WRNA</i> e Comparação entre os Géneros – Escala Parental.....	85
Tabela 26: <i>Scores</i> do Instrumento <i>WRNA</i> .....	87
Tabela 27: Análise de Fiabilidade entre os itens das escalas, do instrumento <i>WRNA</i> .....	88
Tabela 28: Análise da Predição do <i>WRNA</i> .....	91
Tabela 29: Análise de Predição (fatores responsivos ao género, fatores neutros e <i>Score</i> total do <i>WRNA</i> ) .....	92

## Introdução

---

A investigação na área de programas correcionais evoluiu muito além da Era Martinson (1974) de “*Nothing Works*”. Há boas evidências, tanto de estudos primários quanto de trabalhos meta-analíticos, de que os programas correcionais reduzem a reincidência, em média, 10%. Além disso, programas que aderiram a certos padrões demonstraram reduções na reincidência até cerca de 30% (Andrews, Zinger et al., 1990; Lösel, 1995, *cit in*, Gobeil, Blanchette & Stewart, 2016). Podemos afirmar tal através de trabalhos de Andrews e seus colegas (e.g. Andrews, Bonta & Hoge, 1990; Andrews, Zinger et al., 1990, *cit in*, Gobeil, Blanchette & Stewart, 2016).

Nos anos que se seguiram, um vasto número de estudos corroborou as descobertas de Andrews e colegas (e.g. Dowden & Andrews, 1999, 2000; Hanson, Bourgon, Helmus & Hodgson, 2009; Lowenkamp, Latessa & Smith, 2006, *cit in*, Gobeil, Blanchette & Stewart, 2016), e a evidência de que as intervenções correcionais reduzem a reincidência é agora incontestável. Embora este trabalho tenha sido enquadrado como “neutro em relação ao género”, quase toda a pesquisa de suporte centrou-se, exclusivamente, em criminosos do género masculino, ou não conseguiu desagregar os resultados por género (Gobeil, Blanchette & Stewart, 2016; Van Voorhis, 2012). Uma vez que este trabalho é considerado como “neutro ao género”, também as medidas aplicadas, ao género feminino e masculino, têm a mesma designação. Pouca foi a investigação dedicada à validação de medidas específicas, como de fatores específicos, para ofensoras, em vez disso, as medidas existentes são utilizadas com a suposição implícita de que os mesmos fatores de risco/necessidade são igualmente salientes para homens e mulheres (Aitken & Logan, 2004; Brennan, 1998; Hardyman, 2001; Hardyman & Van Voorhis, 2004, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006).

Nos últimos anos, as populações prisionais femininas, nos Estados Unidos, aumentaram muito rapidamente, quando comparadas com as populações masculinas (Bureau of Justice Statistics, 2005, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008), o que tornou relevante as práticas existentes de avaliação e classificação de mulheres ofensoras. O certo é que os ofensores do género feminino não são bem compreendidos, pelos investigadores, ou pela nossa sociedade mais ampla. É possível comprovar esta ideia pela pouca teoria, ou pesquisa empírica, que se concentrou, exclusivamente, nas mulheres ofensoras, o que faz com que as suas classificações sejam mais gerais, uma vez que constituem um pequeno número da população prisional (Braithwaite, Treadwell & Arriola, 2005; Campbell & Robinson, 1997;

Dowden & Andrews, 1999; Jiang & Winfree, 2006; Jurik, 1983; Mears, Ploeger & Warr, 1998; Shearer, 2003; Singer, Bussey, Song & Lunghofer, 1995, *cit in*, Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008).

A literatura demonstra que o número crescente de mulheres envolvidas com o Sistema de Justiça Criminal incluiu um aumento, significativo, na taxa de reclusão feminina. Embora se verifique que mais homens permaneçam nos estabelecimentos prisionais (Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008).

O aumento da taxa voltou as atenções para o género feminino dentro dos Estabelecimentos Prisionais, o que provocou o aumento de críticas às teorias criminológicas vigentes que abordavam este grupo de população ofensora. Criminólogos feministas (e.g. Blanchette & Brown, 2006) observaram que as teorias tradicionais, neutras ao género<sup>1</sup>, ignoravam as mulheres ou generalizavam as explicações para a ofensa dos géneros, sem qualquer apoio empírico. Criticaram também o pensamento clínico, fundamental para os programas de reabilitação na prisão, observando que essa abordagem conceitua, prontamente, muitos comportamentos e emoções como patológicos (Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008). Por exemplo, Pollack (2005, *cit in*, Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008) observou que as intervenções da terapia cognitivo-comportamental, muitas vezes vistas na programação prisional, foram aceites como efetivas, com base em pesquisas empíricas que utilizaram predominantemente homens ofensores.

Teóricos e investigadores feministas (Blanchette & Brown, 2006) observaram que as mulheres diferem dos homens quando iniciam, e/ou mantêm, o seu comportamento criminoso, olhando para os fatores sociais que contribuem para a ofensa das mulheres. O foco, cada vez mais específico nas mulheres ofensoras, é visto nos programas específicos ao género, que são projetados para atender às necessidades de reabilitação específicas das mulheres. Vários modelos teóricos foram desenvolvidos para abordar as disparidades e diferenças de género, e para incorporar aspetos da vida considerados mais relevantes para as mulheres. Tais modelos incluem elementos como autoestima, ambiente do programa, empoderamento e os estágios de mudança de Prochaska (Covington, 1998; Covington & Bloom, 2006; McClellan, Farabee & Crouch, 1997; O'Brien & Young, 2006, *cit in*, Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008).

---

<sup>1</sup> As teorias neutras ao género incluem perspetivas criminológicas gerais que explicitamente afirmam, ou implicitamente assumem, que a teoria se aplica a ambos os géneros. Embora a teoria neutra ao género aborde diretamente questões relativas às mulheres, o género não tem um significado central. Estas são, por exemplo, teorias de controlo, de aprendizagem social, teorias *life-course*, bem como as explicações evolucionárias e biológicas (Blanchette & Brown, 2006).

Historicamente, as avaliações de risco previam a probabilidade e reincidência de um ofensor, concentrando-se em medidas estáticas, como a ofensa atual e o histórico criminal. Por sua vez, as avaliações de necessidades guiaram as referências de programas e avaliaram questões como educação, emprego e saúde mental. Investigações posteriores descobriram que muitas dessas necessidades também eram fatores de risco importantes (Andres, Bonta & Hoge, 1990; Andrews et al., 1990, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Por conseguinte, as avaliações de risco de hoje combinam avaliação de risco com avaliação de necessidades para apresentar aos profissionais da área uma imagem completa do risco de reincidência de um ofensor, bem como das necessidades que contribuem para a previsão do risco. Instrumentos dinâmicos de risco/necessidades, como o *Northpointe COMPAS*, *LSI-R* são principalmente para avaliações de risco na comunidade, mas também demonstraram prever más condutas institucionais (e.g. Bonta, 1989; Bonta & Motiuk, 1987, 1990, 1992; Kroner & Mills, 2001; Motiuk, Motiuk & Bonta, 1992; Shields & Simourd, 1991, *cit in*, Van Voorhis et al., 2008-A). Sem dúvida que, as políticas correcionais atuais oferecem uma alta prioridade ao risco que os ofensores representam e as avaliações dinâmicas de risco/necessidades são particularmente relevantes para essas prioridades. Uma mudança de uma atenção programática relativamente pequena para estratégias de reabilitação, altamente específicas, deve ser feita com base em dados empíricos que abordam questões relativas a diferenças entre criminosos do género masculino e feminino.

Desta forma, é possível entender que até ao presente momento, a avaliação de risco e os sistemas de classificação para mulheres têm sido amplamente derivados de sistemas com uma base masculina. Como resultado, muitas das necessidades exclusivas das mulheres não são formalmente avaliadas, ou tratadas (Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, 2009). Investigações emergentes que defendem uma abordagem sensível ao género na supervisão e o tratamento de mulheres, ofensoras, sugerem que necessidades como abuso, saúde mental, abuso de substâncias, dificuldades de relacionamento, autoestima, autoeficácia e questões parentais são alvos importantes de tratamento. Embora essas necessidades possam ser altamente prevalentes entre as mulheres ofensoras, não foram adequadamente testadas para determinar as suas relações com futuras ofensas (Salisbury, Van Voorhis, Spiropoulos, 2009).

A estrutura deste trabalho compõe-se por quatro capítulos principais, dos quais emergem subcapítulos. O primeiro capítulo é intitulado de “Enquadramento Teórico”, onde será desenvolvido o estado de arte do objeto de estudo em questão: as necessidades criminógenas, a avaliação de necessidades criminógenas, a sua história e as avaliações com o género

feminino. Ainda neste capítulo, serão explicitadas as influências teóricas para o *Women's Risk/Need Assessment*, o desenvolvimento do mesmo instrumento, as necessidades criminógenas que são consideradas responsivas ao género e, num último ponto, são mencionados as avaliações e resultados desta avaliação de necessidades responsivas ao género feminino.

O segundo capítulo expõe o estudo empírico elaborado na presente dissertação, tendo como pontos principais, dar a conhecer os seus objetivos, hipóteses, a amostra, os procedimentos, a explicação do instrumento e suas variáveis e o processamento e análise de dados.

O terceiro capítulo concentra-se nos resultados do estudo empírico: caracterizando, em primeiro lugar, a amostra. Em segundo lugar, avaliando o risco/necessidades criminógenas e analisando as pontuações o instrumento *WRNA*. Seguidamente, explicita a análise de medidas psicométricas: fiabilidade e predição do instrumento.

Por fim, é apresentada a discussão dos resultados e evidências encontradas, conclusão, limitações e pistas para o futuro.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

---

### 1. Definição do Objeto de Estudo: Necessidades Criminógenas

O conceito de necessidades foi criado para ser a identificação de circunstâncias problemáticas. Conforme definido por Andrews & Bonta (2010, *cit in*, Hamilton, Campagna, Tollefsbol, Van Wormer, Barnoski, 2017), as necessidades são especificamente “*fatores de risco dinâmicos que podem mudar*”. São um subconjunto de risco de um ofensor; são fatores de risco dinâmicos que, quando alterados, estão associados a mudanças na probabilidade de reincidência. Ou seja, se os serviços de tratamento forem oferecidos com a intenção de reduzir a reincidência, as mudanças devem ocorrer em fatores de necessidades criminógenas (Hamilton et al., 2017).

Andrews & Bonta (1994, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006) referem o seguinte quanto às necessidades criminógenas: “*Muitos ofensores (...) têm uma variedade de necessidades. Eles precisam de um lugar para viver e trabalhar e/ou necessitam de não consumir drogas. Alguns têm pouca autoestima, crónicas dores de cabeça ou cavidades nos dentes. Estas são consideradas todas como “necessidades”. O princípio da necessidade chama a nossa atenção para a distinção entre necessidades criminógenas e não-criminógenas. Necessidades criminógenas são um conjunto do nível de risco de um ofensor. Eles são os atributos dinâmicos de um ofensor que, quando mudado, estão associados a mudanças na probabilidade de reincidência*”. Andrews e colegas (Andrews & Bonta, 2003; Andrews et al., 1990, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006) sugeriram que os atributos do ofensor, como o sofrimento psicológico, baixa autoestima ou saúde física precária, são necessidades não criminógenas por natureza. Embora um princípio de necessidade não denuncie necessariamente prestação de serviços para necessidades não-criminógenas, estabelece, claramente, que o foco e a prioridade da intervenção devem ser aquelas áreas que são criminógenas (e.g. abuso de substâncias) (Blanchette & Brown, 2006). De facto, é também necessário entender que as necessidades não-criminógenas são áreas nas quais os técnicos se podem sentir tentados a ter como foco de intervenção, considerando assim que a melhoria do sofrimento psicológico, de alguma forma, levará o ofensor a reduzir a sua ofensiva criminal. Contudo, a investigação empírica indica que a modificação destas áreas pouco faz para alterar o risco de reincidência. Wong e Hare (*in press*), argumentaram que o tratamento de necessidades não-criminógenas, sem um foco concomitante nas criminógenas, é um equívoco

e é potencialmente prejudicial. Por exemplo, construir autoestima sem alterar atitudes antissociais, pode simplesmente resultar num agressor que aprende a ser menos incomodado pelas suas atividades antissociais (Andrews, Guzzo, Raynor, Rowe, Rettinger, Brews, & Wormith, 2012).

Da investigação meta-analítica emergiram, e passaram a ter um profundo impacto dois princípios importantes – do Risco e das Necessidades. O princípio do Risco<sup>2</sup> (os fatores de risco são quaisquer características pessoais, ou situacionais, que aumentam a hipótese de atividade criminosa, estes podem ser dinâmicos ou estáticos) baseia-se em evidências que demonstram que os programas mais eficazes (aqueles que alcançaram as maiores reduções na reincidência) foram aqueles que direcionaram serviços, para aqueles indivíduos que estão em maior risco de reincidência (Andrews, Zinger et al., 1990; Bonta, Wallace-Capretta & Rooney, 2000; Lipsey, 1992; Lipsey & Wilson, 1998; Lowenkamp & Latessa, 2002, 2005; Lwenkamp, Latessa & Holsinger, 2006, *cit in*, Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, 2009). O princípio das Necessidades<sup>3</sup> ilustra que as reduções na reincidência só podem ser alcançadas através da segmentação de fatores de risco dinâmicos definidos como necessidades correlacionadas com infrações futuras (Andrews, Bonta & Hoge, 1990; Andrews, Zinger et al., 1990, *cit in*, Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, 2009). Estes dois princípios servem para uma melhor explicação de uma necessidade criminógena e de um fator de risco, no entanto, para além desses existe ainda o princípio da responsividade<sup>4</sup>, que se divide em (1) responsividade geral<sup>5</sup> e (2) responsividade específica<sup>6</sup> e o princípio de *override* profissional<sup>7</sup>.

O desenvolvimento do modelo de risco, necessidade e responsividade (Andrews & Bonta, 2006; McGuire, 2004; Andrews, Bonta & Hoge, 1990; Andrews & Bonta & Wormith, 2006,

---

<sup>2</sup> Este princípio sugere que: (1) com avaliação apropriada, o risco de reincidência pode ser previsto e (2) o nível de risco deve ser igual ao nível de serviço prestado (Blanchette & Brown, 2006).

<sup>3</sup> As necessidades são fortes indicadores de reincidência e, portanto, devem ser o foco principal da maioria dos programas correccionais (Andrews & Bonta, 2003, *cit in*, Salisbury, van Voorhis & Spiropoulos, 2009).

<sup>4</sup> Pressupõe que os serviços de tratamento devem ser entregues num estilo, e modo, que corresponda ao estilo de aprendizagem e à capacidade do ofensor.

<sup>5</sup> Afirma que para a maioria dos ofensores, a resposta ideal ao tratamento será alcançada quando as intervenções forem estruturadas de forma calorosa e empática, utilizando uma abordagem firme mas justa (Ogloff & Davis, 2004, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006).

<sup>6</sup> Aqui existe o reconhecimento da necessidade de combinar as características individuais (e.g. género, etnia, motivação para mudar, nível de alfabetização e inteligência) do terapeuta com as do cliente, a fim de maximizar as vantagens do tratamento (Blanchette & Brown, 2006).

<sup>7</sup> Depois de se ter considerado o risco, a necessidade e a capacidade de resposta numa avaliação, as decisões de classificação, em última análise, ficam com o avaliador profissional. Embora os princípios de risco, necessidade e responsividade forneçam uma base empírica para a avaliação do ofensor, “*mais tarde, ou mais cedo, haverá sempre um caso que não se encaixa na fórmula*” (Andrews & Bonta, 2003, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006). O que significa que, em raras ocasiões, a apreciação do avaliador profissional pode (e deve) anular todos estes princípios para tomar a decisão de classificação (Blanchette & Brown, 2006).

*cit in*, Rettinger & Andrews, 2010) teve como orientação a teoria de personalidade geral e aprendizagem cognitiva social (GPCSL). Este desenvolvimento forneceu uma estrutura para a avaliação e tratamento correcional de indivíduos (Gendrau, 1996, *cit in*, Rettinger & Andrews, 2010). A abordagem GPCSL fundamentou uma perspetiva neutra, em termos de género, para a compreensão da criminalidade. Esta postula que as definições e interpretações de eventos e subsequentes esforços de autorregulação são influenciadas pelos “*Big Four*”, quatro outros fatores de risco e necessidade completam os “*central eight*” na teoria do GPCSL (Rettinger & Andrews, 2010).

Os fatores de risco neutros, em termos de género, preveem a conduta de crime de mulheres e homens. Por outro lado, “funcionam” para mulheres, mas não para homens (feminino específico) ou predizem para homens e não para mulheres (masculino específico). Isto é, alguns fatores de risco neutros podem ser fortemente preditivos para com mulheres (saliência feminina), enquanto outros fatores neutros podem ser mais fortes na previsão de atividade criminosa dos homens (saliência masculina). As questões de diferenças no género também se aplicam a fatores dinâmicos, que por sua vez, são chamados de necessidades criminógenas no modelo *RNR*. A neutralidade, especificidade e importância aplica-se a considerações de diferenças de género na validade de avaliações de fatores de risco dinâmicos assim como acontece com fatores de risco mais estáticos (Andrews, Guzzo, Raynor, Rowe, Rettinger, Brews, & Wormith, 2012).

## **2. Avaliação de Necessidades Criminógenas**

### **2.1. História da Avaliação de Necessidades Criminógenas**

Desde que existem ofensores, sempre houve alguém a tentar entender o porquê de os indivíduos cometerem ofensas. O objetivo de responder a esta questão, complexa e variável, ajudaria na condução a uma maior capacidade de prever a probabilidade de infração e ajuda no controlo (ou pelo menos redução) da reincidência. O valor das teorias reside na sua capacidade de explicar fenómenos naturais – incluindo o comportamento humano e processos mentais (Braithwaite, 1995, *cit in*, Ogloff & Davis, 2004).

A avaliação é um pré-requisito necessário de qualquer esquema de classificação organizado. Neste sentido, a avaliação é o processo, enquanto a classificação é o resultado final. Este processo, envolve a definição e medição, enquanto a classificação se refere a

agrupamentos, ou *clusters*, que resultaram do processo de avaliação (Blanchette & Brown, 2006). A avaliação apropriada é fundamental para uma intervenção eficaz. É elementar garantir que as avaliações identifiquem com precisão as necessidades, de modo a que haja uma melhoria de vida e condições no quotidiano do ofensor, com o objetivo de reduzir o risco de reincidência (Caulfield, 2010).

É importante destacar a avaliação de risco como, sendo uma, prática correccional responsável, requisito para qualquer população ofensora. Além disso, é de ressaltar o facto de que a prática de “avaliação de risco” não incorpora apenas a consideração das necessidades de tratamento dos ofensores, mas também o potencial de incluir capacidades pessoais e fatores de proteção. Este tipo de avaliação pode, e deve, incluir uma avaliação das características pessoais que podem aumentar, ou diminuir, a capacidade do infrator se envolver de forma produtiva no tratamento correccional (Blanchette & Brown, 2006).

Historicamente, as avaliações de risco passaram por vários estádios conhecidos como gerações. A primeira geração de avaliação de risco envolveu a avaliação clínica não-estruturada. Este tipo de avaliação clínica mostrou ser imprecisa e os profissionais procuraram meios de avaliação mais aprimorados (Van Benschoten, 2008; Austin & McGinnis, 2004; Goldberg, 1970; Grove & Meehl, 1996; Meehl, 1986, 1959; Simourd, 2004, *cit in*, Bell, 2012), inicialmente, esta preocupação foi observada nos diagnósticos de doenças mentais. Várias metanálises encontraram avaliações objetivas, não-clínicas (atuariais) superiores ao julgamento clínico (Ægisdóttir et al., 2010; Grove, Zald, Lebow, Snitz & Nelson, 2000, *cit in*, Bell, 2012).

A segunda geração de avaliações de risco é teórica, empírica e estática. Talvez a avaliação de risco estático mais conhecida e amplamente utilizada seja o *Salient Factor Score* (SFS) (Hoffman & Beck, 1974, *cit in*, Bell, 2012). Outras avaliações de risco de segunda geração também foram encontradas como tendo validade preditiva, por exemplo, o HCR-20, projetado para prever o risco de violência, foi considerado preditivo de reincidência violenta e violência institucional (Belfrage & Strand, 2000; Strand, Belfrage, Fransson & Levander, 1999, *cit in*, Bell, 2012).

A investigação forneceu suporte para o poder preditivo das avaliações de risco de segunda geração. Mas então, porque é que os investigadores de Justiça Criminal procuraram uma avaliação de risco de terceira geração? Ora, se o objetivo de utilizar uma avaliação de risco for, estritamente, limitado à previsão de reincidência, então uma avaliação, deste género, de segunda geração, é uma ferramenta válida. No entanto, se um profissional desejar avaliar

áreas de risco que possam ser passíveis de tratamento e, portanto, reduzir o risco, uma avaliação de risco deste tipo é inadequada para a tarefa. Isto deve-se aos fatores que compõem uma avaliação de risco de segunda geração: fatores de risco estáticos (histórico criminal), que não são passíveis de mudança (Bell, 2012; Andrews, Bonta & Wormith, 2006).

Em resposta, as avaliações de risco de terceira geração incluem fatores de risco que podem ser alterados e, portanto, facilitam os esforços para reduzir a reincidência. Existem dois tipos de fatores de risco no campo da avaliação de risco: estático e dinâmico. Já foi referido, anteriormente que os fatores estáticos não mudam, por exemplo, um fator de risco bem conhecido e altamente previsível, incluído em todos os instrumentos de avaliação de risco, é o histórico de comportamento criminoso. Comportamento prévio é um excelente preditor de comportamento futuro, no entanto, este não pode ser alterado e, portanto, não fornece alteração na redução do risco. Atualmente existem várias avaliações de risco de terceira geração, uma das mais conhecidas é o *Level of Service Inventory* (LSI; Andrews & Bonta, 1995, *cit in*, Bell, 2012). O LSI inclui fatores de risco estáticos (história criminal, idade da primeira ofensa) e dinâmicos (atitudes antissociais, emprego, pares), fornecendo tanto uma avaliação de risco quanto uma meta de mudança para reduzir o risco.

A quarta (ou atual) geração avança a avaliação de riscos vinculando, principalmente, fatores de risco dinâmicos à gestão de casos. Ou seja, as metas de gestão de caso são derivadas dos scores do domínio de risco identificadas na avaliação de risco (Andrews & Bonta, 2006; Andrews, Bonta & Wormith, 2004, 2006, *cit in*, Bell, 2012). Nesta geração existe uma orientação, e supervisão, até ao término do caso, um dos principais objetivos é fortalecer a adesão aos princípios de tratamento eficaz e facilitar a supervisão clínica dedicada a aprimorar a proteção pública contra crimes reincidentes (Andrews, Bonta, Wormith, 2006). Alguns exemplos de avaliações de risco de quarta geração incluem o *Level of Service/Case Management Inventory* (LS/CMI; Andrews et al., 2012; Wormith, 2004, *cit in*, Bell, 2012), o *Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions* (COMPAS; Brennan, Dieterich & Oliver, 2004, *cit in*, Bell, 2012), o *Correctional Assessment and Intervention System* (CAIS; National Council on Crime & Delinquency, 2004, *cit in*, Bell, 2012) e o *Women's Risk/Needs Assessments* (WRNA; Van Voorhis, 2010; Van Voorhis et al., 2008; Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007; Bell, 2012).

Com exceção dos WRNAs, que foram projetados para mulheres, as avaliações de risco de género neutras, de quarta geração, preveem a reincidência de ambos os géneros (Brennan, Dieterich & Ehret, 2009; Heilbrun et al., 2008; Wormith, Olver & Stevensen, 2007; Brennan et

al., 2009; Heilbrun et al., 2008, *cit in*, Bell, 2012). Pesquisas sobre a validade preditiva do *WRNA*, com ofensoras, demonstraram que a adição de variáveis sensíveis ao género neste instrumento aumentou a validade preditiva de avaliações de risco neutras, quanto ao género (Van Voorhis, 2010; Van Voorhis, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2010; Van Voorhis et al., 2008; Wright et al., 2007).

### **3. As Avaliações das Necessidades Criminógenas**

Embora algumas investigações sobre medidas de avaliação incluam amostras de homens e mulheres, qualquer comparação feita entre os géneros permanece com base em medidas de risco e necessidade de orientação masculina (Caulfield, 2010).

Quotidianamente são aplicadas medidas “neutras ao género” na prática correcional, a ambos os géneros, e relativamente pouca investigação foi dedicada à sua validação, especificamente para mulheres ofensoras. Mais raro ainda é a pesquisa com foco no desenvolvimento de medidas de classificação, exclusivamente, para ofensores do género feminino. Em vez disso, as medidas existentes são utilizadas com a suposição implícita de que os mesmos fatores de classificação são igualmente relevantes para homens e mulheres (Hardyman & Van Voorhis, 2004; Aitken & Logan, 2004; Brennan, 1998; Hardyman, 2001; Hardyman & Van Voorhis, 2004, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006), como referido até aqui.

Avaliações com base nos princípios de tratamento, que, por sua vez, se tornaram conhecidos com o modelo canadense, evidenciaram que as necessidades criminógenas se demonstraram preditivas de futuros resultados relacionados com a ofensa (Andrews, Bonta & Hoge, 1990, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Entre esses fatores de risco examinados, pelas avaliações “neutras ao género”, estão os antecedentes criminais, bem como problemas relacionados com a educação, emprego, finanças, condições de vida, qualidade de vida familiar, atividades de lazer, pares antissociais, abuso de substâncias, saúde mental e pensamento criminal.

Vários estudos demonstraram que essas avaliações de risco são válidas para mulheres (Andrews, Dowden & Rettinger, 2001; Blanchette & Brown, 2006; Coulson, Ilacqua, Nutbrown, Giulekas & Cudjoe, 1996; Dowden & Andrews, 1999; Holsinger, Lowenkamp & Latessa, 2003; Simourd & Andrews, 1994; Smith, Cullen & Latessa, 2009, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Outros estudos produziram resultados conflitantes (Blanchette, 2005; Law, Sullivan & Goggin, *in press*; Olson, Alderden &

Lurigio, 2003; Reisig, Holtfreter & Morash, 2006; Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulis, 2009, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Por exemplo, as mulheres obtiveram uma menor pontuação do que os homens no histórico criminal (Heilbrun et al., 2008; Holsinger et al., 2003, Manchak et al., 2009; Mihailides et al., 2005; Raynor, 2007, *cit in*, Van Voorhis, 2012), atividades de lazer, pensamento criminal (Holsinger et al., 2003; Manchak et al., 2009, *cit in*, Van Voorhis, 2012), pares antissociais e abuso de substâncias (Holsinger et al., 2003, *cit in*, Van Voorhis, 2012).

A maioria dos instrumentos de avaliação utilizados, atualmente, foram originalmente desenvolvidos com amostras de ofensores do género masculino, só depois são implementados para o género feminino (e.g. Andrews, 1982; Andrews & Bonta, 1995; Hare, 2003; Solicitor General Canada, 1987, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006). Por serem aplicados a ambos os géneros, foram apelidados como “neutros ao género”. No entanto, enquanto a denominação “neutro ao género” implica imparcialidade, o padrão normativo é masculino (Brennan, 1998, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006).

Ao rever o primeiro corpo de literatura que emergiu especificamente para a classificação de agressores do género feminino (final da década de 1970), Shaw & Hannah-Moffat (2000, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006) observaram que “*consistentemente concluíram que na maioria dos países as pequenas populações de mulheres eram classificada utilizando (...) sistemas desenvolvidos para homens*”. Vários académicos (Bloom, Owen & Covington, 2003; Chesney-Lind, 1997; Morash, Bynum & Koons, 1998, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010), juntamente com uma investigação nacional de diretores de classificação correcional estadual (Van Voorhis & Presser, 2001, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010), criticaram a classificação que várias prisões fazem por: (a) classificar erradamente as mulheres, por exemplo, avaliando-as num nível acima do seu e (b) ignorar os fatores de risco e as necessidades mais relevantes para o género feminino.

Embora a lista de fatores de risco e necessidade possa parecer abrangente, investigadores responsivos ao género observam a ausência de escalas de avaliação relativas a relacionamentos, depressão, problemas parentais, autoestima, autoeficácia, trauma e vitimação (Blanchette, 2004; Blanchette & Brown, 2006; Bloom et al., 2003; Brennan, 1998; Brennan & Austin, 1997; Farr, 2000; Hardyman & Van Voorhis, 2004; Reising et al., 2006; Van Voorhis & Presser, 2001, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). O facto de as avaliações de risco/necessidades neutras quanto ao género servirem como um guia

para as recomendações de programas amplamente aceites e apoiados empiricamente, é preocupante.

Independentemente de várias avaliações serem válidas, não está claro se elas seriam as mesmas se a pesquisa se tivesse iniciado com o género feminino, em vez do género masculino. Os estudiosos sugerem que os fatores que respondem ao género ou (a) não são tipicamente vistos entre os homens, (b) são tipicamente vistos entre os homens, mas ocorrem em maior frequência entre as mulheres, ou (c) ocorrem em igual frequência entre homens e mulheres, mas afetam as mulheres de formas singularmente pessoais e sociais que devem ser refletidas nas avaliações correcionais atuais (e.g. Chesney-Lind & Shelden, 2004; Farr, 2000; Funk, 1999; Gavazzi, Yarcheck & Chesney-Lind, 2006; Holsinger, 2000; Holtfreter & Morash, 2003; Reisig et al., 2006; Salisbury & Van Voorhis, 2009, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010).

Esta avaliação de risco é inadequada para as mulheres, como sugerem alguns investigadores (Bloom, 2000; Hannah-Moffat, 1997, 1999, 2000; McMahon, 2000; Shaw & Hannah-Moffat, 2000, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006), mais especificamente foi argumentado que, quando os instrumentos de avaliação, baseados nos homens, são utilizados para mulheres, as classificações não são compatíveis com o risco de ofensores femininos. Assim, é de grande importância enfatizar a consideração pelo contexto de vida das mulheres e os seus “caminhos” no sistema de justiça criminal. Por exemplo, as evidências sugerem que os indivíduos, do género feminino, são consideravelmente menos violentos do que os homens e que as circunstâncias em que agem violentamente diferem. A violência das mulheres tende a ser direcionada a um membro da família, ou parceiro íntimo. Desta forma, um sistema de avaliação que foi projetado para homens, pode não medir com precisão o risco feminino de violência (Brennan, 1998; Hardyman & Van Voorhis, 2004; Harer & Langan, 2001; Van Voorhis & Presser, 2001, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006).

Quando as necessidades criminógenas de uma mulher são abordadas com um tratamento adequado, o risco tende a diminuir (Blanchette & Brown, 2006). Esta recente mudança, que envolve este foco, em necessidades específicas de reabilitação para mulheres, é denominada “sensível ao género” ou “específica, responsiva ao género” (Bloom, Owen & Covington, 2000; General Accounting Office, 1999, *cit in*, Heilbrun, Dematteo, Fretz, Erickson, Yasuhara & Anumba, 2008).

Segundo Bloom et al. (2003, *cit in*, Heilbrun et al., 2008), o *National Institute of Corrections* coordenou um estudo de 3 anos para avaliar o tratamento e os programas de

mulheres ofensoras. O estudo reviu a pesquisa existente e resumiu as diferenças de género em domínios que incluem caminhos para o envolvimento com o sistema legal, ofensas e circunstâncias ofensivas. As diferenças de género observadas foram então avaliadas quanto ao seu potencial impacto sobre as necessidades (Berman, 2005; Bloom et al., 2003; Van Voorhis, 2005, *cit in*, Heilbrun, et al., 2008). Os resultados sugeriram que as mulheres têm necessidades distintas na saúde mental, consumo de drogas, família, educação e vocação, e que estas devem ser abordadas durante o tempo de prisão por meio de serviços sensíveis ao género. Bloom et al. (2003, *cit in*, Heilbrun, et al., 2008) ofereceu instruções para estabelecimentos prisionais e agências de correção na implementação de tais programas específicos ao género.

É também de grande importância explicar, pois existem sempre bases teóricas, que desde a publicação de “*The Female Offender*” (1895, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006), de Lombroso e Ferrero, estudiosos de várias disciplinas propuseram diversas explicações teóricas sobre a ofensa feminina. Essas perspectivas convergiram e desviaram-se de vários fatores-chave, incluindo suposições básicas, questões colocadas, o nível de explicação fornecido (e.g. explicações proximais vs. distais) e o mais importante, as variáveis que assumiram significância central e causal. Uma questão pertinente nesse corpo de literatura é se as perspectivas teóricas “neutras ao género” fornecem explicações suficientes sobre a ofensa feminina, ou se teorias específicas de mulheres são necessárias.

Neste momento, o importante é explorar o que se sabe, empírica e teoricamente, sobre as diferenças entre os homens e mulheres reclusos, que poderiam dar a entender melhor as suas necessidades e a informar a implementação de serviços específicos ao género.

### 3.1. “*Women’s Risk Needs Assessment*” e as suas Influências Teóricas

Primeiramente, é impossível não relembrar que o modelo *RNR* é um modelo importante nesta área, uma vez que este considera o comportamento criminoso como o resultado de uma interação entre determinados fatores situacionais e pessoais (necessidades criminógenas) que aumentam a probabilidade (risco) de um crime. Na aplicação do *RNR*, as avaliações de fatores de risco/necessidades ajudam a identificar os melhores candidatos para níveis mais altos de supervisão (casos de maior risco), para a participação em programas de tratamento correccional (ou seja, casos de risco moderado e alto) e os alvos intermediários adequados à mudança para casos específicos (ou seja, fatores de risco/necessidades criminógenas) (Andrews & Bonta,

2010; Andrews & Dowden, 2007; Lipsey, 2009; Lowenkamp, Latessa & Smith, 2006; McGuire, 2004, *cit in*, Andrews et al., 2012). A este modelo estão associados os *central eight*<sup>8</sup>.

Seguidamente, foi possível observar uma série de estudos qualitativos iniciais, com base na criminologia feminista, produziu narrativas biográficas convincentes de mulheres ofensoras e identificou muitos riscos e necessidades psicossociais que caracterizam os “caminhos” do género feminino para o crime. Esses fatores pareciam ser substancialmente diferentes daqueles da investigação predominante sobre criminosos do género masculino (e.g. Belknap, 2007; Chesney-Lind & Shelden, 2004; Daly, 1992; Giordano, Deines & Cernkovich, 2006; Owen, 1998; Richie, 1996, *cit in*, Brennan, Breitenbach, Dieterich, Salisbury & Van Voorhis, 2012). No entanto, essas narrativas também incorporaram alguns fatores tradicionais neutros ao género, como pares delinquentes e falta de controlo social informal.

As narrativas biográficas produziram vários caminhos tipificados para o crime. Um caminho de vitimação, na infância, ligava o abuso infantil grave a um padrão comum de doença mental, depressão ou ansiedade e abuso de substâncias (Covington, 1998; Daly, 1992, *cit in*, Brennan et al. 2012). Um caminho extremo de marginalização identificou um padrão de pobreza, privação de habitação, problemas educacionais e vocacionais e chamou a atenção para a intersecção de género, raça e classe entre certas mulheres ofensoras (Bloom et al., 2003; Richie, 1996, *cit in*, Brennan et al., 2012). Uma via relacional identificou uma combinação de relações íntimas disfuncionais que, ao longo do tempo, pareciam erodir a autoeficácia e estavam ligadas à vitimação de adultos, depressão e ansiedade, e abuso de substâncias (Covington, 1998; Gilligan, 1982, *cit in*, Brennan et al., 2012). É claro que “caminhos” neste contexto não foram estabelecidos através de investigação longitudinal, mas sim através de estudos de caso e em narrativas de profundidade que explicaram o contexto temporal e a sequência de eventos dos fatores-chave identificados (Brennan et al., 2012).

O modelo qualitativo, influente, de Kathleen Daly (1992, *cit in*, Brennan et al., 2012) identificou cinco caminhos únicos, com base na sua análise completa de registos judiciais de 40 mulheres ofensoras:

- Caminho da mulher “de rua” – São, principalmente, mulheres que fugiram a lares abusivos para sobreviver. Muitas destas mulheres, ou raparigas, fogem de abusos e violência, entram assim na vida de rua e, frequentemente, participam em crimes como tráfico de drogas,

---

<sup>8</sup> *Big Four* – Histórico de comportamento criminoso, padrão de personalidade antissocial, atitudes antissociais, valores, crenças, estados cognitivos-emocionais e pares antissociais. E *Modest Four*, que inclui três grandes configurações de interação humana, incluindo a relação familiar/conjugal, a escola/trabalho e lazer/recreação.

prostituição ou roubo, o que contribui para extensos históricos criminais (Salisbury & Van Voorhis, 2009; Brennan et al., 2012; Bell, 2012). Para muitas mulheres neste caminho, o abuso que sofreram durante a infância, continuou na idade adulta em relacionamentos disfuncionais (Bell, 2012);

- Caminho da mulher dependente de drogas – Envolve um padrão de consumo e tráfico de drogas, muitas vezes juntamente com parceiros íntimos ou membros de família (Brennan, et al., 2012; Salisbury & Van Voorhis, 2009);

- Caminho da mulher “prejudicada ou prejudicial” (“*harmed and harming*”) – Corresponde a mulheres que estão a sofrer, ou tenham sofrido em crianças, abuso ou negligência, extremos físicos e sexuais, seguidos por problemas escolares e de delinquência, apresentando assim um comportamento hostil, retraído e criminalidade adulta crónica (Brennan, et al., 2012; Salisbury & Van Voorhis, 2009; Bell, 2012). Na idade adulta, poderá seguir-se o consumo de substâncias e problemas de saúde mental;

- Caminho da mulher “espancada” (“*battered*”) – Descreve vítimas de abusos na infância, que continuaram até à idade adulta. Reflete, centralmente, a extrema vitimação de parceiros violentos, o que leva a comportamentos criminosos que eram vistos como improváveis à parte dessa relação (Brennan, et al., 2012);

- “Outras” Mulheres – Seguiram em parte um caminho económico, muitas vezes envolvendo fraude, roubo e peculato, com motivos como “desejo de mais dinheiro”, sobrevivência, ganância ou ganho económico (Brennan, et al., 2012).

Daly (1992, *cit in*, Salisbury & Van Voorhis, 2009) reconheceu que, embora uma quantidade significativa de abuso e trauma seja encontrada na vida das mulheres ofensoras, nem todas as mulheres do sistema foram abusadas. Da mesma forma, nem todas as raparigas que vivenciam situações domésticas abusivas, e traumáticas, se envolvem em comportamentos criminosos. Alguns académicos não foram rápidos em considerar o abuso como um fator de risco para futuras ofensas, ou para desenvolver programas para lidar com o abuso. O apoio empírico para isso, no entanto, parece estar a emergir (Siegel & Williams, 2003; Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008; Widom, 1989, *cit in*, Salisbury & Van Voorhis, 2009).

O contexto de abuso e vitimação desempenha um papel primordial no argumento dos caminhos, alegando que o abuso infantil é mais relevante para o comportamento ofensivo feminino do que o comportamento ofensivo masculino. Outras evidências para apoiar uma perspetiva de caminho de género vieram de estudiosos de criminologia que não procuraram,

necessariamente, testar explicitamente um modelo de caminhos (Salisbury & Van Voorhis, 2009). Por exemplo, McClellan, Farabee & Crouch (1997, *cit in*, Salisbury & Van Voorhis, 2009) investigaram tanto homens, como mulheres, relativamente a diferenças na vitimação de crianças e adultos, abuso de substâncias e depressão. Encontraram vários resultados que ilustraram as diferenças nos caminhos das mulheres para o crime em comparação com os caminhos dos homens, incluindo taxas mais altas de (a) vitimação de crianças e adultos, (b) depressão e (c) consumo geral de drogas ilícitas. Além disso, a depressão das mulheres estava significativamente mais relacionada com a vitimação na infância do que a dos homens (ou seja,  $r=0.30$  vs.  $r=0.18$ ).

A investigação de caminhos (*pathways*) de género focou-se nas histórias de vida de raparigas e mulheres, a fim de compreender as ligações entre as experiências de crianças, adultos e seus comportamentos ofensivos (Belknap, 2007, *cit in*, Salisbury & Van Voorhis, 2009). A perspetiva dos caminhos reconhece várias realidades biológicas, psicológicas e sociais que são exclusivamente da experiência feminina e sintetiza esses fatores-chave em importantes trajetórias teóricas que descrevem as populações de ofensores do género feminino.

Os vários caminhos encontrados por Daly, na sua pesquisa, levaram a uma investigação mais profunda de um número de diferentes variáveis sensíveis ao género. Suporte familiar, abuso infantil, abuso na idade adulta, segurança na habitação, disfunção de relacionamento, saúde mental e raiva são vistos nos crimes das mulheres ofensoras, por sua vez abuso na infância, apoio familiar e raiva são claramente demonstrados nos caminhos dos homens nesta amostra de Daly (1994, *cit in*, Bell, 2012).

A investigação sobre os caminhos não é a única fonte de apoio para a investigação das variáveis que respondem ao género com agressores do género masculino e feminino na comunidade. Evidências adicionais emergem da pesquisa embutida nas ciências sociais (Bell, 2012).

Nas últimas três décadas, houve um reconhecimento e conhecimento, das diferenças entre homens e mulheres, sendo uma dessas diferenças a maneira pela qual os homens e mulheres se desenvolvem psicologicamente (Covington, 1998). Falemos então sobre a Teoria Relacional, Miller (1986, *cit in*, Covington, 1998) levou um grupo de investigadores e profissionais a avaliar a importância das diferenças de género na compreensão do desenvolvimento psicológico das mulheres. A suposição básica é que “conexão” é uma necessidade humana básica, e que essa necessidade é especialmente forte em mulheres

(Jordan et al., 1991, *cit in*, Covington, 1998). Todos os indivíduos precisam da conexão com os outros e da diferenciação das outras pessoas, mas as mulheres estão mais sintonizadas com a conexão, enquanto os homens estão mais sintonizados com a diferenciação. “Uma conexão” no modelo relacional é *“uma interação que engendra uma sensação de estar em sintonia com o self e os outros, de ser compreendido e valorizado”* (Bylighton, 1997, *cit in*, Covington, 1998). Conexões verdadeiras são mútuas, empáticas, criativas, libertadoras de energia e fortalecedoras para todos os participantes (Miller, *cit in*, Covington, 1998). Tais conexões são tão cruciais para as mulheres, que os seus problemas psicológicos podem ser atribuídos a desconexões ou violações dentro dos relacionamentos – seja em famílias, com conhecidos ou na sociedade como um todo.

O modelo relacional afirma o poder da conexão e a dor da desconexão para as mulheres. Como resultado, a abordagem requer uma mudança de paradigma que levou a uma reformulação dos principais conceitos no desenvolvimento psicológico. Belknap et al. (1997, *cit in*, Covington, 1998) escreveram: *“ao avaliar programas específicos ao género, é importante reconhecer que igualdade não significa “igualdade”. Igualdade não é fornecer os mesmos programas, tratamento e oportunidades para rapazes e raparigas (...) Igualdade é fornecer oportunidades que significam o mesmo para cada género. Esta nova definição legítima as diferenças entre rapazes e raparigas. Programas para rapazes são mais bem-sucedidos quando se concentram em regras e oferecem formas de avançar dentro de um ambiente estruturado, enquanto programas para raparigas são mais bem-sucedidos quando se concentram em relacionamentos com outras pessoas e oferecem formas de dominar as suas vidas enquanto mantêm essas relações intactas”*. Portanto, mulheres ofensoras devem receber oportunidades, programas e serviços equivalentes, mas não idênticos, àqueles disponíveis aos ofensores do género masculino (Bloom, Owen & Covington, 2003, *cit in*, Covington, 1998).

É também de grande interesse considerar como as experiências de vida das mulheres podem afetar o seu funcionamento no sistema de justiça criminal. Isto é uma outra razão pela qual é necessário entender a teoria relacional, para evitar a recriação de ambientes que causaram problemas anteriormente (Covington, 1998).

### 3.2. Desenvolvimento do Instrumento “Women’s Risk Need Assessment”

Uma literatura emergente sobre programas “sensíveis ao género” (e.g. Bloom, Owen & Covington, 2003, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008) desafia as avaliações mais comuns por não atenderem às necessidades de saúde mental, parentalidade, pobreza, relacionamentos, autoestima, autoeficácia, abuso e trauma, segurança pessoal e trauma, e abuso de substâncias (Belknap & Holsinger, 2006; Blanchette, 2004; Blanchette & Brown, 2006; Brennan, 1998; Brennan & Austin, 1997; Farr, 2000; Reisig, Holtfreter & Morash, 2006, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008).

Com o objetivo de melhorar esta situação, o *National Institute of Corrections* (NIC), nos EUA, e a Universidade de Cincinnati (UC) iniciaram um projeto conjunto, em 1999, com quatro jurisdições – Colorado, Maui, Missouri e Minnesota – para desenvolver e validar novas avaliações de risco/necessidades especificamente para mulheres ofensoras (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008). Esta iniciativa foi fundada na ideia de que ofensores do género feminino “parecem” diferentes dos ofensores do género masculino, em termos das suas ofensas, características de fundo e necessidades sensíveis ao género. Isto é, as mulheres ofensoras são economicamente, e socialmente, marginalizadas, menos violentas do que os homens e mais propensas a sofrer vitimação (na infância e na idade adulta), consumir abusivamente substâncias e serem diagnosticadas com doenças mentais (Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman, 2012). A investigação, deste projeto, foi construída a partir de duas perspetivas sobre a reabilitação de criminosos:

- a) O trabalho canadense de Donald Andrews, Paul Gendreau, James Bonta e outros que enfatizaram a importância de avaliar e tratar os fatores de risco dinâmicos (e.g. Andrews & Bonta, 2003; Gendreau, Little & Goggin, 1996, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008);
- b) A investigação feita por criminólogas feministas (e.g. Joanne Belknap, Kathleen Daly, Meda Chesney-Lind, Barbara Bloom, Barbara Owen e Stephanie Covington) enfatizou a importância dos “caminhos” únicos da mulher para o crime (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008).

Ambas as perspetivas são relevantes para a importância da avaliação, e programas, de fatores de risco dinâmicos. A ligação entre estes dois paradigmas é, em grande parte, feita por meio do princípio das necessidades, uma das principais diretrizes de intervenções efetivas, e reconhece que o tratamento de necessidades que prevejam ofensas futuras é essencial para a

reabilitação dos ofensores. No entanto, o modelo responsivo/de caminhos de género mantém que as necessidades exclusivas das mulheres não são adequadamente aproveitadas pela geração atual de avaliações de risco/necessidades (e.g. Salisbury & Van Voorhis, 2009, *cit in*, Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009). Em resposta, os WRNAs identificaram tais necessidades como: (i) Trauma e Abuso, (ii) Relacionamentos não saudáveis, (iii) Stress parental, (iv) Depressão, (v) Segurança e (vi) Qualidades pessoais (Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009).

Com este estudo piloto, no Departamento de Correções do Colorado, que continuou com três projetos maiores em Maui, Minnesota e Missouri, foram desenvolvidos, e construídos, dois tipos de avaliações – ambos têm uma versão institucional, de medidas comunitárias e liberdade condicional:

- O primeiro, atualmente chamado de “*Trailer*” (WRNA-T), destina-se a complementar as avaliações dinâmicas existentes de risco/necessidade, como o *Level of Service Inventory-Revised* (LSI-R; Andrews & Bonta, 1995, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008) e o *Northpointe Correctional Offender Management Profiling of Alternative Sanctions* (COMPAS; Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2007).

- A segunda é uma avaliação que pode ser utilizada por si só, uma avaliação de risco/necessidade “autónoma” - WRNA<sup>9</sup>. O instrumento em questão foi inicialmente construído como adjunto a avaliações de risco como o LSI-R (Andrews & Bonta, 1995, *cit in*, Salisbury, Boppre & Kelly, 2016), LS/CMI (Andrews et al., 2008, *cit in*, Salisbury, Boppre & Kelly, 2016) e COMPAS (Brennan, Dieterich & Oliver, 2006, *cit in*, Salisbury, Boppre & Kelly, 2016), no entanto, com esta versão autónoma, criada “a partir do zero” a possibilidade de fazer uma avaliação das necessidades criminógenas completa a mulheres ofensoras seria mais promissora.

Extensas pesquisas bibliográficas e *focus groups* (com administradores correcionais, profissionais de tratamento e mulheres ofensoras) foram fontes de informação para ambas as avaliações. Os dois instrumentos contêm uma entrevista e um inquérito de autorrelato. O instrumento completo, e muitas das questões contidas no *Trailer*, foram desenvolvidas por membros do *Women’s Issues Committee of the Missouri Department of Corrections*, em colaboração com os investigadores da Universidade de Cincinnati (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008). A entrevista foi criada com o intuito de avaliar tanto as necessidades tradicionais, comuns à maioria dos instrumentos neutros, bem como as sensíveis

---

<sup>9</sup> Ver Anexo 1

ao género. As questões foram formuladas por profissionais, e administradores, incluindo terapeutas de abuso de estupefacientes e psicólogos. Embora os itens neutros ao género tenham explorado domínios observados em muitas das muitas avaliações dinâmicas de risco/necessidades, os autores passaram momentos consideráveis a discutir como é que os itens poderiam ser mais relevantes para o género feminino. O inquérito de autorrelato, na sua pesquisa destinava-se a complementar a entrevista com o objetivo de dar atenção a necessidades adicionais relacionados com o género e, assim, testar diferentes métodos de avaliação para determinar o modo ideal para obter os domínios-chave.

As mudanças legislativas, e oportunidades fiscais, levaram ao estudo das áreas de necessidade de mulheres ofensoras no Missouri. Subsídios do *National Institute of Justice* foram recebidos pelo Estado para melhorar os programas para ofensores. Em conjunto, a legislatura do Estado do Missouri, em 2001, estabeleceu um mandato para criar um programa de ofensores femininos para “*garantir que as mulheres ofensoras recebam um continuum de estratégias de supervisão, e serviços, refletindo as melhores práticas para mulheres reclusas, em medidas de comunidade ou em liberdade condicional em áreas que incluem, mas não são limitadas, a classificação, processos de diagnósticos, instalações, assistência médica e mental, guarda de crianças e as suas visitas*” (Missouri Senate Bill, 200, 2001, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A).

As avaliações foram projetadas com vários recursos em mente. Primeiro, as equipas de desenvolvimento, e os *focus groups*, recomendaram modelos que facilitariam avaliações aperfeiçoadas, proporcionando similaridade entre diferentes configurações correcionais (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008). Noutras palavras, esperava-se que as avaliações fossem válidas, e aplicáveis, em diferentes configurações correcionais (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2007). Em segundo lugar, os instrumentos foram projetados para serem utilizados em agências que investem em programas sensíveis ao género. Seguidamente, os itens foram medidos por meio de critérios comportamentais, exigindo, portanto, poucos julgamentos subjetivos por parte dos profissionais, ou respondentes. Por exemplo, itens numa escala de abuso não questionam se os ofensores foram abusados, mas se eles foram submetidos a estalos, humilhações, ameaças e outros atos. Finalmente, até mesmo questões que são comuns a muitas avaliações de necessidade atuais (e.g. habitação ou acomodações, doença mental, circunstâncias financeiras, apoio familiar, etc.) são contextualizadas em termos sensíveis ao género. Assim, a habitação não se limita a questões pertinentes sobre a falta de habitação e influências antissociais, mas também se

estende a questões de segurança e violência dentro de casa. A doença mental aborda questões pertinentes à depressão e ansiedade, e um domínio familiar é expandido para incluir questões de apoio emocional e financeiro, outros para relacionamentos íntimos. Atitudes, ou questões, cognitivas incluem autoeficácia, bem como pensamento antissocial. Os instrumentos referem ainda as forças – autoeficácia, autoestima, apoio de outras pessoas e realizações educacionais (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2007, 2008).

As escalas, e as avaliações, finais foram testadas entre três amostras prisionais (Colorado, Minnesota e Missouri), três amostras de medidas da comunidade (Maui, Minnesota e Missouri) e duas amostras de Liberdade Condicional (Colorado e Missouri). Os estudos envolveram três tarefas principais de investigação:

1. As questões de entrevista, e pesquisa, foram submetidas à análise de construção de escala padrão. A estrutura das escalas e as propriedades psicométricas resultantes foram notavelmente similares entre os locais.
2. As escalas resultantes foram correlacionadas com medidas de resultados apropriadas (má conduta para detidos e novas infrações para participantes com base na comunidade) para sugerir a sua importância como fatores de risco.
3. As escalas encontradas como significativas num sentido preditivo foram somadas para formar scores cumulativos de risco e submetidas a testes de validade e força preditiva dos instrumentos de avaliação final (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008).

Em todos os quatro locais do projeto, as mulheres foram avaliadas em relação a fatores de risco, necessidades neutras ao género e necessidades sensíveis ao género. De acordo com os objetivos pesquisa do NIC, os esforços de investigação até ao momento avaliaram se os fatores responsivos ao género são fatores de risco para conduta imprópria institucional e reincidência comunitária, bem como se esses fatores melhoram a avaliação das mulheres quando são considerados em ferramentas de avaliação de classificação (Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, 2009; Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008; Van Voorhis et al., 2010; Wright et al., 2007, *cit in*, Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman, 2012).

Com o padrão de fatores de risco a diferir, um pouco, entre as configurações correcionais, não foi possível construir um único instrumento independente, ou um *Trailer*, que fosse idêntico entre os ajustes correcionais. Contudo, as estruturas de todos os instrumentos foram semelhantes entre os cenários. Basicamente, a escala de risco é uma soma de todos os fatores

de risco considerados preditivos para esse cenário, menos os pontos fortes que foram encontrados para serem associados com os resultados (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008). Os WRNAs são produtos de um esforço de pesquisa, e desenvolvimento, ambicioso e de vários anos. A pesquisa de validação de construção do WRNA constatou que as avaliações das necessidades adicionais fizeram contribuições estatisticamente significativas para as avaliações neutras ao género (Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, in press, *cit in*, Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009).

É de grande interesse destacar que:

(i) Muitos dos fatores responsivos ao género foram preditivos de resultados relacionados com o crime para as mulheres. Em contextos institucionais, estes incluíram abuso infantil, autoeficácia, perda de poder pessoal nos relacionamentos, apoio no relacionamento, apoio familiar, conflito familiar, depressão e outros sintomas de doença mental. Noutros contextos comunitários, muitos dos mesmos fatores estavam relacionados com futuras infrações (e.g. autoeficácia, depressão e outras formas de doença mental). Outros fatores emergiram em ambientes comunitários que não eram tão perceptíveis nos ambientes institucionais, como *stress* parental, habitação segura e vitimação na idade adulta.

(ii) Preditores tradicionais de comportamento criminoso (semelhantes aos tipicamente observados nos homens) também foram encontrados para prever tanto os maus comportamentos, como a reincidência. As atitudes criminosas, no entanto, não eram tão altamente associadas a medidas de resultados quanto se esperaria, com base nas pesquisas com homens. Apesar disso, o abuso de substâncias, pares antissociais e história criminal foram observados como preditivos na maioria dos ambientes, e índices educacionais, de emprego e financeiros eram fatores de risco especialmente importantes entre aqueles, tipicamente, vistos na atual geração de avaliações dinâmicas de risco/necessidade (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2007; Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008). Com base nestas constatações, seria relutante em defender que as instituições correcionais dão mais prioridade ao tratamento dos “*Big Four*” (Andrews & Bonta, 2003, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008) do que aos fatores de risco mencionados acima.

(iii) Pontos fortes como a autoestima, autoeficácia, apoio familiar e de relacionamento, e forças educacionais foram importantes. As descobertas oferecem algum suporte a abordagens baseadas na força (Sorbelli, Eccleston, Ward & Jones, 2002; Van Wormer, 2001, *cit in*, Van

Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008), especialmente se não ofuscarem totalmente a importância dos fatores de risco.

Evidências encontradas por Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman (2009), demonstraram um pequeno afastamento da investigação correcional predominante, que defende que a maior atenção deve ser dedicada ao tratamento dos “*Big Four*” (Andrews & Bonta, 2007, *cit in*, Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman, 2009). Uma das descobertas mais óbvias e consistentes nos estudos de validação da construção foi que as mulheres com alta necessidade, marginalizadas e seriamente perturbadas tinham maior probabilidade de incorrer em problemas de ajuste da prisão e reincidência (Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman, 2008; Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, *in press*, *cit in*, Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009). Isto é, independentemente do ambiente correcional, necessidades sensíveis ao género, e neutras ao género, eram mais preditivas de resultados relacionados com a ofensa do que os fatores de risco estáticos referentes à ofensa atual e ao histórico criminal anterior. Além disso, como os caminhos das mulheres para o crime eram diferentes dos masculinos, tornou-se cada vez mais evidente a atenção total ao princípio das necessidades – a noção de que a mudança do ofensor requer tratamento de necessidades relacionadas com futuras ofensas (Andrews & Bonta, 2007, *cit in*, Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009). Assim, era necessária a abordagem a um novo conjunto de necessidades sensíveis ao género, além de fatores de risco/necessidade intermediários que eram os alvos de tratamento mais comuns. Enquanto as noções de alto risco e tratamento de fatores de risco dinâmicos certamente não eram novas para as correções, significavam algo diferente para as mulheres (Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009).

Nos EUA, muitas agências correcionais, deram início à integração dos WRNAs nos seus protocolos atuais de classificação e gestão de casos. Desde logo ficou claro que uma coisa seria construir as ferramentas de avaliação, outra, bem diferente, seria implementá-las. De facto, estas agências que procuraram implementar os WRNAs envolveram-se na intensa tomada de decisões e planeamento organizacional. Ficou claro que a utilização das avaliações era, na verdade, parte de uma mudança de paradigma na abordagem filosófica e programática das correções, que precisava de representar o reconhecimento ideal da noção de que “*o género é importante*” (Bloom et al., 2003, *cit in*, Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury, 2009).

Resumidamente, foi-se verificando que as características da prisão feminina contemporânea (e.g. os seus programas, serviços, abordagens para gestão de casos, sistemas de classificação e avaliação, arquitetura, conjuntos de competências dos membros da equipa) não se encaixam

na imagem do ofensor contemporâneo, do género feminino. Muito poderia ser dito a esse respeito, mas os autores acreditam que as conclusões do projeto NIC/UC ajudam a identificar direções importantes para o futuro das prisões femininas. Pouquíssimas mulheres praticam ofensas violentas enquanto estão na prisão, cometem mais ofensas do que os reclusos masculinos, mas muito menos atos de agressão (Hardyman & Van Voorhis, 2004, *cit in*, Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman, 2009).

Concluindo, num novo acordo de cooperação entre o NIC e a UC, os investigadores reexaminaram os riscos e fatores de necessidade de resposta com amostras adicionais e procuraram refinar, e revalidar, uma avaliação de risco e necessidades que sejam responsiva ao género – *Women's Risk Needs Assessment* – que foi desenvolvido anteriormente. Apesar desta reavaliação, o *WRNA* já foi implementado na Namíbia, República Checa, Singapura e em 23 estados dos EUA, incluindo jurisdições locais.

### 3.3. Necessidades Criminógenas Responsivas ao Género

Na ausência de evidências conclusivas sobre os fatores e risco dinâmicos das mulheres, assumiu-se que os homens também desempenharam um papel importante na explicação de ofensas femininas, embora a mistura extra possa ser diferente e possam existir outros fatores relacionados com as ofensas cometidas pelo género feminino (Hedderman, 2004). Só recentemente, como foi referido ao longo do trabalho, é que os investigadores iniciaram as pesquisas.

Uma das revisões mais recentes (Howden-Windell & Clark, 1999, *cit in*, Hedderman, 2004) avaliou uma seleção de literatura para descobrir se as mulheres exibiam fatores de risco dinâmicos masculinos. Concluiu-se que esses fatores são relevantes para as mulheres, embora a sua importância e valor explicativo possam ser diferentes, particularmente no caso de escolaridade, o uso indevido de substâncias e pares antissociais. Por sua vez, a revisão de Gelsthorpe (1999, *cit in*, Hedderman, 2004) adotou uma abordagem mais abrangente da literatura para incluir estudos descritivos. Os fatores que comumente surgiram como características das mulheres ofensoras foram: (i) ter problemas financeiros, (ii) altos níveis de vitimação sexual e física, na infância e idade adulta; (iii) problemas de relacionamento, (iv) problemas de saúde mental, (v) problemas de cuidados infantis. Da mesma forma, Howden-Windell & Clark (1999, *cit in*, Hedderman, 2004) sugerem que os níveis mais altos de doença

mental geralmente observados entre as reclusas podem ser causados pela sua reação à institucionalização, em vez de serem evidências de uma condição preexistente.

As necessidades criminógenas responsivas ao género são, muitas vezes, relacionadas com a medida de má conduta institucional, ou seja, infrações disciplinares. A má conduta indubitavelmente é um aspeto da adaptação, mas também é muito mais. Pode ser vista como um tipo de comportamento que pode, ou não, desenvolver-se ao longo da reclusão. Este tipo de conduta institucional é apenas parte da vida prisional, mas para os administradores é um aspeto de adaptação que poderá ser resolvido através da prevenção e sanção. Os padrões de má conduta, de infrações disciplinares, tornaram-se uma ferramenta importante para uma prevenção eficaz e gestão populacional (Craddock, 1996). Os primeiros estudos realizados em estabelecimentos prisionais masculinos concluíram dois modelos gerais de ajuste: (a) o de Privação, que sustenta que este ajuste depende de como os indivíduos reagem às dificuldades impostas pela experiência na prisão (Clemmer, 1940, 1958, *cit in*, Craddock, 1996); e (b) o de Importação, que considera o ajuste dependente da influência de características pré-existentes, especialmente o grau em que os indivíduos aderiram a valores “criminais” antes da reclusão (Wheeler, 1961, *cit in*, Craddock, 1996).

A má conduta institucional poderá representar um *proxy* válido e fiável na compreensão do comportamento do sujeito (Gendreau, Goggin & Law, 1997). Esta conduta demonstrou ser preditiva da reincidência violenta após a libertação (Brown, Amand & Zamble, 2009, *cit in*, Beckmann, 2014). Por exemplo, no Reino Unido, e nas prisões americanas, verificou-se um padrão de um maior número de más condutas em reclusos do género feminino (Gover et al., 2008, *cit in*, Beckmann, 2014), desta forma observou-se diferenças distintas entre homens e mulheres nos fatores que contribuiram para as condutas institucionais. Também McClellan (1994, *cit in*, Beckmann, 2014) verificou que as mulheres eram frequentemente mais citadas, por violações das regras, do que os homens, no entanto tendiam a ser menos graves por natureza. Os investigadores Chapman & Alexander (1981, *cit in*, Gendreau, Goggin & Law, 1997) identificaram variáveis como a idade, estado civil e emprego como um dos melhores preditores de conduta institucional imprópria, enquanto domínios como educação, histórico criminal, etnia e tempo de pena receberam um suporte misto. Motiuk (1991, *cit in*, Gendreau, Goggin & Law, 1997) relatou que a idade, a raça, os antecedentes criminais, a educação, o emprego, conflitos familiares e pares antissociais eram preditores fiáveis da má conduta institucional. Também algumas medidas atuariais, ou seja, avaliações de risco demonstraram ser preditores úteis de conduta imprópria nas prisões.

Assim sendo, foram recolhidas informações sobre os diferentes fatores de risco, responsivos ao género, os quais autoras como Salisbury, Van Voorhis e Blanchette referem como principais em todos os seus trabalhos.

○ **Vitimação e Abuso**

Estudos demonstraram que as ofensoras são mais propensas a sofrer abuso físico e sexual, na infância ou na idade adulta, do que os homens infratores e as mulheres em geral (Bureau of Justice Statistics, 1999; McClellan, Farabee & Crouch, 1997, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). As estimativas de abuso físico variam de 32 a 75% para as ofensoras em comparação com 6 a 13% para os homens (Bureau of Justice Statistics, 1999; Browne, Miller & Maguin, 1999; Greene, Haney & Hurtado, 2000; Owen & Bloom, 1995, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). A importância do abuso e trauma, na infância, é fundamental para a literatura sensível ao género. Propõe-se um ponto de partida crítico para o desenvolvimento da delinquência (Chesney-Lind & Sheldon, 2004, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A), e também pode ser uma fonte distal, ou em algumas populações, uma fonte direta de conduta criminal continuada (McClellan et al., 1997; Widom, 1989, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Semelhante ao abuso infantil, a vitimação na idade adulta é referida em toda a literatura criminológica feminista como tendo um papel crítico no comportamento ofensivo das mulheres (Bloom et al., 2003; Covington, 1998; Richie, 1996, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A).

Investigações que vinculam vitimação e crime, no entanto, produziram resultados mistos. Embora exista um apoio crescente à conexão entre abuso infantil e delinquência juvenil na adolescência (Hubbard & Pratt, 2002; Siegel & Williams, 2003; Widom, 1989, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A), o vínculo entre abuso (tanto na infância, como na idade adulta) e reincidência entre ofensores adultos, não foi claramente estabelecido. Alguns estudos relataram não existir relação entre abuso e reincidência (Bonta, Pang & Wallace-Capetta, 1995; Loucks, 1995; Rettinger, 1998, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Dois estudos sugeriram que mulheres vítimas de abuso eram menos propensas a ofender (Blanchette, 1996; Bonta et al., 1995, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). No entanto, outros

estudos, incluindo uma meta-análise (Law et al., in press, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A), encontraram evidências que apoiam a conexão entre vitimação e reincidência (Widom, 1989; Siegel & Williams, 2003, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Dois estudos adicionais verificaram que abuso vinculado a problemas subsequentes da vida (depressão e abuso de substâncias) levam ao comportamento criminoso (McClellan et al., 1997; Salisbury, 2007, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Os resultados da pesquisa também podem ser confundidos por diferentes medidas de vitimação (Browne et al., 1999, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A).

Islam-Zwart & Vik (2004, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) também avaliaram os abusos físicos e sexuais de crianças e adultos na adaptação das mulheres à prisão. Estes investigadores descobriram que as reclusas, que foram vítimas de violência sexual na idade adulta, relataram mais problemas de adaptação externa, como confusões e discussões, enquanto o abuso sexual infantil também foi associado a problemas de adaptação interna, como, por exemplo, sentir raiva de outras pessoas (Islam-Zwart & Vik, 2004, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Estes estudos demonstram resultados variados em relação à importância da vitimação de adultos e crianças, especialmente ao avaliar o seu impacto no mau comportamento institucional.

- **Relações Disfuncionais**

Na revisão de Hollin & Palmer (2006) foi concluído que as ofensoras apresentam níveis mais altos de necessidade criminógena em relação às relações familiares e interpessoais. Essa área inclui a natureza potencialmente criminógena de experiências anteriores na família (incluindo abuso), bem como os relacionamentos atuais com a família e os parceiros.

Os relacionamentos saudáveis são especialmente importantes para o gênero feminino. Infelizmente, as ofensoras têm sido tão vitimadas que a sua capacidade de ter relacionamentos saudáveis parece comprometida (Covington, 1998, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Além disso, relacionamentos que são co-dependentes, com os quais as mulheres geralmente se envolvem, podem influenciar o seu comportamento criminoso por meio da atividade criminosa dos seus parceiros (Koons, Burrow, Morash & Bynum, 1997; Richie, 1996, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger,

2008-A). Várias pesquisas indicaram que as mulheres são mais relacionais que os homens e tendem a colocar grande ênfase na importância de desenvolver e manter relacionamentos saudáveis e de apoio com outras pessoas nas suas vidas (Bloom et al., 2003, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Existe um vínculo estabelecido entre relações familiares difíceis e envolvimento criminosos, na vida adulta de ofensores de ambos os géneros (Hawkins, Herrenkohl, Farrington, Brewer, Catalano & Harachi, 1998, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006). Um estudo relatou que o relacionamento com parceiros íntimos influenciou as infratoras tanto de forma positiva, como negativa (Benda, 2005, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Ou seja, relacionamentos satisfatórios previam desistência e os relacionamentos com pessoas íntimas, antissociais, desempenharam um papel no comportamento criminoso futuro. Em *focus groups* com reclusas, as mulheres manifestaram preocupação com futuros envolvimento com homens antissociais (Van Voorhis, Pealer & Spiropoulos, 2001, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Noutros dois estudos da NIC verificou-se que a disfunção num relacionamento estava relacionada com graves condutas penais (Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, forthcoming; Wright, Van Voorhis, Salisbury & Bauman, 2008, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A) e a novas detenções (Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Os relacionamentos caracterizados por altos níveis de conflito, disfunção entre parceiros e baixos níveis de apoio podem influenciar a criminalidade das mulheres antes, durante ou após a reclusão (Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Salisbury et al. (in press, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) descobriram que mulheres cujos relacionamentos eram caracterizados pela alta co-dependência, incorriam em mais comportamentos inadequados enquanto presos. Ao contrário de relacionamentos caracterizados por baixa co-dependência, diminuía a probabilidade de uma mulher ter problemas ao se adaptar à prisão. Muitas ofensoras podem envolver-se em relacionamentos que facilitam o seu comportamento criminal (Koons et al., 1997; Richie, 1996, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007), podem estar envolvidas em relacionamentos abusivos (Bloom et al., 2003; BJS, 1999, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) ou podem cair no consumo de substâncias como consequência de problemas no relacionamento (Langan & Pelissier, 2001; Peters et al., 1997, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

O mau comportamento institucional também pode ser influenciado pela natureza do relacionamento das mulheres com outros indivíduos, importantes para elas. O apoio dos membros da família pode ser importante nesse sentido, isto é, o suporte emocional, o calor, o contacto e o incentivo dos membros familiares podem aliviar alguns dos conflitos que a reclusão pode causar às mulheres ofensoras. No entanto, o apoio limitado, ou alto conflito, com os membros familiares também pode dificultar o ajuste (Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

- **Saúde Mental**

Está bem estabelecido que as reclusas têm um maior nível de problemas de saúde mental do que os do género masculino (Shaw, 2001; Singleton, Meltzer & Gatward, 1998, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010). Indivíduos com doenças mentais graves, como esquizofrenia, transtorno bipolar e grandes depressões, estão substancialmente representadas no sistema de justiça criminal (Steadman, Osher, Robbins, Case & Samuels, 2009, *cit in*, Skeem, Winter, Kennealy, Loudon, Tatar & Joseph, 2014). Fazel & Danesh (2002, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010) relataram uma revisão sistemática sobre saúde mental em populações prisionais, em 12 países, incluindo cerca de 23,000 reclusos, evidenciando que os ofensores do género feminino e masculino diferiam na sua saúde mental.

Agressores do género feminino são mais propensos, do que os de género masculino, a exibir depressão, ansiedade, distúrbios e comportamento de autoflagelação (Belknap & Holsinger, 2006; Bloom, Owen & Covington, 2003; Blume, 1997; Holtfreter & Morash, 2003; McClellan et al., 1997; Owen & Bloom, 1995; Peters, Strozier, Murrin & Kearns, 1997, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Várias são as mulheres que em ambientes institucionais, sofrem de transtornos de humor, de pânico, *stress* pós-traumático e transtornos alimentares (Bloom et al., 2003; Blume, 1997, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A).

A importância da saúde mental, como fator de risco entre o género feminino, parece ter sido subestimada. Poderão existir dois problemas, potencialmente, relacionados com a mensuração da saúde mental em avaliações de género neutro que podem ter mascarado a verdadeira importância da saúde mental entre as reclusas. Primeiro, algumas formas de doenças mentais podem ser negligenciadas nos atuais instrumentos de avaliação de risco. Desta forma, os problemas de saúde relacionados com *stress*, depressão, medo e pensamentos,

ou tentativas, suicidas têm-se demonstrado fortes preditores da reincidência das mulheres (Benda, 2005; Blanchette & Motiuk, 1995; Brown & Motiuk, 2005, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007), embora não para a reincidência dos homens (Benda, 2005, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Vários estudos revistos por Howden-Windell & Clark (1999, *cit in*, Hedderman, 2004) demonstraram que as mulheres em reclusão tendem a ter mais problemas de saúde mental do que os homens presos. Informações mais recentes (Home Office, 2001, *cit in*, Hedderman, 2004) sugerem que duas vezes mais mulheres presas (40%) relataram ter recebido ajuda para um problema mental, ou emocional, nos 12 meses anteriores a terem sido presas. A doença mental, por si só, bem como na interação com outros fatores, é um grande obstáculo à adaptação penitenciária entre infratoras e foi considerado preditivo de tais problemas (Law et al., *in press*; Salisbury et al., *in press*; Warren, Hurt, Booker Loper & Chauhan, 2004, *cit in*, Hedderman, 2004). É uma observação bem estabelecida que estas mulheres experienciam altos níveis de sofrimento em vários índices de saúde mental (Center for Substance Abuse Treatment, 1999; Jordan, Schlenger, Fairbank & Caddell, 1996; Singer, Bussey, Song & Lunghofer, 1995; Teplin, Abram & McClellan, 1996, *cit in*, Hedderman, 2004) e que a prevalência de problemas de saúde mental é maior entre reclusos do género feminino.

Uma metanálise de Law et al (*in press*, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) sugeriu que a saúde mental das mulheres ofensoras está significativamente relacionada com os resultados institucionais e comunitários. Embora os *mean effect sizes* relatados nesse estudo tenham uma força relativamente fraca ( $Mz+[mean\ effect\ size] = 0.07$  e  $0.09$  para resultados institucionais e comunitários, respetivamente), os domínios de saúde mental do estudo refletiram uma mistura de indicadores heterogéneos de doença. Esse método de agregação pode mascarar relacionamentos importantes entre tipos específicos de doença mental e comportamento criminoso.

- **Autoeficácia**

A autoeficácia, ou a crença de uma pessoa na sua capacidade de atingir os seus objetivos, foi um dos fatores muito estudados. É também relevante para a noção de empoderamento. Durante a investigação feita, a autoeficácia não demonstrou influenciar a reincidência nas populações de agressores do género masculino. Embora exista pouca pesquisa sobre a relação entre autoeficácia e reincidência entre as ofensoras, alguns sugerem que é importante

(Rumgay, 2004, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A) e deve ser a chave para o tratamento sensível ao género (Bloom et al., 2003; Bloom, Owen & Covington, 2005, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A).

A literatura sobre o género enfatiza a importância da autoestima e autoeficácia, pois altos níveis de cada uma auxiliam as mulheres no controlo das suas vidas e circunstâncias (Task Force on Federally Sentenced Women, 1990, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Tais necessidades são frequentemente citadas pelas equipas de tratamento correccional, investigadores e mulheres ofensoras como críticas para a sua desistência (Carp & Schade, 1992; Case & Fasenfest, 2004; Chandler & Kassebaum, 1994; Koons et al., 1997; Morash, Bynum & Koons, 1998; Prendergast, Wellisch & Falkin, 1995; Schram & Morash, 2002; Task Force on Federally Sentenced Women, 1990, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Os investigadores “sensíveis ao género” afirmaram que o trauma, a vitimação e os relacionamentos abusivos podem contribuir para a diminuição do autoconceito, da autoestima e os sentimentos de autoeficácia e autoestima (Bloom et al., 2003, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Muito pouco se sabe sobre a importância da autoeficácia para as mulheres ofensoras institucionalizadas, embora tenha sido sugerido que desempenha um papel importante (Rumgay, 2004, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Embora a alta autoeficácia possa funcionar como um fator de proteção na comunidade (e.g. aumentando a probabilidade de alcançar um objetivo), esta pode funcionar como um fator de risco para o mau-comportamento institucional. Isto poderá acontecer porque as mulheres, com uma alta autoeficácia, podem ter maior probabilidade de questionar a autoridade, instigando citações do staff que têm dificuldade em gerir as reclusas. De facto, Salisbury et al. (*in press*, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) encontraram fundamentação de que a autoeficácia aumenta a probabilidade da conduta imprópria nas prisões, mas diminui a probabilidade de reincidência na comunidade.

○ **Pobreza**

Nos Estados Unidos, apenas 40% das mulheres reclusas relataram que estavam empregadas a tempo integral antes da prisão, e dois terços relataram que o maior salário à hora não é superior a US \$ 6.50 (isto é equivalente a 5.89€; Bureau of Justice Statistics, 1999, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Em grande parte, a pobreza das mulheres é atribuída a aptidões educacionais e vocacionais limitadas, bem como dependência de drogas/álcool, responsabilidades de cuidados de crianças e oportunidades ilegais que oferecem retornos mais lucrativos.

As preocupações financeiras são consideradas por Andrews & Bonta (2007, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010) como um fator de risco menor. A pobreza e as preocupações financeiras, no entanto, podem afetar os ofensores de ambos géneros, de formas diferentes. Sorbello et al. (2002, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006) avaliaram uma série de estudos para concluírem que, após um período em reclusão, muitas mulheres “*dependem financeiramente da família, parceiros, ou deixam empregos secundários para ganhar mais dinheiro no comércio de estupefacientes para se sustentar e aos seus filhos dependentes (...) muitas enfrentam dívidas pendentes, muitas não pagas (...)*”. Da mesma forma, um relatório do Home Office (2002, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006) constatou que as mães, dentro da prisão, “*não ter dinheiro*” como o motivo mais comum de ofensa. Assim, parece que para o género feminino, e para os homens, as dificuldades financeiras (incluindo a pobreza) são uma necessidade criminógena.

Embora o desemprego possa estar vinculado a ofensas, uma vez que ambos estão associados a dificuldades financeiras, há notavelmente pouca evidência robusta de um relação direta entre desemprego e ofensas. Exceções são investigações de Farrington (1996, *cit in*, Hedderman, 2004), que demonstram que períodos de desemprego estão ligados a períodos de ofensas. Também com o trabalho de May (1999, *cit in*, Hedderman, 2004), se identificou uma conexão entre as taxas de re-condenação e o desemprego. No entanto, os primeiros resultados foram derivados de um estudo com ofensores do género masculino e, no segundo, as mulheres tiveram menos probabilidade de ter problemas em arranjar trabalho. May sugere que isso poderá acontecer porque muitas das mulheres, da sua amostra, estavam a cuidar de crianças para que o desemprego não fosse visto, ou registado, como um problema.

○ **Abuso de Substâncias**

O abuso, e dependência, de substâncias estão relacionados com agressões entre homens e mulheres (McClellan et al., 1997, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) e atualmente são avaliados em necessidades de género neutro e avaliações de risco/necessidades. No entanto, alguns estudiosos sugeriram que o abuso de substâncias tem efeitos únicos sobre as mulheres, devido à sua coocorrência com doenças mentais, problemas relacionais e histórias de vitimação (Covington & Bloom, 2007, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

Uma vez que o consumo de álcool e drogas é um fator criminógeno para os homens, a questão está no potencial de diferenças qualitativas entre homens e mulheres no papel que é desempenhado pelas drogas, na prática de crimes. Um estudo americano relatado por Langan & Pelissier (2001, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006) comparou reclusos masculinos, e femininos, que participavam num programa de tratamento de estupefacientes com uma variedade de variáveis pessoais, sociais e criminológicas. Estes autores relataram que *“reclusas, do género feminino, em tratamento tinham padrões mais graves de consumo de drogas, eram mais propensas a ter crescido em lares onde o consumo estava presente, eram mais propensas a sofrer de abuso físico e sexual quando crianças e tinham mais probabilidade de ter problemas de saúde mental e física”*. Estas circunstâncias, e padrões de consumo, estavam ligados a diferenças de género nas motivações para o consumo, como observaram Langan & Pelissier: *“os homens, da amostra, eram mais propensos a relatar que consumiram drogas por razões hedonísticas, enquanto as mulheres tinham maior probabilidade de relatar que consumiram para aliviar dores físicas ou emocionais”* (Hollin & Palmer, 2006).

Num estudo realizado por Motiuk (1997, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010), com reclusos de instituições federais canadenses, o abuso de substâncias foi classificado como uma área de dificuldade considerável para 56.6% dos homens e 38.5% das mulheres. Com o LSI-R (Andrews & Bonta, 1995, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010), num estudo com Palmer & Hollin (2007, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010) também relataram altos níveis de necessidade de ofensores masculinos e femininos, por problemas de consumo de substâncias – álcool<sup>10</sup> e drogas. Neste mesmo estudo, descobriu-se que as reclusas tinham níveis significativamente mais altos de necessidades do que os reclusos masculinos. Butler,

---

<sup>10</sup> Investigações que avaliam o consumo de álcool e drogas separadamente, sugerem que os indivíduos do género masculino e feminino diferem nestes consumos. Desta forma, também o impacto que têm difere nos ofensores. A pesquisa demonstrou que o consumo de álcool é mais prevalente entre homens do que mulheres (Palmer, Jinks & Hatcher, 2010).

Levy, Dolan & Kaldor (2003, *cit in*, Palmer, Jinks & Hatcher, 2010), num estudo australiano, demonstraram que 62% dos indivíduos masculinos e 71% dos femininos tinham um histórico de abuso de drogas. As suas investigações evidenciaram que quase metade da amostra tinha um histórico de drogas injetáveis, sendo este um problema maior entre as mulheres. Destacaram também a natureza criminógena do consumo de drogas, com 32% das mulheres e 20% dos homens a confirmar que estavam sob a influência de estupefacientes no momento do crime.

McClellan et al. (1997, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007; Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010) descobriram também que o consumo geral de drogas ilícitas era mais alto para as mulheres reclusas do que para os homens, e a gravidade do abuso de substâncias era mais preditiva de crimes de propriedade para mulheres, do que para homens. Além disso, uma recente meta-análise demonstrou que o consumo de substâncias era uma necessidade criminógena significativa na predição da reincidência geral e violenta das mulheres (Law et al., *in press*, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007; Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). E mulheres que reportaram problemas com abuso de estupefacientes, demonstraram incorrer em mais infrações disciplinares do que as que não tinham qualquer problema como este (Salisbury *in press*, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007).

- **Stress Parental**

Segundo o Bureau of Justice Statistics (1999, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A), nos Estados Unidos, mais de 70% das mulheres sob supervisão correcional são mães de filhos menores. Investigações demonstraram uma conexão entre o *stress* parental e o crime (Ferraro & Moe, 2003; Ross, Khashu & Wamsley, 2004; Salisbury et al., 2006, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A), particularmente entre as ofensoras que eram mães solteiras (Bonta et al., 1995, *cit in*, Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). O que parece é que as mulheres que enfrentam a possibilidade de perder a guarda dos seus filhos, experienciam um maior grau de *stress*. As questões da guarda de crianças representam um *stress* considerável para os reclusos (Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Além disso, o *stress* associado ao contacto limitado está relacionado com altos níveis de doença mental entre mulheres reclusas e crianças (Houck & Loper, 2002; Tuerk & Loper, 2006, *cit in*, Van

Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Substancialmente mais mulheres, do que homens, eram mães solteiras que moravam com os seus filhos antes da reclusão (Bureau of Justice Statistics, 2000, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010), o que sugere que estavam a receber pouco apoio da parte do pai, ou de outros membros da família.

Para enfatizar a importância do *stress* parental como um fator de risco e um objetivo de tratamento, a pesquisa sobre programas de parentalidade das mulheres geralmente demonstram efeitos impressionantes nos resultados relacionados com o delito (Piquero, Farrington, Welsh, Tremblay & Jennings, 2009; Women's Prison Association, 2009, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Os fortes laços familiares, incluindo laços parentais, podem ser uma parte essencial da integração da comunidade e um fator de proteção contra ofensas, bem como uma série de outros problemas familiares e sociais (Sorbello et al., 2002, *cit in*, Hollin & Palmer, 2006).

Uma questão importante a considerar é que os relacionamentos com as crianças também podem afetar o comportamento das mulheres, enquanto institucionalizadas. Uma vez que a prevalência de mulheres ofensoras com filhos é muito alta, há uma grande probabilidade de estas ofensoras serem as cuidadoras primárias de crianças dependentes, antes e imediatamente após a sua experiência com o sistema de justiça criminal (Bloom et al., 2003; Mumola, 2000, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Desta forma, a preocupação com as crianças poderá ser uma importante fonte de ansiedade entre as mulheres reclusas. As ofensoras com filhos dependentes podem sentir-se sobrecarregadas e preocupadas com a sua capacidade de garantir a segurança dos seus filhos, aquando institucionalizadas (Greene et al., 2000, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Para além disso, a preocupação também poderá estar na capacidade de sustentação dos seus filhos e supressão das suas necessidades depois da libertação.

Ainda está a ser investigado se tais problemas afetam a má conduta institucional, no entanto, muitas pesquisas indicam que o acesso às crianças e à família são preocupações focais para as mulheres (Fogel & Martin, 1992; Koons et al., 1997; Warren et al., 2004, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007). Apesar dessas evidências, Salisbury et al. (in press, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) não encontraram relação significativa entre o *stress* parental e a má conduta institucional.

### 3.4. Avaliações e Resultados do “Women’s Risk Need Assessment”

Os fatores de risco/necessidades, considerados neutros ao género, nas avaliações de risco foram várias vezes validados, para o género feminino e masculino, contudo poucas foram as pesquisas que avaliaram a importância daqueles que são responsivos, ou sensíveis, ao género, como já referido. Além disso, é também importante compreender qual a prevalência desses para as mulheres no sistema de justiça criminal, a sua diferença com o género masculino, as propriedades psicométricas e a sua capacidade de predição para a reincidência ou a má conduta institucional.

Desta forma, este subcapítulo refere estudos, com o *WRNA*, como um foco necessário. O estudo de Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos (2009) procurou entender se as respostas às questões de género contribuíram (como fatores de risco) para uma má adaptação à prisão e para a reincidência, aqui são apresentadas as conclusões do estudo original. Por sua vez, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman (2010) relataram as evidências encontradas com a utilização de um instrumento recomendado para complementar outras ferramentas neutras ao género (e.g. como o LSI-R e o *Northpointe COMPAS*). Quanto à dissertação de Bell (2012), esta contribuiu para o conhecimento existente ao analisar os fatores de risco neutros e sensíveis ao género, para mulheres e homens que estavam em instalações correcionais na comunidade. O estudo de Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman (2008) explicita a construção de validação do instrumento *WRNA*. Num outro estudo, Wright, Salisbury & Van Voorhis (2007) expandem o estudo realizado por Salisbury et al. (in press, *cit in*, Wright, Salisbury & Van Voorhis, 2007) e procuram uma compreensão adicional do papel que é necessário desempenhar na adaptação institucional das mulheres, estas autoras questionam se as necessidades criminógenas responsivas ao género funcionam, como fatores de risco, para as más condutas institucionais das mulheres e se a inclusão destas necessidades aumenta a validade preditiva da classificação entre as ofensoras. E, por fim, o relatório de Van Voorhis, Bauman & Brushett (2013) apresenta os resultados de um segundo acordo de cooperação entre o *National Institute of Corrections* (NIC) e a Universidade de Cincinnati (UC), iniciado em 2009. Este relatório tem como foco o *WRNA* institucional, a avaliação destinada a ambientes prisionais, além de revalidar a avaliação original de 2008 e refinar ainda mais a avaliação.

O projeto, e muito importante, conduzido pela Universidade de Cincinnati, avaliou a validade de três diferentes modelos de classificação: (a) avaliação estática de riscos (o modelo

de classificação em utilização no momento do projeto), (b) um modelo dinâmico de risco ou necessidades e (c) um modelo dinâmico que incorpora medidas sensíveis ao género como paternidade, autoestima, autoeficácia, relacionamentos, saúde mental, vitimação na idade adulta e abuso na infância (Van Voorhis et al., 2010, *cit in*, Salisbury, Van Voorhis & Spirououlos, 2009). Os dados para o estudo de validação original foram coletados entre 10 de outubro de 2000 e 8 de janeiro de 2001, quanto às medidas de adaptação institucional (isto é, existência, ou não, de más condutas) foram coletadas 6 meses após a entrada e os dados de reincidência<sup>11</sup> foram recolhidos por investigadores do estado. Verificou-se que várias escalas, responsivas ao género, foram correlacionadas com infrações disciplinares institucionais e reincidência, por exemplo, para graves infrações, observou-se relações com escalas de abuso infantil, problemas de relacionamento, autoeficácia e abuso emocional na idade adulta. A vitimação infantil ( $r=0.16$ ,  $p<0.05$ ), não foi um fator associado aos resultados da comunidade quando a amostra de reclusas foram libertadas. Ao mesmo tempo, fatores relacionados com o abuso emocional de adultos ( $r=0.20$ ,  $p<0.05$ ), assédio ( $r=0.15$ ,  $p<0.05$ ) e uma medida sumária de vitimação ( $r=0.17$ ,  $p<0.05$ ) não influenciaram a adaptação prisional. O *stress* parental contribuiu para violações técnicas. Nenhuma das variáveis de saúde mental estava relacionada com medidas de resultado de forma significativa. As mulheres que revelaram características de maior autoeficácia demonstraram uma probabilidade, significativamente maior, em incorrer em infrações mais graves na prisão ( $r=0.14$ ,  $r=0.15$ ,  $p<0.05$ , para dados de prevalência e incidência).

No estudo de Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman (2010), o desenvolvimento de avaliações sensíveis ao género teve início em 1999, com um estudo piloto no Departamento de Correções do Colorado, que mais tarde continuou com três projetos maiores no Maui, Minnesota e Missouri, iniciados em 2004. Nos quatro projetos foram avaliadas: (a) três amostras prisionais (no Colorado, Minnesota e Missouri), (b) três amostras de medidas na comunidade (no Maui, Minnesota e Missouri) e (c) duas amostras de liberdade condicional (no Colorado e Missouri). As investigadoras selecionaram medidas que detinham uma janela de *follow-up* mais longa (24 meses quando possível) e as que se demonstravam mais válidas, isto apenas foi possível para as amostras comunitárias do Missouri e Maui. As medidas de *outcome* para as reclusas detetaram más condutas institucionais graves (e.g. agressões, fugas,

---

<sup>11</sup> Duas medidas de reincidência – (a) novos crimes e (b) violações técnicas em liberdade condicional – foram obtidas no centro de informações do estado e nas bases de dados do Centro Nacional de Informações sobre Crimes. Ambas as variáveis dependentes foram caracterizadas em incidência (frequência) e prevalência (presença e ausência) (Salisbury, Van Voorhis & Spiropoulos, 2009).

contrabando, ameaças, brigas e comportamentos sexuais) cometidas entre os 6 ou 12 meses após a entrada. Foram excluídas pequenas infrações (e.g. violações de regras e insubordinação), conhecidas por introduzir uma grande quantidade de “ruído” na medição da adaptação prisional (Hwitt, Poole & Regoli, 1984; Van Voorhis, 1994, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010).

Como resultados evidenciados, os fatores responsivos ao género que foram, significativamente, associados à reincidência incluíram: (a) *stress* parental em todas as amostras, (b) autoestima e autoeficácia em todas as amostras, (c) suporte familiar em duas amostras, (d) forças educacionais, na amostra que foram testadas. O abuso infantil não pareceu ser um fator de risco em nenhuma das amostras, embora tenha sido observado, noutra análise dos dados do Missouri, a depressão e abuso de substâncias demonstraram um efeito indireto na reincidência (Salisbury, 2007, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Quanto a amostras prisionais, os resultados envolvem, de forma clara e consistente, a saúde mental, o abuso de substâncias e os traumas na infância na adaptação prisional das mulheres. O histórico de doença mental demonstrou uma grande importância no Missouri ( $r=0.13$ ,  $p \leq 0.05$ ;  $r=0.19$ ,  $p \leq 0.01$ ) e Minnesota ( $r=0.13$ ,  $p \leq 0.05$ ;  $r=0.19$ ,  $p \leq 0.01$ ), contudo, ficou mais claro quando avaliados os sintomas de depressão ( $r=0.13$ ,  $p \leq 0.05$ ;  $r=0.23$ ,  $p \leq 0.01$ ) e psicose ( $r=0.17$ ,  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.26$ ,  $p \leq 0.01$ ). Na amostra do Colorado, os reclusos com alta eficácia tinham uma menor probabilidade de terem registos de infrações disciplinares, do que aqueles com baixa autoeficácia ( $r=0.12$ ,  $p \leq 0.10$ ;  $r=0.14$ ,  $p \leq 0.05$ ). Os efeitos significativos dos domínios neutros ao género esperados, como o histórico criminal, atitudes antissociais e problemas familiares, foram observados nas amostras de Minnesota e Missouri. Relativamente às amostras de liberdade condicional, embora as necessidades tenham sido avaliadas antes, e não após, a libertação, alguns padrões são semelhantes aos da amostra de medidas comunitárias. Os problemas de saúde mental demonstraram estar, significativamente, relacionados com a reincidência quando considerados sintomas de psicose ( $r=0.22$ ;  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.14$ ;  $p \leq 0.05$ ), tal como a raiva/hostilidade ( $r=0.15$ ;  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.15$ ;  $p \leq 0.01$ ) e suporte familiar ( $r = -0.14$ ;  $p \leq 0.05$ ;  $r = -0.15$ ;  $p \leq -0.05$ ), na amostra do Missouri. Poucas variáveis sensíveis ao género foram, significativamente, relacionadas com a reincidência, no entanto, nas amostras do Colorado ( $r=0.17$ ;  $p \leq 0.05$ ;  $r=0.16$ ;  $p \leq 0.05$ ) e do Missouri ( $r=0.13$ ;  $p \leq 0.10$ ;  $r=0.18$ ;  $p \leq 0.05$ ), a probabilidade de reincidir foi mais elevada para ofensoras que relataram terem sido vítimas de abuso na idade adulta.

As mesmas investigadoras (Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010) avaliaram a validade preditiva através de quatro modelos, (1) escalas neutras ao género (no Maui, Colorado e Minnesota, era representado pelo LSI-R e no Missouri eram escalas neutras ao género preparadas pelo Grupo de Trabalho do Missouri); (2) escalas sensíveis ao género; (3) soma do modelo 1 e 2, com o objetivo de apresentar a validade preditiva e incremental, controlando as variáveis neutras do modelo 1; e (4) soma os fatores de risco/necessidade sensíveis ao género. Nas amostras de medidas comunitárias, o modelo 1 foi fortemente relacionado com a reincidência, com *follow-ups* de 1 e 2 anos (Maui →  $r=0.36$ ,  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.30$ ;  $p \leq 0.01$ ; e Minnesota →  $r=0.31$ ,  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.24$ ,  $p \leq 0.01$ ). Os valores de AUC foram de .72 para o Maui e .71 para o Minnesota. Os resultados não foram tão favoráveis para as variáveis neutras ao género obtidas no Missouri ( $r=0.26$ ,  $p \leq 0.01$ ; AUC=.69). Duas variáveis sensíveis ao género (*stress* parental e autoeficácia) foram significativamente relacionadas com as medidas de *outcome* em todas as três amostras. As correlações gerais para o instrumento total melhoraram consideravelmente com a adição de escalas referentes a habitações inseguras, psicose, depressão/ansiedade e raiva/hostilidade, subtração de forças relacionadas com forças educacionais, suporte familiar e autoeficácia. A correlação geral para a escala final foi de .32 ( $p \leq 0.01$ ; AUC=.74). Mesmo com menos variáveis, os resultados também foram fortes para o Minnesota ( $r=0.35$ ,  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.27$ ,  $p \leq 0.01$ ; AUC=.74). Nas amostras prisionais, a adição de necessidades, mesmo as neutras ao género, melhorou consideravelmente a validade preditiva, exceto no caso do Colorado. O abuso infantil e a disfunção no relacionamento foram, significativamente, relacionados com a conduta criminal nas três amostras. Uma escala desses dois itens foi fortemente correlacionada com as más condutas prisionais, nas três amostras as correlações variaram entre 0.20 ( $p \leq 0.01$ ) e 0.32 ( $p \leq 0.01$ ). Nas amostras de liberdade condicional, no Missouri, os resultados para o instrumento final foram fortes ( $r=0.31$ ,  $p \leq 0.01$ ;  $r=0.34$ ,  $p \leq 0.01$ ; AUC=.70). Além disso, a adição de medidas dos sintomas de psicose, raiva/hostilidade, vitimação na idade adulta, pontos fortes educacionais e suporte familiar ofereceram contribuições estatisticamente significativas para escalas gerais.

No estudo de Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman (2008), os fatores de risco/necessidade dinâmicos aprimoraram muito a validade preditiva da avaliação de risco para o género feminino, em relação aos instrumentos estáticos de avaliação de risco. Por exemplo, na amostra prisional do Missouri, a predição passou de  $r=0.17$  e AUC=.20 a  $r=0.20$  e AUC=.61; na amostra de medidas comunitárias do Minnesota a predição aumentou de

$r=0.23$  e  $AUC=.66$  para  $r=0.31$  e  $AUC=.71$ ; na amostra de liberdade condicional do Colorado, a predição aumentou de  $r=0.15$  e  $AUC=.58$  para  $r=0.21$  e  $AUC=.62$ . Contudo, a adição dos fatores sensíveis ao género resultaram num modelo ainda mais forte, o que podemos observar através dos resultados como, por exemplo, na amostra prisional do Missouri, os valores passaram de  $r=0.20$  e  $AUC=.61$  a  $r=0.38$  e  $AUC=.65$ ; na amostra de medidas comunitárias do Minnesota, onde a predição aumentou de  $r=0.31$  e  $AUC=.71$  a  $r=0.35$  e  $AUC=.74$ ; e na amostra de liberdade condicional do Missouri os valores passaram de  $r=0.21$  e  $AUC=.63$  a  $r=0.29$  e  $AUC=.67$ . Também é digno de nota que as escalas responsivas ao género estavam fortemente relacionados com o resultado, mesmo sem a inclusão de fatores neutros ao género consistentemente preditivos como antecedentes criminais, abuso de substâncias e pares antissociais.

Wright, Salisbury & Van Voorhis (2007), na sua investigação, a amostra consistiu em 272 ofensoras no *Missouri Department of Corrections*. Todas as ofensoras deram entrada no estabelecimento prisional entre 11 de fevereiro e 28 de julho de 2004. Os dados de *follow-up* descreveram a incidência, e a prevalência, de más condutas penitenciárias foram obtidos entre agosto de 2004 e julho de 2005. Os resultados observados para as escalas neutras ao género, foram os seguintes: (a) atitudes antissociais,  $eigenvalue= 3.93$  e  $\alpha=.87$ ; (b) pares antissociais,  $eigenvalue= 2.29$  e  $\alpha=.70$ ); (c) educacional,  $eigenvalue= 2.12$  e  $\alpha=.66$ ; (d) dificuldades financeiras/emprego,  $eigenvalue=2.16$  e  $\alpha=.70$ ; (e) suporte e conflito familiar,  $eigenvalue= 2.50$ ,  $\alpha=.73$  e  $eigenvalue= 1.28$  e  $\alpha=.29$ , respetivamente; (f) histórico de abuso ( $eigenvalue=4.63$  e  $\alpha=.86$ ) e abuso recente ( $eigenvalue=2.13$  e  $\alpha=.66$ ); (g) doença mental ( $eigenvalue=3.02$  e  $\alpha=.80$ ); e (h) raiva/hostilidade ( $eigenvalue=2.25$  e  $\alpha=.62$ ). Quanto às variáveis sensíveis ao género: (a) autoeficácia,  $eigenvalue=7.01$  e  $\alpha=.91$ ; (b) estabilidade relacional,  $eigenvalue= 5.07$  e  $\alpha=.86$ ; (c) disfunção na relação,  $eigenvalue= 2.94$  e  $\alpha=.77$ ; (d) *stress* parental,  $eigenvalue= 4.31$  e  $\alpha=.82$ .

É importante realçar que necessidades sensíveis ao género, como o abuso na infância, depressão ou ansiedade, psicose e envolvimento em relacionamentos sem apoio, foram altamente correlacionadas com todas as medidas de infrações disciplinares. Experiências traumáticas de abuso infantil, aumentaram a probabilidade de as mulheres incorrerem em infrações disciplinares entre os 6 e 12 meses durante a prisão (os coeficientes de correlação variam de  $r=0.20$  a  $r=0.25$ , todos significativos em  $p<0.01$ ), assim como ter uma relação sem qualquer suporte ( $r=0.10$  e  $r=0.16$ , significância em todos os níveis). A depressão, ansiedade ou a psicose também aumentaram, dramaticamente, a probabilidade de ter más condutas

institucionais (coeficientes de correlação que variam de  $r=0.13$ ,  $p<0.05$  a  $r=0.23$ ,  $p<0.01$  para depressão/ansiedade e  $r=0.16$  para  $r=0.31$ , todos significativos em  $p<0.01$  para psicose). O *stress* parental foi marginalmente correlacionado com más condutas institucionais de 6 meses ( $r=0.09$  para o número de más condutas em 6 meses;  $r=0.10$  para a ocorrência de quaisquer más condutas em 6 meses, ambas significativas em  $p<0.10$ ), mas não com infrações de 12 meses. Da mesma forma, relações disfuncionais foram significativamente correlacionadas com a prevalência de conduta inadequadas em 6 meses ( $r=0.09$ ,  $p<0.10$ ); no entanto, esses eram relacionamentos relativamente fracos e não se mantinham com outros resultados. Em geral, os coeficientes para as necessidades responsivas ao género foram tão fortes quanto, ou mais fortes, os coeficientes entre as necessidades neutras ao género. Isto não significa que as necessidades de género não sejam preditivas de resultados institucionais. Por exemplo, ter atitudes antissociais, na reclusão, aumentou a probabilidade de as mulheres se envolverem em más condutas institucionais (as correlações variam de  $r=0.14$ ,  $p<0.05$  a  $r=0.18$ ,  $p<0.01$ ). As dificuldades financeiras e de emprego, antes da prisão, aumentaram os incidentes de conduta indevida de 6 e 12 meses ( $r=0.10$ ,  $p<0.05$  e  $r=0.09$ ,  $p<0.10$  para o número de condutas indevidas de 6 e 12 meses, respetivamente). O alto conflito familiar, e pouco ou nenhum apoio familiar, também aumentaram as hipóteses de uma mulher cometer infrações disciplinares (correlações variaram de  $r=0.12$  a  $r=0.19$ , significativa em  $p<0.05$  e  $p<0.01$ , respetivamente para conflito familiar elevado;  $r=0.12$  e  $r=0.20$ , significativa em  $p<0.05$  e  $p<0.01$ , respetivamente para baixo apoio familiar). O controlo de raiva foi, igualmente, preditivo para o número de infrações ( $r=0.12$  e  $r=0.13$ ,  $p<0.05$  para infrações de 6 e 12 meses, respetivamente) e a prevalência de condutas de 6 meses ( $r=0.09$ ,  $p<0.10$ ).

Seguidamente, as investigadoras observaram que a avaliação institucional, tradicionalmente utilizada, foi um preditor comparativamente fraco de infrações disciplinares entre as mulheres ofensoras (correlações variaram de  $r=0.11$  a  $r=0.23$ , significativa em  $p<0.05$  e  $p<0.01$ , respetivamente). As necessidades neutras, e responsivas, ao género, foram mais importantes do que a escala de risco institucional na previsão de má conduta institucional. Em terceiro lugar, o poder preditivo de más condutas institucionais aumentou muito quando as necessidades foram adicionadas à avaliação de risco. Por exemplo, quando as necessidades foram adicionadas à *Institutional Risk Scale*, o poder preditivo das novas escalas aumentou. Os pontos fortes desses relacionamentos eram bastante fortes, a má conduta e os fatores de risco/necessidade neutros e os fatores responsivos foram, altamente, relacionados (correlações variaram de  $r=.23$  a  $r=.33$  para a escala de fatores neutros ao género e  $r=.27$  e  $r=.34$  para a

escala de fatores responsivos ao género). Assim, a avaliação das necessidades sensíveis ao género, além dos fatores de risco tradicionais, parece bastante promissora. Uma quarta constatação digna de nota do presente estudo é que as necessidades sensíveis ao género eram importantes a serem consideradas ao prever infrações disciplinares. Embora as necessidades sensíveis ao género, e as necessidades neutras ao género, sejam realizadas em níveis semelhantes, as correlações entre as necessidades responsivas e as infrações parecem ser mais consistentes do que as correlações entre as necessidades neutras e as infrações (correlações variaram de  $r=.19$  a  $r=.28$  para a escala neutra em comparação com  $r=.25$  a  $r=.28$  para a escala responsiva) e aumentam o poder preditivo das avaliações de risco um pouco mais do que as necessidades neutras de género ( $r=.27$  a  $r=.34$  para a escala responsiva em comparação com  $r=.23$  a  $r=.33$  para a escala neutra). Assim, parece que as necessidades sensíveis ao género são, de facto, fatores importantes a serem considerados ao prever más condutas institucionais.

Um outro estudo de Van Voorhis, com Bauman & Brushett (2013) tinha como amostra, 98 ofensoras do Missouri, 386 de Ohio e 154 de Rhode Island. As amostras do Missouri e Ohio participaram em entrevistas do *WRNA* autónomo, em Rhode Island utilizou-se o Trailer (*WRNA-T*) com o LSI-R, com o objetivo de validar a contribuição do *WRNA-T* para o LSI-R. Com a exceção das mulheres que foram libertadas precocemente, os participantes foram acompanhados em intervalo de 6 e 12 meses, com as seguintes medidas: (a) qualquer má conduta na prisão (sim ou não), (b) número de más condutas penitenciárias, (c) qualquer má conduta grave (sim ou não), (d) número de infrações graves, (e) qualquer má conduta agressiva, e (f) número de condutas agressivas.

Vários padrões de correlações entre os domínios de risco/necessidade do *WRNA* que foram encontrados em estudos anteriores, também aparecem neste estudo. Primeiro, existem vários domínios (e.g. forças educacionais, questões familiares e parentais) que parecem ser mais preditivos em contextos comunitários, onde afetam mais fortemente a vida diária do que em contextos institucionais (e.g. Van Voorhis et al., 2010; Van Voorhis et al., 2012; Van Voorhis et al., 2013, *cit in*, Van Voorhis, Bauman & Brushett, 2013). Outro padrão considera os itens estáticos do histórico criminal, que na maioria dos estados são as variáveis centrais dos sistemas de classificação de penitenciária, como menos, ou igualmente, preditivos para domínios que descrevem mulheres problemáticas (e.g. raiva, depressão, abuso recente de substâncias e abuso infantil). Finalmente, os resultados para os *follow-up* mais longos são mais fortes do que aqueles para *follow-up* curtos (6 meses). Os preditores mais fortes da amostra, como um todo, consistiram em antecedentes criminais, raiva, abuso recente de

substâncias e depressão. É de ressaltar que, no entanto, as correlações raramente ultrapassaram 0.20, contudo estes são consideravelmente mais altos quando os dados são desagregados pelos sítios.

A escala de risco total original representou a pontuação total de todos os domínios de risco/necessidade considerados preditivos no estudo de validação de construção de 2008. Essa escala resumia as pontuações de histórico criminal, atitudes antissociais, raiva, psicose, conflito familiar e medidas em colapso do histórico de saúde mental, depressão, abus infantil, histórico de abuso de substâncias e disfunção de relacionamento. A escala original também subtraiu uma força, suporte familiar, da pontuação total. Idealmente, as correlações devem ultrapassar 0.27 e os valores de AUC devem superar .70. Tais resultados foram observados em alguns dos testes de Ohio, mas não na análise do Missouri. Quanto ao *WRNA-T*, as variáveis sensíveis ao género, por si mesmas, ofereceram previsões estatisticamente significativas de conduta imprópria nas prisões. No entanto, os resultados foram mais fortes em Rhode Island e Ohio, do que no Missouri, contudo não podemos esquecer que o trailer não se destina a servir como uma avaliação de risco. Quando utilizado, como um complemento ao LSI-R, em Rhode Island, os méritos preditivos do *WRNA-T* foram mais fortes do que os do LSI-R. Como resultado, a validade preditiva do *WRNA-T* e LSI-R combinados foi menor do que a do *WRNA-T* sozinho, mas consideravelmente maior do que as correlações do LSI-R isoladamente. Além disso, na maioria das medidas de resultado, a variação atribuível apenas ao *WRNA-T* (correlação parcial) foi significativa.

Por fim, com o objetivo de comparação, a dissertação de Bell (2012) descrevia uma amostra de 101 ofensoras em seis institucionais comunitárias, em Cincinnati, Ohio e arredores. Os dados de um grupo de 122 mulheres ofensoras foram recolhidos entre outubro de 2008 e janeiro de 2009. Os dados de um grupo comparável de homens (n=114) foram retirados de três instituições correcionais, na comunidade, entre novembro de 2009 e janeiro de 2010. Os resultados para as escalas e domínios, neutros ao género, do *WRNA*, foram os seguintes: (1) para a escala de atitudes antissociais, registou-se um  $\alpha$  de .62 para a amostra total (.34 para mulheres e .73 para homens); (2) para o histórico criminal, a análise revelou um  $\alpha$  de .61 (.49 para o feminino e .65 para masculino); (3) para a escala de necessidades, o  $\alpha$  foi de .68 (.78 para o feminino e .53 para o masculino); (4) para a escala de emprego/finanças, o valor de  $\alpha$  foi baixo, .63 (.57 para mulheres e .61 para homens); (5) para a escala de pares antissociais, a fiabilidade foi adequada, com um valor .80 (.77 para o feminino e .83 para o

masculino); (6) para o histórico de abuso, o  $\alpha$  foi de .89 (.89 para mulheres e .88 para homens) e para o abuso recente, o  $\alpha$  foi mais baixo, .63 (.62 para mulheres e .60 para homens).

No geral, cinco das sete escalas neutras estavam, significativamente, relacionadas com qualquer resultado de ofensas no período de 12 meses. O histórico criminal demonstrou a relação mais forte com estas ofensas ( $r=0.33$ ,  $p\leq 0.01$ ). As únicas duas escalas neutras que não demonstraram relações significativas com as ofensas foram as necessidades educacionais e o domínio de emprego/financeiro. A análise de variáveis neutras, durante 12 meses, para as mulheres revelou um padrão diferente dos homens. Por exemplo, onde cinco das sete escalas eram preditivas para homens, apenas três delas (histórico criminal, atitudes antissociais e emprego/finanças) foram identificadas como preditivas para mulheres. Além disso, o género feminino relatou maiores necessidades na escala de emprego/finanças, o que foi significativamente relacionado com as ofensas ( $r= .20$ ,  $p\leq .05$ ).

Quanto a escalas responsivas ao género: (a) a escala de forças educacionais teve valores de  $\alpha$  de .59 (.67 para o género feminino e .49 para os homens); (b) a escala de raiva/hostilidade, o valor de  $\alpha$  foi de .71 (.73 para mulheres e .68 para homens); (c) a escala de depressão/ansiedade, o valor de  $\alpha$  foi de .70 (.64 para mulheres e .74 para homens); (d) a escala de Psicose é composta por duas questões, assim sendo o alfa não é uma medida apropriada para uma escala de dois itens, apesar de que a correlação foi feita na mesma. A correlação para a amostra total foi de .27 (.25 para mulheres e .30 para homens); (e) a escala Parental produziu um  $\alpha$  de .93 (.93 para mulheres e .93 para homens). Para a escala de dificuldades parentais, o valor de  $\alpha$  foi de .77 (.76 para o género feminino e .73 para o género masculino). E ainda, a escala de *Stress Parental* produziu um alfa de .84 (.76 e .89, respetivamente); (f) a escala de suporte familiar, o valor de  $\alpha$  .36, foi inaceitavelmente baixo para a amostra total (.53 para as mulheres e .14 para os homens). Uma análise mais aprofundada indicou que esta escala pode estar a formar uma escala de Guttman com um coeficiente de reprodutibilidade de .78. O alfa da escala de conflito, também foi inaceitavelmente baixa (.32), em pesquisas de avaliação anteriores com o *WRNA*, esta escala formou uma escala de Guttman, explicando assim o baixo valor de alfa; (g) escala de Relacionamento Disfuncional, o  $\alpha$  foi aceitável para a amostra total, mas não para os homens (.80 para o total; .82 para o género feminino e .70 para o género masculino), esta diferença poderá refletir diferenças de género na relevância desses itens; (h) o envolvimento no relacionamento, demonstrou baixa fiabilidade, com um alfa de .63 (.60 para mulheres e .68 para homens); (i) a escala de autoeficácia teve um excelente valor para o  $\alpha$  (.90; .89 para o

género feminino e .89 para o género masculino); e (j) na escala de abuso na infância, o  $\alpha$  foi de .94 (.94 para as mulheres e .95 para homens). Na escala de abuso na idade adulta, os valores foram idênticos, o  $\alpha$  teve um valor de .94 (.95 para mulheres e .93 para homens).

As escalas sensíveis ao género não se demonstram as melhores para o género masculino. Embora alguns relacionamentos significativos tenham surgido, a maioria estava na direção oposta esperada para fatores de risco. Ou seja, a maioria das variáveis sensíveis ao género demonstrou uma relação negativa modesta com qualquer falha relacionada à ofensa e qualquer falha para os homens. Por exemplo, a escala de abuso físico demonstrou uma relação significativa com as ofensas de reincidência ( $r = -.p \leq .05$ ). No entanto, a interpretação dessa relação indicou que a existência de abuso físico na vida masculina, da amostra, diminuiu a probabilidade de reincidência. Isso não era verdade para as mulheres da amostra. De facto, várias escalas sensíveis ao género tiveram um desempenho muito bom para o feminino. Medidas de problemas de saúde mental, abuso e parentalidade foram significativamente relacionadas com qualquer falha relacionada com ofensas recorrentes. Por exemplo, escalas que medem as dificuldades e o *stress* parental foram as mais fortemente relacionadas com ofensas recorrentes ( $r = .33, p \leq .01$ ;  $r = .34, p \leq .01$ , respetivamente). A força dos relacionamentos para essas escalas excedeu o relacionamento mais forte observado nas escalas neutras ao género (histórico criminal) para as mulheres.

## Capítulo II – Estudo Empírico (Metodologia)

---

### 1. Objetivos e Hipóteses

Os objetivos gerais desta dissertação são os de analisar as necessidades criminógenas de reclusos e reclusas, examinar a relevância das necessidades para que possam ser reconhecidas como neutras e/ou responsivas ao género, recorrendo assim ao instrumento *WRNA*. Bem como avaliar a relação entre as necessidades criminógenas e a má conduta institucional.

Os primeiros objetivos prendem-se com a comparação entre os géneros, verificando se as necessidades são responsivas ou neutras ao género, como referidas na literatura científica.

O último objetivo concentra-se em avaliar se este instrumento, para além de ser visto como uma mais-valia na avaliação de risco e necessidades, permite a predição de infrações disciplinares num ambiente prisional, quando avaliadas as necessidades de cada indivíduo.

### 2. Material e Métodos

#### 2.1. Amostra

Os participantes incluídos neste estudo são indivíduos, do género feminino e masculino, que se encontravam em reclusão, em 2019, em regime comum, nos Estabelecimentos de Santa Cruz do Bispo Feminino e Masculino. No total, aquando o início das entrevistas, estavam 422 indivíduos masculinos e 303 femininos, nos respetivos estabelecimentos, embora hajam flutuações diárias. Todos os sujeitos foram elegíveis e selecionados com base na sua disponibilidade, isto é, tendo em consideração as suas atividades (escola, trabalho, formações) de rotina. Desta forma, administrou-se entrevistas aos indivíduos até perfazer um total de 83 casos do género feminino e 68 do género masculino – 151 sujeitos na amostra total.

#### 2.4. Procedimentos

Através de uma revisão de literatura internacional que tinha como tópico os instrumentos de avaliação de necessidades criminógenas ou necessidades criminógenas sensíveis ao género, o *Women's Risk Needs Assessment* foi o instrumento que despertou maior interesse. Trata-se de um instrumento que foi construído para ser responsivo ao género, algo nunca utilizado, ou experienciado, em Portugal. Desta forma, inicialmente foi enviado um pedido de utilização do

instrumento, na sua forma integral, à Professora Dra. Emily Salisbury, uma das investigadoras principais do *WRNA*, juntamente com a Dra. Van Voorhis.

Quanto ao pedido, este explicava os objetivos do presente estudo e, resumidamente, a realidade portuguesa quanto à não existência de instrumentos sensíveis ao género. Com o consentimento da professora Salisbury, foram gentilmente cedidos os seguintes materiais: a versão institucional do instrumento, a versão do *Trailer* institucional, *WRNA Scoring sheet* e o manual para uso do instrumento.

Seguidamente endereçou-se um pedido à DGRSP, para ingressar nos Estabelecimentos em prol da investigação, para realizar as entrevistas e analisar os processos, explicitando os objetivos da dissertação, os procedimentos para tal e a amostra que seria necessária para o realizar.

No momento de espera da receção da autorização para o estudo, pela DGRSP, iniciou-se o processo de tradução, depois de consentido com a Professora Dra. Salisbury, do instrumento *WRNA* institucional. A adaptação transcultural de um questionário para o uso num novo país, cultura e/ou idioma exige que se recorra a um método único para alcançar a equivalência entre a fonte original e as versões “de destino”. Para que as medidas sejam utilizadas entre culturas, não devem apenas ser bem traduzidos linguisticamente os itens, mas também devem ser adaptados culturalmente para manter a validade de conteúdo do instrumento num nível conceitual em diferentes culturas. O termo “adaptação cultural” abrange um processo que analisa os problemas de idioma (tradução) e a adaptação que é feita no processo de preparação de um questionário para a sua utilização noutra ambiente (Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000).

Esta tradução seguiu as seguintes *guidelines*:

- (i) Etapa I – Tradução (duas traduções [T1 e T2], na língua portuguesa, com um tradutor informado e um desinformado). Nesta primeira etapa, a tradução é direta. Muitos recomendam que sejam feitas pelo menos duas traduções avançadas do instrumento do idioma original para o idioma de destino. Desta forma, as traduções podem ser comparadas e observadas discrepâncias, que podem refletir uma redação mais ambígua no original, ou discrepâncias no processo de tradução. Escolhas de palavras mais pobres são identificadas e resolvidas numa discussão entre os tradutores. Tradutores bilíngues cuja língua materna é o idioma-alvo produzem as duas traduções independentes;
- (ii) Etapa II – Síntese (sintetizar T1 e T2 em T12, resolvendo assim quaisquer discrepâncias com relatórios de tradutores). A partir do instrumento original, bem como

o das versões do primeiro tradutor (T1) e do segundo tradutor (T2), é feita uma síntese dessas traduções (produzindo uma tradução comum), assim cada um dos problemas é abordado e resolvido. O consenso é importante nesta etapa;

- (iii) Etapa III – Tradução Reversa (criar duas traduções inglesas posteriores BT1 e BT2). Com a tradução comum do instrumento, sem conhecimento da versão original (com o objetivo de evitar *bias* de informação e conseguir significados inesperados dos itens do instrumento), um tradutor traduz o instrumento de novo para a língua original. Este é um processo de verificação, de validade, para garantir que a versão traduzida está a refletir o mesmo conteúdo do item que a versão original. Esta etapa, geralmente, amplia as palavras pouco claras nas traduções. A retro-tradução destaca inconsistências ou erros conceituais na tradução;
- (iv) Etapa IV – Revisão do comité de especialistas (rever todos os relatórios, chegar a um consenso sobre discrepância e produzir versão pré-final). Os investigadores que desenvolveram o instrumento original estão em contacto próximo com os especialistas durante esta parte do processo. O objetivo é consolidar todas as versões do instrumento e desenvolver o que será considerado como a versão pré-final do instrumento. (Beaton, Bombardier, Guillemin & Ferraz, 2000).

O contacto com a Professora Dra. Salisbury e a assistente do grupo Bauman, Katie Coyne, foi mantido para eventuais dúvidas de tradução e para ser proporcionado o treino adequado para a implementação do *WRNA* nos Estabelecimentos Santa Cruz do Bispo Feminino e Masculino. Este treino consistiu em verificar, item a item, o que poderia trazer maior desconforto aos participantes, principalmente mulheres, como faria as introduções antes das secções ou questões mais íntimas, que informação poderia recolher posteriormente para possíveis complementos, o que fazer em situações de não resposta e como fazer o score total do instrumento.

Aquando a receção de resposta afirmativa da DGRSP, foi também elaborado uma declaração de consentimento<sup>12</sup> para ser distribuído, no momento da entrevista, pelos reclusos, e reclusas, a explicar o objetivo do estudo no qual iriam participar e algumas definições básicas. Apenas quando o consentimento fosse assinado e não existissem dúvidas, por parte dos reclusos, é que poderia ser iniciada a entrevista. Após cada entrevista, eram lidos os processos individuais de cada recluso/a para a confirmação de dados judiciais, pessoais, sociais e para recolha de informação quanto à má conduta institucional.

---

<sup>12</sup> Ver Anexo 2

### 2.3. Instrumentos e Variáveis do estudo

#### I) **Women's Risk Needs Assessment – WRNA**<sup>13</sup>

Este instrumento, na sua versão institucional, inclui a maioria dos principais fatores responsivos ao género que emergiram da literatura sobre os caminhos das mulheres. Abordando uma gama abrangente de fatores familiares, relacionais, económicos, sociais e psicológicos (Van Voorhis et al., 2010, *cit in*, Brennan, et al. 2012).

As subescalas neutras ao género, no WRNA incluem as atitudes, o histórico criminal, as necessidades educacionais, emprego/finanças, pares antissociais e abuso de substâncias (histórico e recente). As escalas sensíveis ao género incluem forças educacionais, raiva/hostilidade, saúde mental (histórico e atual), abuso/trauma na infância e idade adulta, apoio nos relacionamentos, parentalidade, apoio e conflito familiar (família de origem). O inquérito de autorrelato inclui subescalas que exploram domínios que podem ser questões delicadas para os ofensores, estas incluem relacionamentos disfuncionais, autoeficácia e parentalidade (Bell, 2012).

De forma detalhada, as escalas são as seguintes:

(a) **Atitudes Antissociais** → Nesta primeiro contacto com o ofensor, o individuo deve ser envolvido numa breve conversa sobre o crime que levou à sua condenação. Esta escala foi construída para avaliar o grau de internalização de valores criminais, ou negação de responsabilidades das ações, de um ofensor/ofensora. É composta por sete itens e assim, a sua pontuação vai desde 0 a 7 pontos;

(b) **Histórico criminal** → Esta escala, sendo um grande preditor de comportamento criminoso futuro, inclui oito itens pertencentes à interação anterior do ofensor com o sistema de justiça criminal. A sua pontuação varia entre os 0 e os 14 pontos;

(b) **Educação** → A escala educacional divide-se em Forças e Necessidades educacionais, sendo constituída por 7 itens no total. Quanto às necessidades educacionais, o objetivo é analisar *deficits* educacionais, presentes ou passados. Relativamente às forças educacionais, avalia as qualificações do indivíduo. Estas forças podem indicar uma área na qual podem vir a construir um futuro sucesso. A pontuação desta escala varia entre 0 e 7 pontos;

(c) **Emprego/Finanças** → Os itens desta escala estão divididos entre 7 questões, que contam para o *score* total. As questões são relativas a se enfrentaram dificuldades, por

---

<sup>13</sup> Ver Anexo 2

exemplo, em encontrar, ou manter, um emprego, pagar as suas despesas ou suportar-se a eles próprios. A pontuação vai desde 0 a 8 pontos;

(d) **Pares Antissociais** → Esta secção inclui cinco itens que, por sua vez, procuram aceder às associações pró-sociais e/ou a pares que enveredam pelo comportamento criminal. A pontuação varia entre 0 e 5 pontos;

(e) **Raiva/Hostilidade** → É uma escala composta por 6 itens, que resultam num *score* total da escala. A pontuação varia entre o 0 e os 6 pontos;

(f) **Saúde Mental** → A escala de Histórico de Doença Mental utilizada neste instrumento foi projetada para avaliar a doença mental com base em medidas de comportamento, é composta por 6 itens. A pontuação varia entre o 0 e os 6 pontos. O *WRNA* conta também com uma subescala dinâmica para sintomas como depressão/ansiedade e psicose. Quanto à depressão, com seis questões, o objetivo será avaliar até que ponto os indivíduos experienciaram depressão, ou ansiedade, durante os últimos dias. Por fim, quanto a escala de psicose, composta por duas questões, sobre experiências atuais sobre sentimentos de que outros lhes estavam a tentar causar dano, se viam, ou ouviam, coisas que não estava realmente presentes. A pontuação varia entre 0 a 8;

(g) **Vitimação e Abuso** → Esta escala é relativa a Abuso/Trauma durante a idade de infância e idade adulta, colocando apenas duas questões para cada momento da vida do ofensor/ofensora. Os dois itens dividem-se em abuso físico e abuso sexual. A pontuação pode variar entre 0 e 4. A escala de Stress Pós-Traumático também faz parte desta secção, é composta por 4 itens, logo a sua pontuação varia entre 0 a 4, esta procura entender se o ofensor/ofensora, alguma vez, passou por um experiência que fosse assustadora, horrível ou perturbadora;

(h) **Abuso de Substâncias** → Esta escala divide-se em Histórico de abuso e abuso Recente. O Histórico de abuso mede qualquer histórico de consumo de substâncias, com 11 questões. Por sua vez, a escala de abuso recente, com cinco questões (0-5), mede o grau em que o consumo de substâncias representa um problema no momento da entrevista.

(i) **Relacionamentos** → A Escala de Estabilidade de Relacionamentos é composta por três itens, estes servem para ter conhecimento se o ofensor/ofensora está envolvido/a com alguém significativo, o tempo de relacionamento e o *status* da sua relação. A pontuação varia entre 0 e 3;

(j) **Envolvimento Parental** → Esta escala inclui quatro questões que refletem na empenho, atual ou futuro, e capacidade parental de cada indivíduo. A pontuação varia entre 0 a 4 pontos para o *score* total da escala;

(k) **Família de Origem** → Esta escala divide-se em Suporte Familiar e Conflito Familiar, incluem questões construídas para avaliar a existência da família na vida do ofensor/ofensora, mas também a qualidade do seu relacionamento. O Suporte Familiar inclui cinco questões e o Conflito Familiar, inclui quatro. A pontuação varia entre 0 e 8 pontos;

(l) **Escala de Relacionamentos** → A escala A (satisfação de relacionamentos) e B (disfunção de relacionamentos) de relacionamentos fazem parte do Inquérito Institucional, este debruça-se sobre assuntos como relacionamentos, autoconfiança, abuso e parentalidade. Estas duas escalas têm, respetivamente 3 itens e outra, 4 questões;

(m) **Escala de Autoeficácia**<sup>14</sup> → O objetivo desta escala é medir o grau em que o ofensor/ofensora sentiram que tinham a capacidade de atingir as suas metas e lidar com os problemas que poderiam surgir. A composição desta é feita com 17 questões;

(n) **Escala Parental** → Esta escala é apenas preenchida por quem tem filhos menores de 18 anos. A escala de *stress* parental inclui 12 itens que, por sua vez, medem a extensão em que os ofensores/ofensoras sentem que são incapazes, ou impotentes, ou assim se sentem, para criar os seus filhos.

Domínios como Educacionais, Emprego/Finanças, Pares Antissociais, Raiva/Hostilidade, Depressão/Ansiedade e Psicose, Abuso/Trauma e Envolvimento Parental possuem também questões consideradas notas de gestão de caso. Estas notas oferecem orientações para determinar como trabalhar algumas das necessidades criminógenas. Na gestão de caso deve ser considerado a preferência e motivação do/a ofensor/ofensora, a severidade da necessidade, as considerações práticas, o nível de risco do agressor e o número de fatores de risco apropriados para os infratores realizarem num determinado momento.

---

<sup>14</sup> Sherer, M., Maddus, J., Mercandante, B., Prentice-Dunn, S., Jacobs, B., & Rogers, R. (1982). The Self Efficacy Scale: Construction and Validation. *Psychological Reports*, 51, 663-671.

## **II) Variáveis Sociodemográficas e da Situação Jurídico-Penal**

Com o objetivo de confirmação das informações obtidas durante a entrevista, recorreu-se à análise documental dos processos prisionais. O esclarecimento centrou-se em variáveis como idade, data de nascimento, grau de escolaridade, etnia, estado civil, naturalidade e residência, situação laboral, profissão, se têm ou não filhos, doença mental diagnosticada, informações sociais, registo criminal, crime atual cometido e duração da pena. A leitura de cada processo individual é encorajada pelo manual do *WRNA*, não só para confirmar as informações, mas também para adicionar os esclarecimentos necessários. A história criminal, a ofensa atual, e outros registos do processo/dossier devem ser consultados para verificar, e corroborar, as respostas do indivíduo às perguntas feitas durante a entrevista. As fontes devem ser todas registadas. Na maioria dos casos, as perceções do indivíduo devem ser preferidas, no entanto, se houver uma clara discrepância entre a versão do indivíduo e a versão do registo oficial, os itens marcados com um asterisco (\*) poderão ser sobrepostos pela indicação presente nos registos oficiais para aumentar o risco, ou necessidade, do indivíduo.

A análise documental é um procedimento sistemático para revisão, ou avaliação, de documentos, tanto impressos como eletrónicos. Este tipo de análise exige que os dados sejam avaliados, e interpretados, de modo a obter significado, ganhar compreensão e desenvolver o conhecimento empírico (Corbin & Strauss, 2008, *cit in*, Bowen, 2009). Neste estudo, a análise documental baseia-se em dados denominados organizacionais/institucionais, estes, por sua vez, fornecem dados suplementares à investigação, e estas informações, e perceções, derivadas de documentos podem ser valiosas adições à base de conhecimento (Bowen, 2009).

## **III) Má Conduta Institucional (*misconduct*)**

Adicionalmente, com o objetivo de recolher informação quanto ao comportamento das reclusas, e reclusos, dentro dos Estabelecimentos Prisionais, procedeu-se à análise dos processos individuais/ficha biográfica dos reclusos. Cada processo individual é separado nas diferentes áreas necessárias para informação, a que era de maior interesse, neste caso era “*Medidas Disciplinares*” ou “*Disciplina e Punições*”. Foram recolhidos os dados, relativos às infrações, desde o momento de entrada na prisão de cada sujeito, que estava disponível no momento da realização da entrevista. Posteriormente, foram novamente recolhidas informações de má conduta no mês de setembro. As entrevistas tiveram início a 21 de fevereiro e terminaram a 30 de abril de 2019.

#### 2.4. Processamento e Análise de dados

Após realizadas as entrevistas e a análise documental, os dados foram inseridos no IBM SPSS Statistics 24<sup>15</sup>, sendo analisados neste programa informático. A análise de dados envolveu procedimentos da análise descritiva e inferencial.

Numa primeira abordagem a este conjunto de dados, inicia-se então uma exploração das informações recolhidas. Recorreu-se à análise estatística descritiva, utilizando medidas de tendência central, como a média, e medidas de dispersão, como o desvio-padrão. Quanto a testes foram feitos testes do Qui-Quadrado ( $\chi^2$ ) que verificam se existem, ou não, relações entre duas variáveis. Isto é, este teste serve para testar, neste caso, se as duas populações (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica (Marôco, 2011; Martinez & Ferreira, 2007). Foram ainda feitos testes *t-student* para comparação de duas médias provenientes de amostras independentes (design entre-sujeitos), este teste verifica se existem ou não diferenças significativas entre as situações pertinentes

Numa primeira parte, relativa à estatística descritiva, o objetivo é descrever as características da amostra. Quanto a variáveis quantitativas, como a idade, ano de entrada, a duração da pena, infrações disciplinares anteriores e posteriores à entrevista e, por fim, os itens de cada escala do WRNA, procurou-se saber qual a sua média amostral (M) e o desvio padrão (DP) e a sua significância para a existência, ou não, de diferenças entre os géneros. No que toca a variáveis qualitativas, ou seja, nacionalidade, etnia, região, grau de escolaridade, situação profissional, filhos, doença mental e tipo de crime, foram utilizadas frequências e percentagens, visto a sua natureza categórica não permitir a realização de médias, nem de desvio padrão.

A média e o desvio padrão foram também avaliados quanto ao scores totais de cada escala do WRNA, além disso, para medir a consistência interna de cada um deles, utilizou-se a medida do alfa ( $\alpha$ ) de Cronbach. Muitas vezes é verificado em artigos que um valor de .70 a .80 é um valor aceitável para o  $\alpha$  e valores substancialmente inferiores indicam uma escala não fiável. Kline (1999, *cit in*, Field, 2013) observa que, embora o valor geralmente aceite de .80 seja apropriado para testes cognitivos, como testes de inteligência, para testes de capacidade, um ponto de *cut-off* de .70 é mais adequado. O valor do  $\alpha$  depende do número de itens na escala, conforme o número de itens, na escala, aumenta, o  $\alpha$  aumentará. Como tal é

---

<sup>15</sup> “Software de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas” (Mâroco, 2011).

possível obter um valor  $\alpha$  grande por ter vários itens na escala e não porque a escala é fiável (Field, 2013). Considerou-se então que o valor mínimo aceitável do alfa é .70, de acordo com o Kline (1999, *cit in*, Field, 2013).

O AUC (*area under the curve*) é um método comum, e preferencial, para a análise e relato da validade preditiva. Esta validade refere-se à utilidade de um teste na previsão de algum desempenho futuro (Kothari, 2004) Os valores de AUC superiores a .70 são considerados representativos de uma forte previsão preditiva, valores de .50 são considerados não melhores que o acaso (Salisbury, Bopre & Kelly, 2016; Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger, 2008-A). Quanto às infrações disciplinares, Gover, Pérez & Jennings (2008) afirmam que os fatores preditivos de ajuste institucional entre os géneros demonstraram ser diferentes, o que contradiz os resultados de Craddock (1996) que afirmaram que fatores semelhantes previam violações de regras independentemente do género.

## Capítulo III – Estudo Empírico (Resultados)

Neste terceiro capítulo serão apresentados os resultados relativos à (1) caracterização da amostra, (2) avaliação do risco/necessidades criminógenas e análise das pontuações o instrumento *WRNA*, (3) análise da fiabilidade e (4) análise da predição do instrumento.

### 1. Caraterização da Amostra

#### 1.1. Variáveis Sociodemográficas

A amostra é constituída de 151 indivíduos, sendo 83 do género feminino e 68 do género masculino, com idades compreendidas entre os 21 e 66 anos, com uma média de 40.95 anos (DP=10.79), como é possível observar na tabela 1. Não existem diferenças de idade significativas entre os géneros ( $t(10.79) = 1.745$ ;  $p = .083$ ), sendo a média feminina de 42.33 (DP=10.61) e a masculina de 39,26 (DP=10.86).

**Tabela 1: Idade**

	Género	N	Média	Desvio Padrão	t	p
<b>Idade</b>	Feminino	83	42.33	10.61	1.745	<b>.083</b>
	Masculino	68	39.26	10.86		
<b>Total</b>		151	40.95	10.79		

Na tabela 2 verifica-se que a maior percentagem das mulheres (39.8%) tem idades compreendidas entre os 36 e 50 anos, já a percentagem do género masculino (42.6%) concentra-se nas idades compreendidas entre os 21 e 35 anos. Confirma-se contudo a inexistência de diferenças ( $\chi^2 = 2.80$ ;  $p = .246$ ). Todos os homens e 97.6% das mulheres são de nacionalidade portuguesa, existindo uma mulher de nacionalidade chilena e outra romena. Da amostra total dos ofensores femininos, 31.3% eram de etnia cigana e apenas 8.8% dos homens eram da mesma etnia, sendo que as diferenças destas proporções são significativas. No que respeita aos géneros e o distrito no qual habitavam, verifica-se que 39.8% de ofensoras residia no Porto, 20.5% em Aveiro, 13.3% em Coimbra e 12% em Braga, sendo estes os distritos principais. Quanto ao género masculino destacam-se 58.8% que habitavam no Porto e 19.1% em Aveiro. Verifica-se então que as várias mulheres provêm de diversos locais,

provavelmente por não existirem tantos estabelecimentos prisionais femininos, como masculinos.

Relativamente ao grau de escolaridade, demonstra-se que a maior percentagem das mulheres (28.9%) tinha o 3º ciclo, tal como no género masculino (39.7%). Da subamostra feminina, 10.8% das ofensoras afirmaram ser analfabetas, 27.7% tinha o 1º ciclo, 14.5% o 2º, 15.7% tinha o secundário e apenas 2.4% frequentaram, pelo menos, um semestre no ensino superior. Quanto à situação profissional, 30.1% da amostra feminina estava empregada (ou seja, tinham um emprego a tempo inteiro anterior à reclusão), 13.3% trabalhava em regime *part-time* ou estava incapacitado (isto é, incapacitado/a de trabalhar por prestar cuidados a crianças/familiares, por problemas de saúde, por ser estudante, etc.) e 56.6% estavam desempregados. Da amostra masculina, 48.5% tinha um emprego a tempo inteiro, 17.6% trabalhava a *part-time* ou estava incapacitado e 33.8% estava desempregado. Verificou-se que estas diferenças entre os géneros são significativas ( $\chi^2 = 7.96$ ;  $p = .019$ ).

**Tabela 2: Variáveis Sociodemográficas**

		Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
		N	%	N	%		
<b>Idade</b>	[21 – 35]	26	31.3	29	42.6	2.80	.246
	[36 – 50]	33	39.8	26	38.2		
	[51 – 66]	24	28.9	13	19.1		
<b>Nacionalidade</b>	Portuguesa	81	97.6	68	100.0		
	Chilena	1	1.2	-	-		
	Romena	1	1.2	-	-		
<b>Etnia</b>	Cigana	26	31.3	6	8.8	11.33	.001
	Caucasiana	57	68.7	62	91.2		
<b>Região</b>	Aveiro	17	20.5	13	19.1		
	Braga	10	12.0	5	7.4		
	Bragança	5	6.0	2	2.9		
	C. Branco	1	1.2	-	-		
	Coimbra	11	13.3	-	-		
	Faro	1	1.2	-	-		
	França	1	1.2	-	-		
	Funchal	1	1.2	-	-		
	Portalegre	-	-	1	1.5		

Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

	Pta. Delgada	-	-	1	1.5	
	Porto	33	39.8	40	58.8	
	Setúbal	1	1.2	-	-	
	Viana Cast.	-	-	4	5.9	
	Vila Real	2	2.4	1	1.5	
	Viseu	-	-	1	1.5	
<b>Grau de Escolaridade</b>	Analfabeto	9	10.8	3	4.4	
	1º Ciclo	23	27.7	10	14.7	
	2º Ciclo	12	14.5	17	25.0	
	3º Ciclo	24	28.9	27	39.7	
	Secundário	13	15.7	10	14.7	
	Ensino Super.	2	2.4	1	1.5	
<b>Situação Profissional</b>	Tempo Inteiro	25	30.1	33	48.5	
	Part-Time ou Incapacitado	11	13.3	12	17.6	
						7.96 <b>.019</b>
	Desempregado	47	56.6	23	33.8	

Em relação ao facto de ter ou não filhos, conforme a tabela 3, as diferenças entre os géneros são significativas ( $\chi^2=15.15$ ;  $p=.002$ ). Quanto à amostra feminina, 91.6% tinham filhos, sendo que 31.3% tinham filhos maiores de 18 anos, 50.6% com menos de 18 anos, 9.6% nunca teve um período de contacto contínuo com os seus filhos e 8.4% não tinham filhos. No que toca à amostra masculina, 69.1% tinham filhos, 14.7% tinham filhos maiores de 18 anos, 42.6% menores de 18 anos, 11.8% não tinham qualquer contacto contínuo e 30.9% não tinham filhos.

Quanto ao número de filhos, foram demonstradas diferenças significativas nesta variável entre os géneros ( $t= 3.40$ ;  $p=.001$ ). A amostra feminina demonstrou uma média de 2.60 (DP=1.67), enquanto a masculina mostrou uma média de 1.68 (DP=1.64), ou seja, as mulheres desta amostra têm mais filhos.

**Tabela 3: Filhos e Número de Filhos**

		Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
		N	%	N	%		
<b>Filhos</b>	Sim	76	91.6	47	69.1	15.15	<b>.002</b>
	>18	26	31.3	10	14.7		
	<18	42	50.6	29	42.6		
	S/Contato	8	9.6	8	11.8		
	Contínuo						
	Não	7	8.4	21	30.9		
<b>Nº Filhos</b>		<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
	1	14	16.9	15	22.1		
	2	25	30.1	11	16.2		
	3	16	19.3	10	14.7		
	4	9	10.8	3	4.4		
	5	5	6.00	-	-		
	6	6	7.2	-	-		
	7	1	1.2	-	-		
		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>		
		2.60	1.674	1.68	1.643	3.409	<b>.001</b>
<b>Total</b>	M ± DP					2.19±1.718	

Na tabela 4, verificamos que há uma diferença significativa entre homens e mulheres quanto à doença mental ( $\chi^2 = 4.23$ ;  $p = .040$ ), sendo que 45.8% do género feminino sofre de doenças mentais, e 34.5% do género masculino padece das mesmas problemáticas. Nas reclusas constatou-se que sofriam de depressão, agorafobia, bipolaridade afetivo-nervosa, psicose maníaco-depressiva e ansiedade. Quanto aos reclusos, estes foram diagnosticados com problemas depressivos, esquizofrenia, síndrome de dependência e ansiedade<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Ver Anexo 4

Tabela 4: Doença Mental

Doença Mental	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Sim	38	45.8	20	34.5	4.23	.040
Não	45	54.2	48	70.6		
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>55</b>	<b>68</b>	<b>45</b>		

### 1.2. Variáveis de Situação Jurídico-Penal

No que respeita à dimensão judicial, na tabela 5, verifica-se que o ano de entrada destes ofensores, e ofensoras, vão desde 2000 ao ano atual, sem diferenças significativas ( $\chi^2= 9.56$ ;  $p=.088$ ). Da amostra das reclusas, 25.3% entraram no Estabelecimento de Santa Cruz do Bispo no ano de 2018, sendo a maior percentagem, seguida de 22.9% que entram entre o ano 2000 a 2014. Da amostra de reclusos masculinos, a maior percentagem (27.9%) concentra-se no ano de 2017, seguido do ano 2018 (19.1%) e 2019 (17.6%). No que respeita à duração da pena, para o género feminino vai desde 2 meses a 25 anos, tendo uma média de 7 anos (DP=5.58). No que toca ao género masculino, a duração de pena vai desde os 6 meses aos 25 anos, com uma média de 5.16 anos (DP=3.43). A diferença não é significativa para os géneros ( $\chi^2= 76.73$ ;  $p=.151$ ).

Tabela 5: Ano de Entrada no Estabelecimento e Duração da Pena

	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
[2000-2014]	19	22.9	8	11.8	9.56	.088
2015	10	12	6	8.8		
2016	14	16.9	10	14.7		
2017	11	13.3	19	27.9		
2018	21	25.3	13	19.1		
2019	8	9.6	12	17.6		
Média	7	-	5.16	-		
Mínimo	0.2	-	0.6	-	76.73	.151
Máximo	25	-	25	-		
DP	5.586	-	3.437	-		

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

Relativamente aos crimes, na tabela 6, verifica-se que o crime mais encontrado entre o género feminino é o tráfico de estupefacientes (48.2% da subamostra), seguidamente o furto (12%) e o roubo (10.8%). No caso do género masculino, 23.5% cometeu tráfico de estupefacientes, 13.2% roubo e 16.2% furto. Ainda, segundo os dados recolhidos, 9.6% das mulheres cometeram um crime contra a vida, homicídio, enquanto 5.9% dos homens cometeram este mesmo tipo de crime.

**Tabela 6: Caraterização da Situação Jurídico-Penal**

Tipo de Crime	Género Feminino		Género Masculino	
	N	%	N	%
Homicídio	8	9.6	4	5.9
Ofensa à Integridade Física	2	2.4	2	2.9
Violência Doméstica	1	1.2	3	4.4
Sequestro	1	1.2	-	-
Escravidão	1	1.2	-	-
Tráfico de Pessoas	1	1.2	-	-
Coação Sexual	-	-	2	2.9
Violação	-	-	2	2.9
Abuso Sexual de Crianças	1	-	4	5.9
Furto	10	12	11	16.2
Roubo	9	10.8	9	13.2
Violência depois de Subtração	-	-	2	2.9
Burla e/ou Falsificação de Documentos	6	7.2	3	4.4
Incêndios, Explosões, etc.	-	-	1	1.5
Profanação de Lugar fúnebre e Incêndio	1	1.2	-	-
Desvio de Subvenção ou Subsídio	-	-	1	1.5
Fraude Fiscal	-	-	1	1.5
Branqueamento	-	-	1	1.5
Tráfico de Estupefacientes	40	48.2	16	23.5
Consumo de Estupefacientes	-	-	1	1.5
Condução em estado de Embriaguez	-	-	3	4.4
Condução s/habilitação legal	2	2.4	2	2.9

### 1.3. Infrações Disciplinares

Na tabela 7, verifica-se então que no momento de entrevista, 51.8% das reclusas não tinham qualquer registo de má conduta institucional, 20.5% tinha pelo menos uma infração no seu registo disciplinar, 6% tinha duas infrações, 2.4% tinha três, 1.2% tinha quatro registos disciplinares e 19.2% tinha entre 5 a 25 infrações no seu processo individual. Já no momento seguinte ao término das entrevistas, 79.5% do género feminino não tinha qualquer infração disciplinar, 18.1% tinha uma infração disciplinar e apenas duas mulheres tinham 2-3 infrações.

Relativamente ao género masculino, no primeiro momento, 48.5% dos reclusos não tinham qualquer registo de más condutas institucionais, 22.1% tinha um registo, 10.3% tinha duas infrações, 7.4% tinha três, 2.9% tinha quatro e 8.8% tinha entre 5 a 25 infrações no seu processo individual. No segundo momento de recolha, 83.8% não tinha nenhuma infração registada, 8.8% tinha um registo de má conduta, 4.4% tinha duas infrações, 1.5% tinha três e 1.5% tinha 5.

Os resultados demonstraram que não existem diferenças de infrações entre os géneros, nos dois momentos. No género feminino, no momento da entrevista, verifica-se que a média de infrações foi de 2.23, com um desvio padrão igual a 4.73. No que toca ao género masculino, a média foi de 1.47, com um desvio padrão de 2.61. Para o momento após a entrevista, demonstra-se que, no género feminino teve uma média para a variável de infrações igual a .24, com um desvio padrão de .53. Enquanto no género masculino, a média foi de .29, com um desvio padrão de .83.

Algumas das causas das várias infrações disciplinares femininas que foram encontradas, são as seguintes: (a) conduta incorreta para com elementos de vigilância em serviço, (b) comportamentos incorretos, chamadas de atenção para incumprimentos normativos, (c) alterações nas alas, (d) alterações no espaço coletivo, insultos e ameaças, comportamento incorreto e desajustado, (e) atitudes incorretas e irresponsabilidades parentais (no caso das reclusas, os filhos até ao 3, máximo 5, anos ficam à sua guarda no estabelecimento) e (f) agressões com outra reclusa. Relativamente ao género masculino, verificaram-se más condutas como: (a) posse de cartões de utentes de outros reclusos, (b) apreensões de telemóveis, respetivos cartões e carregadores, (c) envolvimento em alteração, comportamentos incorretos, ameaças e difamação, (d) incumprimentos normativos, (e) consumo/posse de estupefacientes ou álcool, (f) facas artesanais e (g) agressões com outros reclusos.

**Tabela 7: Infrações Disciplinares – Comparação entre os Géneros**

	Género Feminino		Género Masculino		t	p	
	N	%	N	%			
<b>I. D. no momento da entrevista</b>	0	43	51.8	33	48.5		
	1	17	20.5	15	22.1		
	2	5	6.0	7	10.3		
	3	2	2.4	5	7.4		
	4	1	1.2	2	2.9		
	[5-25]	16	19.2	6	8.8		
	Média	2.23	-	1.47	-		
DP	4.738	-	2.612	-	1.245	.215	
<b>I. D. após a entrevista</b>	0	66	79.5	57	83.8		
	1	15	18.1	6	8.8		
	2	1	1.2	3	4.4		
	3	1	1.2	1	1.5		
	5	-	-	1	1.5		
	Média	.24	-	.29	-		
	DP	.532	-	.830	-	-.477	.634

Nota: I.D – Infrações Disciplinares

## 2. Avaliação do Risco/Necessidades Criminógenas

Ao longo deste subcapítulo serão apresentados os vários domínios que integram o WRNA: Atitudes Antissociais, Histórico Criminal, Forças e Necessidades Educacionais, Emprego/Finanças, Pares Antissociais, Raiva/Hostilidade, Histórico de Doença Mental e as suas escalas dinâmicas, Abuso/Trauma, Abuso de Substâncias, Estabilidade relacional, Envolvimento parental, Suporte e Conflito familiar, Escalas de relacionamentos, Autoeficácia e *Stress* Parental. Ao expor as diferentes necessidades, o objetivo será verificar a dimensão das necessidades criminógenas e comparar onde se verificam as diferenças entre os géneros, de forma mais detalhada, nos vários itens de cada escala. Seguidamente, num outro ponto intitulado “*Análise das pontuações do instrumento WRNA*” serão analisados as pontuações, obtidas por cada indivíduo, de risco e necessidade em cada um dos domínios referidos, com a finalidade de verificar as diferenças entre os géneros.

### 2.1 Avaliação por Domínio

#### 2.1.1 Atitudes Antissociais

Na tabela 8, é possível observar que não existem diferenças entre os géneros ( $t = -.83$  e  $p = .407$ ) em atitudes antissociais.

No entanto, na análise de cada item, verifica-se que existem diferenças de géneros em 2 itens: 44.6% de mulheres afirmaram não sentir qualquer tipo de remorso pela sua ofensa atual. Por sua vez, 75% dos homens não demonstraram este sentimento em relação à ofensa. Ou seja, houve diferenças entre o género ( $\chi^2 = 14.22$ ,  $p = .000$ ). Relativamente à atribuição de culpa a outros indivíduos, também foram demonstradas diferenças ( $\chi^2 = 6.97$ ;  $p = .008$ ), onde 45.8% da amostra feminina atribuiu essa culpa a participantes, vítimas ou outros, e apenas se verificou o mesmo em 25% dos homens.

**Tabela 8: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Atitudes Antissociais**

	Escala Atitudinal				$\chi^2$	p
	Género Feminino		Género Masculino			
	N	%	N	%		
<b>Sem Remorsos</b>	37	44.6	51	75.0	14.22	<b>.000</b>
<b>Versão recluso ≠</b>	31	37.3	30	44.1	0.71	.399
<b>Atribuição de culpa a outros</b>	38	45.8	17	25.0	6.97	<b>.008</b>
<b>Não assumir Responsabilidade</b>	30	36.1	23	33.8	0.08	.766
<b>Negação do Crime</b>	18	21.7	13	19.1	0.15	.697
<b>Culpa o staff</b>	27	32.5	20	29.4	0.17	.681
<b>Minimiza danos</b>	36	43.4	39	57.4	2.92	.087
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	2.61	1.710	2.84	1.561	-.832	.407

### 2.1.2. Histórico Criminal

Na escala de Histórico Criminal, na tabela 9, pode observar-se que a pontuação total apresenta diferenças entre o género ( $t = -3.52$  e  $p = .001$ ), sendo mais elevado nos homens.

Ao analisar a tabela 9, verifica-se que 30.1% das mulheres, e 45.6% dos homens, estão em reclusão por terem cometido uma ofensa violenta (e.g. homicídio, agressão, roubo ou outro crime que envolvesse ofensa à integridade física de outras pessoas). No que toca a mais condenações, 41% e 14.7%, do género feminino e masculino, tinham no seu registo criminal entre 1 a 2 condenações, 13.3% das mulheres e 22.1% dos homens registaram 3 a 5 condenações anteriores. E ainda, 20.5% das reclusas e 41.2% dos reclusos afirmaram ter 6 ou mais condenações anteriores à atual. Relativamente a atos violentos cometidos, 22.9% das mulheres responderam positivamente, comparativamente a 45.6% dos homens. Quanto a condenações de prisão efetiva, a grande maioria da amostra, 72.3% do género feminino e 52.9% do género masculino, não tinha qualquer registo de outras condenações de prisão efetiva. Os homens também demonstraram ter duas, ou mais, condenações de prisão efetiva

(23.5% e 6% das mulheres). E, quanto a infrações disciplinares na pena anterior, 17.6% do género masculino afirmou tê-las no seu registo, tal como a mesma percentagem referiu que estas tiveram como causa fugas, tentativas de fuga, contrabando, agressão, consumo de drogas ou álcool, ou criação de distúrbios. Em comparação, apenas 4.8% das mulheres referiram o mesmo.

As diferenças entre os géneros verificaram-se na violência da ofensa atual ( $\chi^2= 3.83$  e  $p=.050$ ), número de condenações anteriores ( $\chi^2= 16.06$  e  $p=.001$ ), atos violentos anteriores ( $\chi^2= 8.69$  e  $p= .003$ ), número de condenações de prisão efetiva ( $\chi^2= 10.49$  e  $p=.005$ ), infrações disciplinares na pena anterior e, se sim, se por fugas, tentativas de fugas, contrabando, agressão, consumo de drogas ou álcool, ou criação de distúrbios ( $\chi^2= 6.49$  e  $p=.011$ ).

**Tabela 9: Frequências dos ites do WRNA e Comparação entre os Géneros – Histórico Criminal**

		Escala Histórico Criminal				$\chi^2$	p
		Género Feminino		Género Masculino			
		N	%	N	%		
<b>Atual Ofensa Violenta</b>		25	30.1	31	45.6	3,83	<b>.050</b>
<b>Mais Condenações</b>	0	21	25.3	15	22.1	16.06	<b>.001</b>
	1-2	34	41.0	10	14.7		
	3-5	11	13.3	15	22.1		
	6 ou +	17	20.5	28	41.2		
<b>Atos Violentos Anteriores</b>		19	22.9	31	45.6	8.69	<b>.003</b>
<b>Medidas Anteriores*</b>		37	44.6	34	50.0	0.44	.507
<b>*Se sim, revogações</b>		18	21.7	19	27.9	0.79	.374
<b>Condenações Prisão Efetiva</b>	0	60	72.3	36	52.9	10.49	<b>.005</b>
	1	18	21.7	16	23.5		
	2 ou +	5	6.0	16	23.5		
<b>Infrações Disciplinares pena anterior*</b>		4	4.8	12	17.6	6.49	<b>.011</b>
<b>*Se sim, fugas, agressão, etc.</b>		4	4.8	12	17.6	6.49	<b>.011</b>
<b>Tempo última condenação</b>	0	21	25.3	13	19.1	.967	.617
	3 anos ou -	36	43.4	30	44.1		
	+3anos	26	31.3	25	36.8		

Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

	18-34	20	24.1	27	39.7		
<b>Idade</b>	35-45	30	36.1	20	29.4	4.26	.119
	46+	33	39.8	21	30.9		
		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>		4.58	2.988	6.37	3.232	-3.529	<b>.001</b>

2.1.3. *Forças e Necessidades Educacionais*

Relativamente às escalas educacionais, na tabela 10, é possível observar que há uma divisão em necessidades e forças. Em nenhum item da necessidades e forças não se verificaram diferenças entre os itens, o que refletiu nos valores totais ( $t=.23$  e  $p=.816$  e  $t=-1.19$  e  $p=.234$ , respetivamente).

Apesar de serem demonstradas diferenças significativas entre os géneros, é possível verificar que, por exemplo, das reclusas, 30.1% tinha dificuldade em ler, ou escrever e 19.1% dos homens ofensores tinha as mesmas dificuldades. Os reclusos, 25%, confirmaram ter sido diagnosticados com dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais, comparativamente com 14.5% das mulheres. No que toca à qualificação com certificados, ou diplomas, de formação profissional, 43.5% das mulheres e 55.9% dos homens responderam que os tinham recebido no ensino secundário, ou na prisão. Por fim, 45.8% das mulheres e 52.9% dos homens explicitaram ter planos educacionais no futuro.

**Tabela 10: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Género – Forças e Necessidades Educacionais**

Escalas Educacionais						
Necessidades Educacionais	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
<b>Dificuldade Ler ou Escrever</b>	25	30.1	13	19.1	2.40	.121
<b>Diagnóstico</b>	12	14.5	17	25.0	2.67	.102
<b>Necessidades</b>						
<b>Educação especial ou apoio</b>	2	2.4	1	1.5	.169	.681
<b>Não tem 12º completo ou equivalência</b>	72	86.7	59	86.8	.000	.997
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	1.34	.720	1.31	.778	.234	.816

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

Forças Educacionais						
<b>12º completo ou equivalência</b>	11	13.3	9	13.2	.000	.997
<b>Certificados ou Diplomas</b>	36	43.4	38	55.9	2.34	.126
<b>Faculdade (mínimo 1s.)</b>	3	3.6	4	5.9	.43	.510
<b>Diploma Universitário</b>	1	1.2	1	1.5	.02	.887
<b>Planos Educacionais no Futuro</b>	38	45.8	36	52.9	.76	.381
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	.61	.713	.76	.831	-1.196	.234

### 2.1.4. Necessidades de Emprego/Finanças

A empregabilidade é uma grande preocupação para muitos dos ofensores e ofensoras, que foram entrevistados/as. Na tabela 11 verificamos que, a percentagem de desemprego era muito alta entre esta população de reclusos, mais exatamente, 56.6% do género feminino e 33.8% do género masculino. Contrariamente, a trabalhar a tempo integral, e a *part-time*, respetivamente estavam 30.1% e 13.3%, do género feminino, e 12% e 17.6% do género masculino.

Do género feminino, 86.7% não é proprietário de um automóvel, 78.3% não tem uma conta bancária, 94% não tem conta poupança, 43.4% não tem capacidade de se sustentar, 31.3% não tinha nenhuma preocupação monetária enquanto 39.8% se mostravam muito preocupadas, 73.5% não era o único sustento dos filhos e 16.9% eram o único sustento. E ainda, 39.8% das mulheres afirmou que os filhos não tinham seguro de saúde para os filhos, 55.4% tinham um rendimento inferior ao limiar de pobreza<sup>17</sup>, 49.5% recebiam apoios sociais, 20.5% já tiveram problemas recentes (e.g. despejo, falência, com empresas de cobrança, problemas com pagamentos de pensão de alimentos, reintegração de posse de bens, etc.) e 39.8% das mulheres tinham um membro, a viver na sua habitação, com um emprego full-time. Comparativamente, o género masculino, 75% não é proprietário de um automóvel, 58.8% não tem uma conta bancária corrente, 86.8% não tem conta poupança, 25% não tem capacidade para se sustentar, 50% não demonstrou nenhuma preocupação monetária futura enquanto 30.9% mostraram estar bastante preocupados, 61.8% não eram o único sustento dos seus filhos e 33.8% não teve qualquer tipo de resposta (por não saber ou não ter filhos). Além disso, 13.2% não tinha seguro de saúde feito para os filhos, enquanto 58.8% não tiveram

<sup>17</sup> O valor do limiar de pobreza em Portugal está de acordo com os dados da PORDATA 2017

nenhuma resposta. Por fim, 32.4% dos homens tinha um rendimento inferior ao limiar da pobreza, 25% recebia apoios sociais, 13.2% teve problemas como o despejo e 45.6% tinham um membro, na sua habitação, com um emprego full-time.

As diferenças de género foram verificadas na empregabilidade ( $\chi^2 = 7.96$  e  $p = .019$ ), no facto de não terem conta bancária corrente ( $\chi^2 = 6.70$  e  $p = .010$ ), não terem capacidade de se sustentar ( $\chi^2 = 5.53$  e  $p = .019$ ), serem os únicos sustentos dos filhos ( $\chi^2 = 16.55$  e  $p = .000$ ), no seguro de saúde dos filhos ( $\chi^2 = 18.38$  e  $p = .000$ ), na obtenção de um rendimento inferior ao limiar de pobreza ( $\chi^2 = 8.03$  e  $p = .005$ ) e apoios sociais ( $\chi^2 = 9.40$  e  $p = .002$ ). Da mesma forma, o *score* total desta escala demonstrou que existiam diferenças entre o feminino e masculino ( $t = 3.19$  e  $p = .002$ ).

**Tabela 11: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Necessidades de Emprego/Finanças**

		Escala Emprego/Finanças				$\chi^2$	p
		Género Feminino		Género Masculino			
		N	%	N	%		
<b>Empregabilidade</b>	Tempo	25	30.1	33	48.5	7.96	<b>.019</b>
	Integral						
	Part-time	11	13.3	12	17.6		
	Desempregado	47	56.6	23	33.8		
<b>Dificuldade Emprego</b>		41	49.4	30	44.1	.41	.518
<b>(Não é) Proprietário automóvel</b>		72	86.7	51	75	3.41	.065
<b>(Não tem) Conta bancária corrente</b>		65	78.3	40	58.8	6.70	<b>.010</b>
<b>(Não tem) Conta Poupança</b>		78	94	59	86.8	2.31	.128
<b>Capacidade de se sustentar (não tem)</b>		36	43.4	17	25.0	5.53	<b>.019</b>
<b>Situação sem-abrigo ou albergue</b>		19	22.9	19	27.9	.506	.477
<b>Preocupação monetária no futuro</b>	Não	26	31.3	34	50.0	5.56	.062
	Um pouco	24	28.9	13	19.1		
	Muito	33	39.8	21	30.9		
<b>Único Sustento dos filhos</b>	Não	61	73.5	42	61.8	16.55	<b>.000</b>
	Sim	14	16.9	3	4.4		
	Sem Resposta	8	9.6	23	33.8		
<b>Seguro Saúde dos filhos</b>	Não	33	39.8	9	13.2	18.38	<b>.000</b>
	Sim	27	32.5	19	27.9		
	Sem Resposta	23	27.7	40	58.8		

<b>Seguro Saúde antes de reclusão</b>	24	28.9	24	35.3	.701	.402
<b>Rendimento &lt; limiar pobreza</b>	46	55.4	22	32.4	8.03	<b>.005</b>
<b>Apoios Sociais</b>	41	49.4	17	25	9.40	<b>.002</b>
<b>Habitação Social</b>	20	24.1	13	19.1	.54	.461
<b>Refeições Gratuitas</b>	19	22.9	15	22.1	.01	.903
<b>Problemas (e.g. despejo)</b>	17	20.5	9	13.2	1.37	.241
<b>Membro da sua habitação tem emprego full-time</b>	33	39.8	31	45.6	.52	.471
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	5.01	1.877	4.03	1.885	3.195	<b>.002</b>

### 2.1.5. *Pares Antissociais*

Os pares antissociais, como já é referido anteriormente, são um fator muito estudado quanto à sua ligação com comportamento criminal. A análise das entrevistas, na tabela 12, demonstra que 73.5% do género masculino têm amigos mais próximos, fora da prisão, que já tiveram problemas com a justiça, 52.9% afirmaram que desses pares, alguns, já cumpriram pena de prisão, 50% já cometeu algum tipo de crime com um amigo e 61.8% referem que, fora de prisão, passam tempo com pessoas que abusam do álcool ou drogas. E ainda, nas notas de caso, 75% dos homens sentia que tinha o apoio dos amigos nos momentos anteriores. Comparativamente, 53% do género feminino referiu ter amigos(as) que já tiveram problemas com a justiça, 51.8% afirmaram que esses pares já cumpriram pena de prisão, 25.3% já se encontrou num momento no qual cometeu um crime com um amigo/a e 42.2%, fora da prisão, passavam tempo com pessoas que consumia álcool ou drogas. Além disso, 69.9% das mulheres sentia que tinha o apoio de amigos antes de serem presas.

No que toca às diferenças entre os géneros, verificou-se, nesta escala, que existiam nas questões relativas a pares com problemas de justiça ( $\chi^2= 6.69$  e  $p= .010$ ), cometimento de crimes com amigos/as ( $\chi^2= 9.84$  e  $p=.002$ ) e a associação a pares que abusam de estupefacientes e/ou álcool ( $\chi^2= 5.74$  e  $p= .017$ ). Por fim, quando ao *score* total da escala de pares antissociais, as diferenças são, novamente, confirmadas ( $t= -2.20$  e  $p= .029$ ).

Tabela 12: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Pares Antissociais

Escala Pares Antissociais						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Amigos c/ problemas de justiça	44	53	50	73.5	6.69	<b>.010</b>
Amigos c/ pena de prisão	43	51.8	36	52.9	.019	.890
Cometeu crime com amigo/a	21	25.3	34	50	9.84	<b>.002</b>
Acompanha pessoas que abusam de subs.	35	42.2	42	61.8	5.74	<b>.017</b>
Maioria de amigos c/ problemas justiça	23	27.7	17	25	.14	.707
Apoio de amigos antes da prisão	58	69.9	51	75	.48	.485
Colegas reclusos com atitudes positivas	60	72.3	50	73.5	.02	.865
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	2.00	1.760	2.63	1.753	-2.201	<b>.029</b>

### 2.1.6. Raiva/Hostilidade

Na tabela 13, quanto ao género feminino, 37.3% afirmou, durante a entrevista, que tinha um temperamento forte, 28.9% tinha dificuldade em controlar o seu temperamento quando ficava zangado, 13.3% disse ter batido/magoado alguém quando zangado (incluindo membros da família, excluindo autodefesa, nos últimos três anos) e 8.4% confirmou já ter tido algum momento em que achou que ficou muito agressiva quando algo a deixou zangada (nos últimos 6 meses). No que toca ao género masculino, 31.4% declarou, durante a entrevista, que tinha um forte temperamento, 52.9% sentia dificuldade em se controlar quando zangado, 19.1% bateu, ou magoou alguém quando zangado e 13.2% afirmou já ter tido algum momento que se sentiu a ficar mais agressivo, quando algo o deixou zangado (nos últimos 6 meses). Por fim, na nota de caso, 24.1% das mulheres, e 11.8% dos homens, admitiu já ter participado uma aula, ou programa, para lidar com a raiva.

Relativamente a diferenças significativas entre os géneros, verificou-se que estas existiam apenas num item, ou seja, na dificuldade de controlo quando zangado/a ( $\chi^2 = 9.01$  e  $p = .003$ ). A única diferença nos itens da escala é refletida no *score* total da escala, que se não demonstra nenhuma diferença ( $t = -1.21$  e  $p = .225$ ).

Tabela 13: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Raiva/Hostilidade

Escala de Raiva/Hostilidade						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Temperamento Forte	31	37.3	22	31.4	.41	.522
Dificuldade de controlo quando zangado	24	28.9	36	52.9	9.01	.003
Zangado, ou chateado, no crime atual	45	54.2	36	52.9	.02	.876
Bateu/magoou alguém quando zangado (últimos 3anos)	11	13.3	13	19.1	.96	.327
Envolvimentos com CPCJ, polícia ou SJ	9	10.8	7	10.3	.01	.913
Ficou muito agressivo quando zangado (6meses)	7	8.4	9	13.2	.91	.340
Aula, ou programa, para lidar c/raiva	20	24.1	8	11.8	3.76	.052
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
Total	1.53	1.356	1.81	1.448	-1.219	.225

### 2.1.7 Saúde Mental

Na tabela 14, podemos observar que, no género feminino, 38.6% já se tentou suicidar, 54.2% já pediu ajuda a um conselheiro/terapeuta, psicólogo ou psiquiatra por algum problema, 67.5% tomou medicação prescrita, 30.1% afirmou já ter ouvido, ou visto, algo que não estava presente, 25.3% já se encontrou, em algum momento, hospitalizado por um problema de saúde mental e 45.8% já foi diagnosticada com uma doença mental. Quanto ao género masculino, 26.5% afirmou já ter tentado cometer suicídio, 47.1% já teve um momento em que pediu ajuda a um conselheiro/terapeuta, psicólogo ou psiquiatra por algum problema, 55.9% contou já ter estado medicado com o objetivo de se sentir melhor emocionalmente, 17.6% ouviu, ou viu, algo que não estava presente, 10.3% foi já hospitalizado por problemas de saúde mental e 30.9% admitiu já ter sido diagnosticado com uma doença mental.

Relativamente às diferenças de género, o item correspondente à hospitalização, ou colocação, numa unidade de saúde mental por algum problema de saúde mental, foi o único que demonstrou ser diferente entre o feminino e masculino ( $\chi^2 = 5.57$  e  $p = .018$ ). Apesar de este ser o único item que se demonstra significativamente diferente, o *score* total da escala mostra que é uma necessidade com diferenças de género ( $t = 2.62$  e  $p = .010$ ), sendo que as mulheres têm mais histórico de problemas mentais, do que os homens.

Tabela 14: Frequências dos itens WRNA e Comparação entre os Géneros – Histórico de Doença Mental

Escala de Histórico de Doença Mental						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Tentativa Suicídio	32	38.6	18	26.5	2.46	.116
Ajuda de terapeutas, psicólogos, etc.	45	54.2	32	47.1	.76	.381
Medicação prescrita	56	67.5	38	55.9	2.13	.144
Ouviu, ou viu, algo que não estava presente	25	30.1	12	17.6	3.14	.076
Hospitalizado por problema de saúde mental	21	25.3	7	10.3	5.57	<b>.018</b>
Diagnóstico Doença Mental	38	45.8	21	30.9	3.48	.062
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	2.61	1.659	1.88	1.766	2.620	<b>.010</b>

No que toca às escalas dinâmicas, como se pode verificar na tabela 15, quanto à Depressão/Ansiedade, 45.8% do género feminino tem problemas de concentração, ou em permanecer focada, 72.3% experienciaram mudanças de humor, 49.4% sentia falta de apetite, 59% sentiam medos sobre o futuro, que são difíceis de enfrentar, 54.2% afirmaram ter problemas em dormir por estarem muito preocupadas com diversas coisas e 33.7% sentem que se preocupam tanto com as coisas que têm dificuldade em fazer as coisas e continuar a fazê-las. Comparativamente, as percentagens do género masculino foram, em todas as questões mais baixas.

Apesar das aparentes diferenças, o único item que demonstrou diferença entre os géneros era relativo a problemas de concentração ( $\chi^2= 9.23$  e  $p= .002$ ). No entanto, o *score* total da escala demonstrou ser significativa para as diferenças entre o género ( $t= 3.11$  e  $p= .002$ ).

Relativamente à Psicose, na tabela 15, verifica-se que 44.6% das mulheres disseram ter tido muitos pensamentos de que as outras a querem prejudicar e 9.6% afirmaram, atualmente, verem, ou ouvirem, vozes que não estão realmente presentes. Comparativamente, 36.8% dos homens afirmaram ter pensamentos de que os outros o querem prejudicar e 2.9% declarou ver coisas, ou ouvir vozes. Nenhum destes itens demonstrou diferenças entre os géneros, o que também é comprovado através da análise do *score* total da escala ( $t= 1.65$  e  $p=.100$ ).

A única diferença observou-se na nota de gestão de caso, isto é, no facto de os indivíduos tomarem medicação prescrita foi encontrada uma diferença entre os géneros ( $\chi^2= 19.48$ ;  $p=.000$ ).

Especificidades das Necessidades Criminógenas no Gênero

Tabela 15: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Gêneros – Depressão/Ansiedade e Psicose

<b>Escala Depressão/Ansiedade</b>						
	<b>Gênero Feminino</b>		<b>Gênero Masculino</b>		<b><math>\chi^2</math></b>	<b>p</b>
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>		
<b>Problemas Concentração</b>	38	45.8	15	22.1	9.23	<b>.002</b>
<b>Mudanças de Humor</b>	60	72.3	40	58.8	3.03	.082
<b>Falta de Apetite</b>	41	49.4	24	35.3	3.03	.082
<b>Medos sobre futuro</b>	49	59	35	51.5	.86	.352
<b>Problemas em dormir</b>	45	54.2	27	39.7	3.15	.076
<b>Dificuldade em fazer algo</b>	28	33.7	18	26.5	.931	.335
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	3.14	1.586	2.34	1.580	3.114	<b>.002</b>

<b>Escala Psicose</b>							
	<b>Gênero Feminino</b>		<b>Gênero Masculino</b>		<b><math>\chi^2</math></b>	<b>p</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>			
<b>Pensamentos que o querem prejudicar</b>	37	44.6	25	36.8	.943	.332	
<b>Ver coisas ou ouvir vozes</b>	8	9.6	2	2.9	2.71	.100	
<b>Atualmente Medicação prescrita</b>	Não há necessidade	15	18.1	35	51.5		
	Não, mas preciso	2	2.4	2	2.9		
	Sim, parece ajudar	53	63.9	26	38.2	19.48	<b>.000</b>
	Tomo, mas não ajuda	13	15.7	5	7.4		
<b>Pensamento Suicida</b>	5	6.0	4	5.9	.001	.971	
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>	
<b>Total</b>	.54	.548	.40	.522	1.654	.100	

### 2.1.8 Abuso/Trauma

A escala de abuso/trauma consiste em quatro questões relativas a abuso físico e sexual, na idade adulta ou idade de infância. Primeiramente, quanto ao abuso físico, na idade adulta, 62.7% do género feminino e 25% do género masculino responderam afirmativamente. No que toca ao abuso físico na infância, os resultados inverteram, 33.8% dos homens reportaram ter experienciado este tipo de abuso e apenas 16.9% das mulheres responderam que sim. Em segundo lugar, quanto ao abuso sexual, na idade adulta, 24.1% das ofensoras e 1.5%, afirmaram ter sofrido este tipo de experiência, e ainda se observaram respostas afirmativas de 14.5% mulheres e 10.3% homens relativamente a mesmo tipo de abuso, na infância.

As diferenças entre os géneros, como é possível verificar na tabela 16, foram verificadas no abuso físico na idade adulta ( $\chi^2 = 21.35$  e  $p = .000$ ), na infância ( $\chi^2 = 5.80$  e  $p = .016$ ) e no abuso sexual durante a infância ( $\chi^2 = 15.98$  e  $p = .000$ ). Quanto ao *score* total, estas diferenças também foram verificadas no abuso da idade adulta ( $t = 6.10$  e  $p = .000$ ) e abuso sexual ( $t = 3.67$  e  $p = .000$ ).

Uma segunda parte desta escala é relativa ao *stress* pós-traumático, onde se questionava o indivíduo se na sua vida, já alguma vez teve uma experiência que fosse tão assustadora, horrível, ou perturbadora que no último mês tivesse alguma reação. Ora, como observado na tabela 17, quanto a pesadelos sobre isso ou pensar sobre a situação, quando não queria, 56.6% das ofensoras e 30.9% reclusos responderam afirmativamente. Quanto a tentar não pensar muito ou fugir de situações que o relembassem disso, 62.7% das reclusas e 36.8% homens no abuso responderam que sim. Do género feminino, 41% e 23.5%, do género masculino, sentiam-se constantemente alerta, vigilantes ou facilmente assustados e 26.5% das mulheres, juntamente com 19.1% dos homens, sentiram-se entorpecidos, ou afastado dos outros, das atividades ou dos ambientes.

As diferenças de género verificaram-se quando aos pesadelos ( $\chi^2 = 10.00$  e  $p = .002$ ), tentativa de não pensar muito, ou fugir de situações ( $\chi^2 = 10.02$  e  $p = .002$ ) e a estar constantemente alerta ( $\chi^2 = 5.13$  e  $p = .024$ ). Relativamente ao *score* total, verificou-se diferenças entre os géneros ( $t = 3.27$  e  $p = .001$ ), sendo que os resultados foram mais elevados para o género feminino.

Quanto à nota de gestão de caso, se atualmente o/a recluso/reclusa está a ser perseguido/a ou emocionalmente abusado/a (humilhado/a, ameaçado/a, rudemente ridicularizado/a) por alguém próximo a si, não foi verificada nenhuma diferença entre o feminino e masculino.

Tabela 16: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Abuso/Trauma

Escala de Abuso/Trauma						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Abuso Físico – Adulto	52	62.7	17	25	21.35	<b>.000</b>
Abuso Físico – Infância	14	16.9	23	33.8	5.80	<b>.016</b>
Abuso Sexual – Adulto	20	24.1	1	1.5	15.98	<b>.000</b>
Abuso Sexual - Infância	12	14.5	7	10.3	.58	.443
<b>Total</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
Abuso na Infância	.31	.583	.44	.678	-1.228	.221
Abuso na Idade Adulta	.87	.729	.26	.477	6.107	<b>.000</b>
Abuso Físico	.80	.639	.59	.738	1.846	.067
Abuso Sexual	.39	.559	.12	.325	3.673	<b>.000</b>

Tabela 17: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Stress Pós-Traumático

Escala de Stress Pós-Traumático						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
<b>Pesadelos ou pensou quando não queria</b>						
	47	56.6	21	30.9	10.00	<b>.002</b>
<b>Tentou não pensar muito ou fugiu de</b>						
<b>situações</b>	52	62.7	25	36.8	10.02	<b>.002</b>
<b>Constantemente alerta, etc.</b>	34	41	16	23.5	5.13	<b>.024</b>
<b>Afastado dos outros</b>	22	26.5	13	19.1	1.14	.284
<b>Atualmente é perseguido ou emocionalmente</b>						
<b>abusado</b>	8	9.6	7	10.3	.018	.893
<b>Total</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
	1.87	1.471	1.10	1.373	3.273	<b>.001</b>

### 2.1.9. Abuso de Substâncias

Relativamente ao Histórico de Abuso de Substâncias, 20.5% do género feminino já recebeu tratamento relativo ao abuso de substâncias num programa diferente, ou num programa de educação sobre abuso de substâncias. Das reclusas, 13.3% declarou ter antecedentes de crimes relacionados com abuso de estupefacientes, 22.9% afirmou que o seu consumo de drogas, ou álcool, teve influência no seu último delito, 25.5% considerou que o seu consumo dificultou o seu desempenho no trabalho, ou na escola. Os familiares, ou amigos, de 28.9% da amostra feminina, já expressaram preocupação com o seu consumo de álcool ou drogas, 27.7% sentia que quando começava a beber, ou consumir estupefacientes ilegais, tinha dificuldade em parar, 18.1% já teve problemas de saúde, ou emocionais como consequência, 21.7% já sofreu com conflitos conjugais ou familiares e 20.5% de problemas financeiros. E ainda, 20.5% já consumiu opiáceos, alucinogénios ou ecstasy e 26.5%, durante o seu período mais ativo de consumo, usavam diariamente. Quando ao consumo recente do género feminino, 6% afirmou ter realizado um teste de deteção de drogas, durante os últimos 6 meses, que foi classificado como positivo (ou duvidoso), 6% associa-se a pessoas que bebem demasiado, ou consomem drogas e 4.8% disse que, atualmente, tem sentimentos em que a primeira coisa que precisa é de consumir drogas, ou álcool, logo pela manhã.

No que toca ao género masculino, 41.2% já participou em tratamentos, ou programas, de educação sobre o abuso de estupefacientes, 19.1% tem antecedentes de ofensas relacionados com esta problemática, 54.4% afirmou que os seus consumos tiveram influência no seu último delito e 25% tiveram dificuldades no seu desempenho no trabalho, ou na escola. Os familiares, e/ou amigos, de 61.8% dos reclusos entrevistados já expressaram preocupação com os consumos, 48.5% afirmaram ter tido dificuldade em parar os consumos, 22.1% já tiveram problemas de saúde, e emocionais, como consequências, 45.6% conflitos conjugais ou familiares e 32.4% de problemas financeiros. Além disso, 51.5% já consumiu opiáceos, alucinogénios ou ecstasy e 55.9% durante o seu período mais ativo de consumo, consumia diariamente. Quanto ao consumo recente do género masculino, 10.3% realizou testes de deteção de drogas, que se qualificaram como positivo, ou duvidoso, 42.6% associa-se a pessoas que bebem demasiado, ou consomem estupefacientes e 19.1% afirmou que tinha sentimentos em que a primeira coisa que queriam de manhã era consumir.

As diferenças de género, como podemos observar na tabela 18, foram verificadas na participação em tratamentos, ou programas, ( $\chi^2=7.65$  e  $p=.006$ ), a influência das substâncias

no último delito ( $x^2=15.91$  e  $p= .000$ ), preocupação da família/amigos ( $x^2= 16.39$  e  $p= .000$ ), dificuldade em parar os consumos ( $x^2= 6.94$  e  $p= .008$ ), associação a pares consumidores ( $x^2= 28.73$  e  $p= .000$ ), conflitos conjugais/familiares ( $x^2= 9.74$  e  $p= .002$ ), consumo de opiáceos, alucinogénios ou ecstasy ( $x^2= 15.89$  e  $p= .000$ ), consumo diário ( $x^2= 13.47$  e  $p= .000$ ) e o sentimento de consumir logo de manhã ( $x^2= 7.64$  e  $p= .006$ ). Estas diferenças são refletidas nos *scores* totais do histórico de abuso ( $t= -3.76$  e  $p= .000$ ) e abuso recente ( $t= -4.01$  e  $p= .000$ ).

**Tabela 18: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Abuso histórico e recente**

Escala de Abuso de Substâncias						
	Género Feminino		Género Masculino		$x^2$	p
	N	%	N	%		
<b>Tratamento, programas, abuso de substâncias</b>	17	20.5	28	41.2	7.65	<b>.006</b>
<b>Antecedentes c/abuso</b>	11	13.3	13	19.1	.96	.327
<b>Influência no último delito</b>	19	22.9	37	54.4	15.91	<b>.000</b>
<b>Infrações Disciplinares recentes por consumo</b>	1	1.2	1	1.2	.02	.887
<b>Teste positivo deteção drogas (6meses)</b>	5	6.0	7	10.3	.93	.334
<b>Dificuldade de desempenho no trabalho/escola</b>	13	15.7	17	25.0	2.04	.153
<b>Preocupação Família/Amigos</b>	24	28.9	42	61.8	16.39	<b>.000</b>
<b>Dificuldade em parar consumos</b>	23	27.7	33	48.5	6.94	<b>.008</b>
<b>Associação a pares consumidores</b>	5	6.0	29	42.6	28.73	<b>.000</b>
<b>Falta a consultas</b>	2	2.4	0	-	1.66	.198
<b>Problemas de saúde como consequências</b>	15	18.1	15	22.1	.37	.541
<b>Conflitos conjugais/familiares</b>	18	21.7	31	45.6	9.74	<b>.002</b>
<b>Problemas financeiros</b>	17	20.5	22	32.4	2.75	.097
<b>Opiáceos, alucinogénios ou ecstasy</b>	17	20.5	35	51.5	15.89	<b>.000</b>
<b>Consumo diário</b>	22	26.5	38	55.9	13.47	<b>.000</b>
<b>1ª coisa logo de manhã é consumir</b>	4	4.8	13	19.1	7.64	<b>.006</b>
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total Histórico de Abuso</b>	2.36	3.757	4.59	3.430	-3.767	<b>.000</b>
<b>Total Abuso Recente</b>	.20	.639	.74	.924	-4.011	<b>.000</b>

### 2.1.10. Relacionamentos

Na tabela 19, podemos verificar que 36.1% do género feminino, no momento da entrevista, não estava envolvido com ninguém. Das reclusas que estavam envolvidas com alguém, 16.7% estavam numa relação durante 0 a 24 meses, 38.9% durante 25 meses a 10 anos e 44.4% durante 10, ou mais, anos. E ainda, 43.4% estavam casadas, ou em união de facto. Comparativamente, 50% dos homens, no momento da entrevista, não estava envolvido com ninguém. Dos reclusos que tinham uma relação, 5.9% mantinham-na durante 0 a 24 meses, 50% durante 25 meses a 10 anos e 44.1% durante 10, ou mais, anos. Além disso, 36.8% estavam casadas, ou em união de facto.

Nenhum dos itens que compõem esta escala de estabilidade de relacionamentos demonstrou diferenças entre os géneros, o mesmo foi verificado no *score* total da escala ( $t=.99$  e  $p=.322$ ).

**Tabela 19: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Estabilidade de Relacionamento**

Escala de Estabilidade de Relacionamento							
		Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
		N	%	N	%		
<b>Atualmente, não está envolvido</b>							
	<b>c/alguém</b>	30	36.1	34	50.0	2.93	.086
	0-24meses	9	16.7	2	5.9		
<b>Tempo de Envolvimento</b>	25-10anos	21	38.9	17	50.0		
	10anos+	24	44.4	15	44.1	2.53	.281
<b>Casado (união de facto)</b>		36	43.4	25	36.8	.678	.410
		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>		1.27	1.279	1.06	1.256	.994	.322

### 2.1.11. *Envolvimento Parental*

Relativamente ao género feminino, 83.3% espera ter guarda total, ou guarda partilhada, dos seus filhos após a sua libertação, 87.5% mantém contacto mensal com qualquer filho (por carta, telefone ou visitas), 77.1% afirmou estar envolvida nas decisões importantes da vida dos seus filhos e 100% declarou estar preparada para ser um boa mãe. Comparativamente, 97.3% dos homens esperava ter a guarda total, ou partilhada, dos seus filhos, 83.8% mantém contacto com os seus filhos, 73% estava envolvido nas decisões na vida dos filhos e 97.3% afirmou estar preparado para ser um bom pai.

No que toca às notas de gestão de caso, 56.3% das mulheres eram mães solteiras e 39.6% já tinham sido investigadas por negligência parental (e.g. polícia, CPCJ e escola). Por sua vez, 51.4% dos homens eram pais solteiros e 13.5% já foi investigado por negligência parental.

As diferenças de género verificaram-se, como podemos ver na tabela 20, na esperança de ter guarda total, ou partilhada ( $\chi^2 = 4.30$  e  $p = .038$ ) e investigação pela CPCJ, escola e polícia ( $\chi^2 = 7.00$  e  $p = .008$ ). Apesar destas diferenças, a escala total não demonstra ser significativa nas diferenças de género ( $t = .32$  e  $p = .744$ ).

**Tabela 20: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Envolvimento Parental**

Escala de Envolvimento Parental						
	Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
	N	%	N	%		
Filhos c/18 ou menos (não)	48	57.8	38	55.9	.05	.810
<b>Guarda total, partilhada, após libertação</b>	40	83.3	36	97.3	4.30	<b>.038</b>
Mantém contacto c/filhos	42	87.5	31	83.8	.238	.626
Envolvido nas decisões na vida dos filhos	37	77.1	27	73.0	.190	.663
Preparado para ser bom pai/mãe	48	100	36	97.3	1.31	.252
<b>Pai/Mãe Solteiro</b>	27	56.3	19	51.4	.202	.653
<b>Investigado por CPCJ, escola e Polícia</b>	19	39.6	5	13.5	7.00	<b>.008</b>
Dificuldade na guarda	11	22.9	8	21.6	.020	.887
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	2.01	1.858	1.91	1.891	.327	.744

### 2.1.12. Suporte e Conflito na Família de Origem

Na tabela 21, podemos observar que quanto ao género feminino, 72.3% tinham um bom relacionamento com figuras parentais e/ou irmãos, 14.5% tinham um relacionamento conflituoso em alguns momentos, 4.8% era conflituoso na maior parte do tempo e 8.4% não tinha qualquer contacto com a família. Destas reclusas, 86.7% mantêm contacto, pelo menos, mensal com algum membro da sua família, 16.9% afirmou que a sua família recusava qualquer contacto (por estarem zangados), 20.5% quando falava com a sua família era criticada, 73.5% considerou que a sua família a incentivava a participar em tudo o que ajudasse a evitar problemas no futuro. A família de 78.3% das mulheres foram visitá-las durante o período de reclusão e, ainda, 88% das reclusas referiram que a sua família lhes oferecia ajuda para se reestabelecerem após serem libertadas.

Relativamente ao género masculino, 67.6% tinham um bom relacionamento com as figuras parentais, 25% tinham um relacionamento conflituoso em alguns momentos, 5.9% referiu que o seu relacionamento era conflituoso na maior parte do tempo e 1.5% não tinham contacto com nenhum com a sua família. Destes reclusos, 92.6% mantêm contacto com algum membro das suas famílias, 11.8% referiu que a sua família recusava manter qualquer contacto, 26.5% sente que a família os critica, quando comunicam com eles e 80.9% afirma que a sua família os incentiva a participar em programas que os ajudem a evitar problemas futuros. A família de 85.3% dos reclusos já os foram visitar ao estabelecimento prisional e 91.2% dos reclusos declarou que a sua família lhes oferecia ajuda para se reestabelecerem.

Esta escala, de Família de Origem, divide-se em suporte e conflito familiar, o que podemos verificar é que nenhum destes itens se demonstrou significativo para afirmar que existem diferenças entre os géneros. O mesmo se verifica nos resultados dos *scores* totais do suporte ( $t = -.85$  e  $p = .396$ ) e conflito ( $t = .35$  e  $p = .720$ ), não existem diferenças entre os géneros nesta amostra.

**Tabela 21: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Suporte e Conflito na Família de Origem**

		<b>Escalas de Família de Origem</b>				<b><math>\chi^2</math></b>	<b>p</b>
		<b>Género Feminino</b>		<b>Género Masculino</b>			
		<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>		
	Bom, apenas pequenos conflitos	60	72.3	46	67.6		
<b>Relacionamento c/figuras parentais</b>	Conflituosa em alguns momentos	12	14.5	17	25.0	5.77	.123
	Conflituosa na maior parte do tempo	4	4.8	4	5.9		
	S/ contacto c/família	7	8.4	1	1.5		
<b>Mantém contacto c/família</b>		72	86.7	63	92.6	1.37	.241
<b>Família recusa contacto</b>		14	16.9	8	11.8	.782	.377
<b>Família crítica</b>		17	20.5	18	26.5	.753	.386
<b>Família incentiva a evitar problemas</b>		61	73.5	55	80.9	1.14	.284
<b>Membro de família com problemas lei, etc.</b>		44	53.0	36	52.9	.000	.993
<b>Visitas da Família na prisão</b>		65	78.3	58	85.3	1.20	.272
<b>Ajuda da Família para se reestabelecer</b>		73	88.0	62	91.2	.410	.522
		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
	<b>Total Suporte</b>	4.00	1.522	4.19	1.162	- .852	.396
	<b>Total Conflito</b>	1.02	.883	.97	.946	.359	.720

### 2.1.13. *Escalas de Relacionamento*

O inquérito institucional debruça-se sobre assuntos que têm um interesse especial, como relacionamentos, autoconfiança, abuso e parentalidade. Estas questões são projetadas para ajudar os facilitadores a encontrarem um programa apropriada para a reclusa, ou recluso. As questões da escala A e B são sobre as relações dos participantes com os seus significativos (namorados/namoradas, outros relacionamentos significativos, parceiros românticos, cônjuges, etc.).

Na Escala A, no que toca ao género feminino, 54.2% respondeu que, em geral, descreveria os seus relacionamentos como de apoio e satisfatórios, no entanto, 73.5% afirmou que já esteve, ou está, num relacionamento doloroso. Quanto a sentirem-se amadas e apreciadas por quem são, por essas pessoas importantes, 67.5% disseram que frequentemente se sentiam assim, enquanto 25.3% declararam que às vezes e 7.2% responderam que raramente, ou nunca. Comparativamente, 79.4% dos reclusos achavam os seus relacionamentos de apoio e satisfatórios e 50% declarou que já teve, ou ainda tem, um relacionamento que considera doloroso. Dos reclusos, 89.7% afirmou que frequentemente se sentiam amadas e apreciadas, pelos seus significativos, por que são, enquanto 8.8% e 1.5% responderam que, respetivamente, às vezes e raramente, ou nunca.

As diferenças de género foram encontradas em todos os três itens, ou seja, no relacionamento de apoio e satisfatórios ( $\chi^2= 10.50$  e  $p= .001$ ), relacionamento atual/antigo doloroso ( $\chi^2= 8.84$  e  $p= .003$ ) e no sentimento de serem amados e apreciados por que são ( $\chi^2= 10.73$  e  $p= .005$ ). O mesmo se verifica no *score* total desta escala ( $t= -4.54$  e  $p= .000$ ), como podemos ver na tabela 22.

Na Escala B, como é possível observar na tabela 23, quanto ao género feminino, foram maiores as percentagens (9.6% e 16.9%) nas respostas afirmativas a se as mulheres sentem que têm problemas com a justiça quando estão numa relação, do que quando não estão. Relativamente ao foco no parceiro, ou parceira com quem estão, 71.1% das mulheres sente que não negligencia outras relações e responsabilidades. Quando questionadas se algum parceiros/a(s) conseguiu convence-la a envolver-se num comportamento criminal, as maiores percentagens afirmativas foram as das mulheres (14.5% e 19.3%). Comparativamente, 91.2% homens sentem que raramente, ou nunca, têm mais problemas quando estão num relacionamento, 20.6% e 14.7% sentem que negligenciam outras relações e responsabilidades e 83.8% sentem que raramente são convencidos a envolver-se em comportamentos criminais.

As diferenças de género foram verificadas no item que questionava se tinham mais problema quando num relacionamento ( $\chi^2= 8.30$  e  $p= .016$ ) e se os seus pares os conseguiam convencer a envolver-se num comportamento criminal ( $\chi^2= 6.67$  e  $p= .035$ ). Estas diferenças não foram refletidas no *score* total ( $t= 1.96$  e  $p= .052$ ).

Tabela 22: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Escala de Relacionamento A

Escala de Relacionamentos - A							
		Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
		N	%	N	%		
Relacionamento de apoio e satisfatório		45	54.2	54	79.4	10.50	.001
Relacionamento atual/antigo doloroso		61	73.5	34	50.0	8.84	.003
Amado/a apreciado/a por quem é	Frequentemente	56	67.5	61	89.7	10.73	.005
	As vezes	21	25.3	6	8.8		
	Raramente/Nunca	6	7.2	1	1.5		
<b>Total</b>		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
		3.22	1.822	4.44	1.490	-4.543	.000

Tabela 23: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Escala de Relacionamento B

Escala de Relacionamentos - B							
		Género Feminino		Género Masculino		$\chi^2$	p
		N	%	N	%		
+ Problemas c/justiça num relacionamento	Frequentemente	8	9.6	1	1.5	8.30	.016
	As vezes	14	16.9	5	7.4		
	Raramente/Nunca	61	73.5	62	91.2		
Negligência outras relações e responsabilidades	Frequentemente	13	15.7	14	20.6	.78	.675
	As vezes	11	13.3	10	14.7		
	Raramente/Nunca	59	71.1	44	64.7		
Convencido a envolver-se em comportamento criminal	Frequentemente	12	14.5	3	4.4	6.67	.035
	As vezes	16	19.3	8	11.8		
	Raramente/Nunca	55	66.3	57	83.8		
Sente-se bem quando não está num relacionamento		65	78.3	53	77.9	.003	.956
<b>Total</b>		<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
		1.52	1.603	1.09	1.075	1.963	.052

2.1.14. *Autoeficácia*

Na tabela 24, a escala de Autoeficácia permitiu apurar a diferença de géneros apenas em dois itens, quanto à persistência ( $t = -2.33$  e  $p = .021$ ) e à forma como lidam com problemas inesperados ( $t = 2.85$  e  $p = .005$ ). O *Score* total da escala demonstrou que a escala em si não mostra diferenças entre os géneros ( $t = -.76$  e  $p = .443$ ), contudo, o género masculino demonstrou uma média mais alta, quando comparado com o feminino.

**Tabela 24: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Escala de Autoeficácia de Sherer**

	Género Feminino		Género Masculino		t	p
	M	DP	M	DP		
Realização de Planos	1.58	.751	1.75	.699	-1.442	.152
Problemas em começar a trabalhar	2.71	.654	2.78	.619	-.657	.513
Persistência	1.05	.266	1.18	.384	-2.333	<b>.021</b>
Dificuldade em atingir objetivos	2.46	.668	2.43	.606	.299	.765
Desistência antes de completar as coisas	2.80	.488	2.78	.484	.198	.843
Evitação de enfrentar dificuldades	2.24	.850	2.07	.886	1.182	.239
Evita fazer algo complicado	2.33	.798	2.46	.679	-1.086	.279
Insiste até terminar algo desagradável	1.94	.888	1.85	.815	.620	.536
Começa imediatamente a fazer algo, quando decide	1.25	.490	1.34	.614	-.928	.355
Desiste, ao aprender algo novo, quando não é bem-sucedido	2.52	.771	2.71	.548	-1.746	.083
Lida bem com problemas inesperados	2.05	.731	1.71	.734	2.857	<b>.005</b>
Evita tentar aprender coisas novas quando muito difíceis	2.51	.705	2.51	.723	-.074	.941
O fracasso faz esforçar-se mais	1.43	.648	1.44	.678	-.069	.945
Inseguro/a na capacidade de realizar as coisas	2.67	.587	2.69	.629	-.166	.868
Pode depender de si mesmo/a	1.24	.617	1.26	.614	-.236	.814
Desistência Fácil	2.81	.505	2.85	.357	-.629	.531
Capacidade de lidar c/maioria dos problemas na vida	1.40	.643	1.31	.580	.882	.379
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	25.77	5.632	26.44	4.927	-.769	.443

\*Escala de Autoeficácia: 1- Frequentemente; 2-As vezes; 3-Raramente/Nunca. Os itens 1, 3, 8, 9, 10,11, 13 e 17 foram invertidos.

2.1.15. *Stress Parental*

Na escala parental, como podemos observar na tabela 25, não foram verificadas diferenças entre os géneros. No entanto, o *score* da escala total demonstra que existe uma diferença na pontuação entre o género feminino e masculino ( $t= 2.04$  e  $p= .043$ ). No entanto, o *score* da escala total demonstra um número mais elevado no género feminino, ou seja, as mulheres reclusas têm maior *stress* parental.

Tabela 25: Frequências dos itens do WRNA e Comparação entre os Géneros – Escala Parental

	Género Feminino		Género Masculino		t	p
	M	DP	M	DP		
Tem muitas pessoas para apoio e ajuda nos tempos difíceis	.64	.758	.53	.680	.922	.358
Admirado/a e querido/a pelas suas pessoas importantes	.57	.666	.49	.611	.771	.442
Pessoas significativas confiam em si	.64	.725	.50	.635	1.234	.219
Nunca ninguém o/a ouviu de verdade	1.33	1.563	1.12	1.492	.829	.408
Criar filhos é um trabalho desgastante	1.47	1.677	1.46	1.799	.049	.961
A vida parece ter sido uma crise após a outra	1.13	1.368	1.03	1.486	.443	.658
Momentos de impotência e incapacidade	1.07	1.351	1.10	1.537	-.130	.896
Vontade de fugir	1.23	1.484	1.18	1.611	.208	.836
Na maioria das vezes, não recebe apoio do pai/mãe dos seus filhos	1.13	1.480	1.32	1.757	-.713	.477
Criar filhos é mais difícil do que esperava	1.48	1.699	1.32	1.714	.568	.571
Dificuldade em impedir que os filhos se comportem mal	1.71	1.825	1.44	1.790	.911	.364
Filhos são muito difíceis de controlar	1.78	1.874	1.51	1.841	.883	.379
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t</b>	<b>p</b>
<b>Total</b>	6.08	6.911	4.00	5.633	2.042	<b>.043</b>

\*Escala Parental: 1- Concordo Muito; 2-Concordo; 3-Discordo; 4-Discordo Muito.

## 2.2 Análise das Pontuações do Instrumento WRNA

Dando início à análise descritiva das pontuações de cada item do WRNA, a tabela 26 mostra as médias (M) e desvio-padrão (DP) dos reclusos/reclusas de cada domínio e a comparação entre os géneros.

Em primeiro lugar, a pontuação total do WRNA é superior nos homens (M= 16.00 e DP= 6.49), sendo a diferença significativa ( $t = -2.51$  e  $p = .013$ ). Contribui para este resultado os valores mais elevados nos domínios: (a) histórico criminal ( $t = -3.52$  e  $p = .001$ ); (b) pares antissociais ( $t = -2.20$  e  $p = .029$ ); (c) histórico de abuso de substâncias ( $t = -3.76$  e  $p = .000$ ); (d) abuso substâncias recente ( $t = -4.01$  e  $p = .000$ ) e (e) escala de relacionamento A ( $t = -4.54$  e  $p = .000$ ).

Pelo contrário, as mulheres evidenciaram valores mais altos em: (a) necessidades de emprego/finanças ( $t = 3.19$  e  $p = .002$ ); (b) histórico de doença mental ( $t = 2.62$  e  $p = .010$ ); (c) depressão/ansiedade ( $t = 3.11$  e  $p = .002$ ); (d) abuso na idade adulta ( $t = 6.10$  e  $p = .000$ ); (e) abuso sexual ( $t = 3.67$  e  $p = .000$ ); (f) *stress* pós-traumático ( $t = 3.27$  e  $p = .001$ ) e (g) *stress* parental ( $t = 2.04$  e  $p = .043$ ).

Por fim, os domínios que não demonstraram nenhuma diferença entre os géneros foram: (a) atitudes antissociais; (b) forças educacionais; (c) necessidades educacionais; (d) raiva/hostilidade; (e) psicose; (f) abuso na infância; (g) abuso físico; (h) estabilidade relacional; (i) envolvimento parental; (j) suporte familiar; (k) conflito familiar; (l) escala relacionamento B e (m) autoeficácia.

Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

**Tabela 26: Scores do Instrumento WRNA**

Scores	Género Feminino		Género Masculino		t	p
	M	DP	M	DP		
Atitudinal	2.61	1.710	2.84	1.561	-.832	.407
Histórico Criminal	4.58	2.988	6.37	3.232	-3.529	<b>.001</b>
Forças Educacionais	.61	.713	.76	.831	-1.196	.234
Necessidades Educacionais	1.34	.720	1.31	.778	.234	.816
Emprego/Finanças	5.01	1.877	4.03	1.885	3.195	<b>.002</b>
Pares Antissociais	2.00	1.760	2.63	1.753	-2.201	<b>.029</b>
Raiva/Hostilidade	1.53	1.356	1.81	1.448	-1.219	.225
Histórico Doença Mental	2.61	1.659	1.88	1.766	2.620	<b>.010</b>
Depressão/Ansiedade	3.14	1.586	2.34	1.580	3.114	<b>.002</b>
Psicose	.54	.548	.40	.522	1.654	.100
Abuso na Infância	.31	.583	.44	.678	-1.228	.221
Abuso na Idade Adulta	.87	.729	.26	.477	6.107	<b>.000</b>
Abuso Físico	.80	.639	.59	.738	1.846	.067
Abuso Sexual	.39	.559	.12	.325	3.673	<b>.000</b>
PTSD	1.87	1.471	1.10	1.373	3.273	<b>.001</b>
Histórico Abuso Substâncias	2.36	3.757	4.59	3.430	-3.767	<b>.000</b>
Abuso Substâncias Recente	.20	.639	.74	.924	-4.011	<b>.000</b>
Estabilidade Relacional	1.27	1.279	1.06	1.256	.994	.322
Envolvimento Parental	2.01	1.858	1.91	1.891	.327	.744
Suporte Familiar	4.00	1.522	4.19	1.162	-.852	.396
Conflito Familiar	1.02	.883	.97	.946	.359	.720
Escala Relacionamento A	3.22	1.822	4.44	1.490	-4.543	<b>.000</b>
Escala Relacionamento B	1.52	1.603	1.09	1.075	1.963	.052
Autoeficácia	25.77	5.632	26.44	4.927	-.769	.443
Stress Parental	6.08	6.911	4.00	5.633	2.042	<b>.043</b>
Score WRNA	13.49	5.733	16.00	6.497	-2.517	<b>.013</b>

### 3. Análise da Fiabilidade

O instrumento *WRNA*, nesta dissertação, demonstrou valores de consistência interna ( $\alpha$ ), ou fiabilidade, que variaram entre -.40 e .96, ou seja, de valores que não se consideram razoáveis a valores aceitáveis. Os estudos mais recentes, que utilizaram a consistência interna ( $\alpha$ ) referiram que um determinado nível, talvez maior que .70, é adequado ou inadequado, sem o comparar com o número de itens da escala (Cortina, 1993). De qualquer forma, segundo Kline (1999, *cit in*, Field, 2013), valores inferiores a .70 serão razoáveis e valores iguais, ou superiores, a .70 serão aceitáveis.

Desta forma, valores considerados aceitáveis verificaram-se nos domínios: (a) histórico criminal ( $\alpha= .72$ ); (b) pares antissociais ( $\alpha= .78$ ); (c) *Stress* pós-traumático ( $\alpha= .77$ ); (d) histórico de substâncias ( $\alpha= .92$ ); (e) suporte familiar ( $\alpha= .76$ ); (f) autoeficácia ( $\alpha= .72$ ) e (g) escala parental ( $\alpha= .96$ ).

Os valores considerados razoáveis foram os seguintes: (a) necessidades emprego/finanças ( $\alpha= .55$ ); (b) raiva/hostilidade ( $\alpha= .56$ ); (c) histórico de doença mental ( $\alpha= .69$ ); (d) depressão/ansiedade ( $\alpha= .56$ ); (e) abuso recente de substâncias ( $\alpha= .55$ ); (f) envolvimento parental ( $\alpha= .65$ ); (g) *score* do *WRNA* ( $\alpha= .60$ ).

O valor da escala total obtido é de .61, o que é considerado razoável. Na verdade, este resultado é prejudicado por valores inadequados em alguns dos seus domínios.

**Tabela 27: Análise de Fiabilidade entre os itens das escalas, do instrumento *WRNA***

Scores	Consistência Interna ( $\alpha$ )
Atitudinal	.483
Histórico Criminal	.725
Forças Educacionais	.376
Necessidades Educacionais	.180
Emprego/Finanças	.555
Pares Antissociais	.789
Raiva/Hostilidade	.560
Histórico Doença Mental	.690
Depressão/Ansiedade	.560
Psicose	-.101
Abuso na Infância	.496
Abuso na Idade Adulta	.465

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

---

Abuso Físico	.173
Abuso Sexual	.040
PTSD	.779
Histórico Abuso Substâncias	.923
Abuso Substâncias Recente	.554
Estabilidade Relacional	.486
Envolvimento Parental	.656
Suporte Familiar	.766
Conflito Familiar	.241
Escala Relacionamento A	-.240
Escala Relacionamento B	.234
Autoeficácia	.720
Escala Parental	.966
Score <i>WRNA</i> *	.609

---

\*Este Score é constituído pelas seguintes escalas: Histórico Criminal, Pares Antissociais, Raiva/Hostilidade, Depressão/Ansiedade, Psicose, Abuso na Infância, Abuso recente de Substâncias e Escala Relacionamentos B

#### 4. Análise da Predição do Instrumento

Na tabela 28 são apresentados os valores de predição entre as pontuações de cada escala do WRNA e as más condutas institucionais (que aconteceram entre o término de todas as entrevistas e o mês de setembro).

A pontuação total do WRNA mostra uma baixa capacidade preditiva da má conduta prisional, que para o género feminino (AUC=.57;  $r=.08$ ,  $p>0.05$ ), como para o masculino (AUC= .61;  $r=.15$ ,  $p>0.05$ ). Contudo, algumas das escalas, designadamente as forças educacionais (para o género feminino: AUC=.62;  $r=.24$ ,  $p\leq 0.05$ ), raiva e hostilidade (para o feminino: AUC=.66;  $r=.22$ ,  $p\leq 0.05$ , e para o masculino: AUC=.71;  $r=.30$ ,  $p\leq 0.01$ ), depressão/ansiedade (para o masculino: AUC=.70;  $r=.26$ ,  $p\leq 0.05$ ) e abuso de substâncias recente (para o feminino: AUC=.57;  $r=.20$ ,  $p\leq 0.05$ ), demonstram bons resultados na predição da má conduta. No caso das reclusas, são ainda bons preditores o histórico de doença mental, abuso na idade adulta e autoeficácia. No caso dos reclusos foram preditores o histórico criminal, necessidades educacionais, dificuldades de emprego/finanças, pares antissociais, envolvimento parental e o *stress* parental.

O resultado global do instrumento é prejudicado pela existência de diversas escalas que apresentam AUC's inferiores a .50 e, inclusivamente têm correlações negativas com a conduta.

Por fim, com a análise estatística de predição, colocou-se a questão se os níveis obtidos, através do *scoring*, de risco e necessidade tinham alguma relação de predição com as infrações disciplinares. A análise descritiva, na tabela 30, demonstra que 43.4% das mulheres têm um nível baixo de risco, 39.8% um nível moderado e 16.9% um nível médio. Comparativamente, 29.4% dos homens têm um nível baixo de risco, 48.5% têm um nível moderado, 17.6% um nível médio e, apenas os homens apresentaram um nível alto de risco e necessidade (4.4%). As diferenças entre os géneros não se demonstraram significativas<sup>18</sup>.

Relativamente aos valores da *área sob a curva*, verificou-se que para o género feminino o valor de AUC mostrou ser igual a .57. Quanto ao género masculino os resultados do nível de risco/necessidade, demonstraram uma correlação significativa com a predição de infrações disciplinares (AUC=.62;  $r=.212$ ,  $p\leq 0.05$ ). Os valores do nível de risco/necessidade são semelhantes aos resultados do *score* total do WRNA. Para obter estes valores, o SPSS considerou positivos 17 casos positivos, do género feminino, e 10 no género masculino.

---

<sup>18</sup> Ver Anexo 5

Outros 10 casos foram considerados omissos, uma vez que tinham sido transferidos, libertados ou colocados em liberdade condicional na altura de recolha de dados para as infrações após a entrevista.

**Tabela 28: Análise da Predição do WRNA**

Scores	Feminino		Masculino	
	AUC	r	AUC	r
Atitudinal	.511	.024	.441	-.135
Histórico Criminal	.520	-.004	.552	.061
Forças Educacionais	<b>.624</b>	<b>.243*</b>	.310	-.247*
Necessidades Educacionais	.497	-.038	.627	.157
Emprego/Finanças	.408	-.193*	.638	.143
Pares Antissociais	.520	.030	.603	.148
Raiva/Hostilidade	<b>.661</b>	<b>.227*</b>	<b>.712</b>	<b>.305**</b>
Histórico Doença Mental	.581	.142	.531	-.009
Depressão/Ansiedade	.432	.072	<b>.707</b>	<b>.269*</b>
Psicose	.531	.029	.507	-.005
Abuso na Infância	.497	.025	.532	.030
Abuso na Idade Adulta	.554	.095	.353	-.240
Abuso Físico	.543	.053	.441	-.112
Abuso Sexual	.540	.089	.490	-.033
PTSD	.548	.071	.547	.009
Histórico Abuso Substâncias	.529	.056	.415	-.116
Abuso Substâncias Recente	<b>.573</b>	<b>.202*</b>	.529	.023
Estabilidade Relacional	.406	-.154	.490	-.005
Envolvimento Parental	.413	-.175	.593	.166
Suporte Familiar	.432	-.131	.423	-.136
Conflito Familiar	.530	.049	.521	.000
Escala Relacionamentos A	.528	.021	.457	-.070
Escala Relacionamentos B	.436	-.086	.549	.121
Autoeficácia	.580	.111	.366	-.190
Escala Parental	.460	-.055	.556	.034
Score WRNA	.576	.088	.613	.157
Nível de Risco/Necessidade	.568	.095	<b>.619</b>	<b>.212*</b>

Nota: Sendo a variável de estado (1) positiva para infração disciplina após a entrevista

\*Correlação é significativa no nível 0.05 (unilateral)

\*\*Correlação é significativa no nível 0.01 (unilateral)

Com a tabela 29, que avalia os resultados da predição dos Fatores Responsivos ao género (Forças Educacionais, Raiva/Hostilidade, Histórico de Doença Mental, Depressão/Ansiedade, Psicose, Abuso na infância, Abuso na idade adulta, Score A, Suporte Familiar, Conflito Familiar e Parentalidade (Envolvimento parental e escala parental), Neutros (Atitudes Antissociais, Histórico Criminal, Necessidades Educacionais, Emprego/Finanças, Pares Antissociais, Abuso de Substâncias Histórico e Recente) e o *score* total, é possível constatar que existe uma maior predição, no género masculino, quando estes fatores são comparados entre os dois géneros. Isto é, a pontuação total do instrumento demonstra uma relação de predição de mau comportamento institucional na subamostra de reclusos (AUC=.61). Por sua vez, também os fatores de risco considerados responsivos ao género e os neutros, evidenciam, no género masculino, uma relação de predição com valores de AUC mais altos (AUC=.53;  $r = -.04$ ,  $p > 0.05$ ; AUC=.57;  $r = .16$ ,  $p > 0.05$ ), apesar de não serem valores considerados aceitáveis). Um aspeto interessante a realçar é que o valor de predição entre os fatores de risco responsivos, ou femininos, e a variável dependente, má conduta institucional, é por si o mais baixo (AUC=.47,  $r = .06$ ,  $p > 0.05$ ). Ora, é interessante pois uma vez que estes domínios são verificados como mais salientes ao género feminino, deveriam oferecer uma relação com uma força mais preditiva ao “próprio género”, contudo o valor de predição é maior com os fatores de risco neutros (AUC=.51;  $r = .00$ ,  $p > 0.05$ ).

É possível constatar que a desagregação do *score* total por fatores responsivos e fatores neutros, não incrementa a validade preditiva do instrumento.

**Tabela 29: Análise de Predição (fatores responsivos ao género, fatores neutros e *Score* total do WRNA)**

	Género Feminino		Género Masculino	
	AUC	r	AUC	r
<b>Score WRNA</b>	.576	-	.613	-
<b>Fatores de Risco Responsivos</b>	.479	.062	.534	-.041
<b>Fatores de Risco Neutros</b>	.510	.008	.578	.163

\*Sendo a variável de estado (1) positiva para infração disciplina após a entrevista

## Capítulo IV – Discussão e Conclusão

---

### Discussão

O primeiro objetivo deste estudo prendia-se com “*comparar as necessidades criminógenas entre o género masculino e o género feminino, verificando assim quais as necessidades neutras e/ou específicas*”.

Verificou-se que a pontuação total do *WRNA* é mais elevada para o género masculino (M=16.0, DP= 6.49), do que para o género feminino (M=13.4, DP= 5.73). Esta diferença, saliente para o género masculino, poderá dever-se ao facto de estes terem mais necessidades criminógenas, especialmente as consideradas neutras, como observado nos resultados das escalas de histórico criminal (M=6.37, DP=3.23), pares antissociais (2.63, DP= 1.75), histórico abuso de substâncias (M=4.59, DP=3.43), abuso recente de substâncias (M=.74, DP=.92) e satisfação com relacionamentos (M=4.44, DP=1.49). Por exemplo, na análise de cada item do instrumento, verificou-se que os homens cometeram mais ofensas violentas e infrações disciplinares em penas anteriores, uma vez que também demonstraram terem sido mais vezes condenados a prisão efetiva. Além disso, afirmaram estar associados a pares mais problemáticos (com problemas de justiça, penas de prisão e abusos de substâncias ou álcool), participaram em maior percentagem em tratamentos, e programas, de abuso de substâncias e relataram mais problemas de saúde, conflitos conjugais/familiares e sentimento de consumir logo pela manhã (o que se reflete nas causas de infrações disciplinares no Estabelecimento Prisional). Por fim, os reclusos demonstraram sentir maior apoio, e satisfação, nos relacionamentos, para além de se sentirem frequentemente amados, ou apreciados, por quem são, nos seus relacionamentos.

Sendo o domínio do histórico criminal, um fator estático que está incluído nos *Big Four*, este demonstra ser uma necessidade neutra, com uma maior saliência masculina. Tal como os resultados observados, na dissertação de Bell (2012), também a média da escala do histórico criminal foi maior para o género masculino (M=3.11, DP= 2.71). Quanto à área de pares antissociais, contrariamente ao observado neste estudo, Bell (2012), no seu trabalho constatou uma maior média feminina (M=3.23, DP1.94). De igual forma, os resultados de Bell (2012), no histórico de abuso de substâncias, demonstraram que a média foi mais alta para o género feminino (M=7.06, DP=3.20), tal como no abuso recente (Bell, 2012; M=2.06, DP=1.50).

Quanto ao género feminino, apesar de as reclusas terem menos necessidades criminógenas, as mulheres demonstram maiores pontuações em domínios como emprego/finanças (M=5.01, DP=1.87), histórico de doença mental (M=2.61, DP=1.65), depressão/ansiedade (M=3.14, DP=1.58), abuso na idade adulta e sexual (M=.87, DP=.72; M=.39, DP=.55, respetivamente), PTSD (M=1.87, DP=1.47) e *stress* parental (M=6.08, DP=6.91). Os resultados referentes abuso, saúde mental, dificuldades financeiras e *stress* parental, vão de acordo com as investigações de Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger (2008-A), Wright, Salisbury & Van Voorhis (2007), Palmer, Jinks & Hatcher (2010), Hedderman (2004) e Hollin & Palmer (2006).

Muitas foram as ofensoras que se encontravam desempregadas (56.6%), quando comparadas com os reclusos, um dos motivos poderá estar no facto de muitas destas mulheres serem a principal cuidadora dos seus filhos. Ou seja, no horário de trabalho, poderá não existir um suporte para a ajuda de cuidados necessários, para supervisão dos filhos, o que leva à difícil situação de ter, ou manter, um emprego estável. Outro motivo para a alta prevalência do desemprego feminino, poderá ter a ver com uma maior percentagem de ciganas, sendo que estas têm, tradicionalmente, maior dificuldade de emprego. Os resultados observados vão de acordo com a dissertação de Bell (2012), onde também este domínio se demonstrou mais elevado no género feminino (M=4.57, DP=2.05).

O género feminino demonstrou ser mais propenso a sofrer abuso físico e sexual, na infância ou na idade adulta, o que se verifica nesta amostra, uma vez que na idade adulta, 62.7% sofreu de abuso físico e 24.1% de abuso sexual; na infância, 14.5% sofreu de abuso sexual, como observado nos resultados.

Quanto à saúde mental, as mulheres têm um maior nível de problemas de saúde mental (45.8% das ofensoras, nesta amostra, sofriam de doenças mentais) e são mais propensas a exibir depressão, ansiedade, distúrbios e comportamentos de autoflagelação, como verificado na amostra em comparação com o género masculino, isto é, todas as percentagens femininas, quanto a estas problemáticas, foram mais elevadas. Bell (2012), de igual forma, observou uma saliência feminina (M=2.87, DP=1.80), tal como nas suas escalas dinâmicas, de depressão/ansiedade (M=1.91, DP=1.63).

Além disso, a questão da guarda de crianças representa um *stress* considerável para as reclusas, como evidenciado no estudo de Van Voorhis, Salisbury, Wright, Bauman & Holsinger (2008-A), este *stress* associado ao contacto limitado mostra-se relacionado com

altos níveis de doença mental entre reclusas e crianças (Houck & Loper, 2002; Tuerk & Loper, 2006, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010).

Alguns domínios não demonstraram diferenças significativas entre os géneros, como as atitudes antissociais ( $p=.407$ ), forças educacionais ( $p=.234$ ), necessidades educacionais ( $p=.816$ ), raiva/hostilidade ( $p=.225$ ), psicose ( $p=.100$ ), abuso na infância ( $p=.221$ ), abuso físico ( $p=.067$ ), estabilidade relacional ( $p=.322$ ), envolvimento parental ( $p=.744$ ), suporte familiar ( $p=.396$ ), conflito familiar ( $p=.720$ ), disfunção na relação ( $p=.052$ ) e autoeficácia ( $p=.443$ ).

Relativamente às atitudes antissociais, é de notar que os homens demonstraram uma maior diferença por não exprimirem qualquer tipo de remorso quanto à ofensa atual cometida. No que toca ao feminino, as ofensoras demonstraram ter a facilidade de atribuir a culpa pela ofensa a outros sujeitos, por exemplo, durante as entrevistas várias reclusas afirmaram terem sido incriminadas (e.g. membros de órgãos policiais, familiares e, principalmente, por cônjuges) ou estarem inocentes.

No que toca às necessidades educacionais, na literatura esta é considerada como neutra ao género, isto é, pode ser mais específica ao género masculino, ou estar presente em ambos os géneros. Apesar de não existirem diferenças, significativas, quanto ao género, é possível observar que tanto as mulheres, como os homens, demonstraram dificuldades na leitura, escrita e frequentaram turmas de educação especial, ou de apoio. Um motivo para estes resultados, poderá dever-se à grande representação da etnia cigana (onde os géneros diferiram, por existirem maior percentagem de ofensoras de etnia cigana) e à percentagem de sujeitos com baixa completção do 1º ciclo.

Quanto ao domínio de raiva/hostilidade, este não se demonstrou significativo nas diferenças no género, o que se pode dever a problemas de autorrelato, onde o/a sujeito/a poderá não ser totalmente sincero/a, ou as informações do processo não estarem corretas, ou completas. Outra razão poderá estar na alta percentagem de mulheres que afirmaram já ter frequentado uma aula, ou programa, para lidar com a raiva, o que poderá estar relacionado com a panóplia de programas existentes em Santa Cruz do Bispo Feminino<sup>19</sup>, como, por exemplo, programas de Relaxamento e Estabilização Emocional, Programa de Treino Cognitivo, Reabilitação Psicossocial, Terapia assistida por animais e Terapia do riso.

---

<sup>19</sup> No E.P. Feminino, pela especificidade do protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia do Porto, está em vigor o Catálogo de Programas da GDRSP como: Estrada Segura, Desenvolvimento Moral e Ético, justiça Restaurativa, GPS – Gerar Percursos Sociais, Treino de Competências para a Empregabilidade, Estabilização Emocional e Integração Institucional, Intervenção da problemática ao Alcoolismo, e Motivação ao Tratamento de Comportamentos Aditivos.

O abuso físico, na infância, apesar de não ter demonstrado nenhuma diferença significativa, indicou uma maior média para género masculino. Belknap & Holsinger (2006) referiram que embora as raparigas tenham relatado taxas mais altas de vitimação de abuso, as taxas relatadas por rapazes também foram, assustadoramente, altas. Quanto aos relacionamentos disfuncionais, ou escala de relacionamento B, não existindo nenhuma diferença, é de realçar que as mulheres referiram ter mais probabilidade de ter problemas com a justiça, quando estão num relacionamento, talvez por sentirem que, assim, são mais convencidas a envolver-se em comportamentos criminais. No que toca aos homens, estes sentem que negligenciam outras relações, e responsabilidades, quando estão num relacionamento.

É importante refletir que a saliência de certos fatores se poderá dever a razões como não serem tipicamente vistos entre os homens, serem vistos entre os homens mas terem uma maior frequência entre as mulheres e ocorrerem em igual frequência entre homens e mulheres, mas afetarem mais o género feminino. Os resultados obtidos nesta dissertação estão de acordo com estudos empíricos de Van Voorhis, Bauman, Wright & Salisbury (2009), Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman (2008), com alguns dos caminhos descritos por Bell (1992, *cit in*, Brennan et al., 2012), como por exemplo, o caminho da mulher de rua dependente de drogas (uma vez que muitas vezes o padrão de consumo e o tráfico têm início com os parceiros íntimos, ou membros de família, o que foi relatado por várias ofensoras entrevistadas) e a mulher “prejudicada ou prejudicial”, e com estudos de Gelsthorpe (1999, *cit in*, Hedderman, 2004) e Windell & Clark (1999, *cit in*, Hedderman, 2004). O suporte familiar e o domínio de relações disfuncionais, nesta amostra, verifica evidências mistas quanto às conexões que, segundo o modelo relacional, são especialmente fortes para o género feminino (Jordan et al., 1991, *cit in*, Covington, 1998). E ainda, apesar de saber que a importância da autoeficácia, para as mulheres, não ser um dos fatores mais estudados o resultados da amostra demonstraram não ser especificamente femininos, mas mistos, ou neutros.

Seguidamente, o objetivo do estudo concentrou-se em “*estabelecer uma relação entre as necessidades criminógenas e a má conduta dos reclusos/reclusas*”.

Globalmente, os resultados de predição, e correlação, entre as necessidades criminógenas e a má conduta dos reclusos/reclusas foram reduzidos. A validade preditiva é prejudicada pela existência de diversas escalas que apresentam AUC's inferiores a .50 e, inclusivamente têm correlações negativas com as infrações disciplinares. Contudo, existem escalas que mostram uma relação com as infrações disciplinares, que são: forças educacionais (para o género

feminino), raiva e hostilidade (para ambos os géneros), depressão/ansiedade (para o género masculino) e abuso de substâncias recente (para o género feminino).

Quando analisada a literatura empírica, verifica-se alguma contrariedade, uma vez que atitudes antissociais e emprego/finanças foram preditivas para o género feminino, enquanto pares antissociais, baixa educação e abuso de substâncias não foram (Wright et al., 2007). Os resultados desta dissertação, quanto a atitudes antissociais, foram mais preditivos para o feminino, no entanto o AUC foi reduzido, e no que toca a emprego/finanças, verificou-se valores mais altos no género masculino. Os pares antissociais são, embora com um valor razoável, mais preditivos para o género masculino, tal como as necessidades educacionais.

Relativamente ao abuso de substâncias, a sua validade preditiva com ofensoras, num conjunto de dados *intrastudy*, foi consistente com resultados de dois estudos amostrais muito maiores de ofensoras. Assim, Andrews et al. (2012) consideram que a importância feminina do abuso é uma constatação robusta, mas talvez Andrews & Bonta (2010, *cit in*, Andrews et al., 2012) possam ter que modificar a sua descrição dos oito fatores centrais de risco/necessidade por meio de referências aos *Big Four* com ofensores do género masculino, e aos *Big Five* com ofensores do género feminino. O histórico de consumo de estupefacientes demonstra ser um dos preditores mais significativos das infrações prisionais (Gonçalves & Gonçalves, 2012).

No que toca à Raiva/Hostilidade e à sua predição de infrações disciplinares, a literatura científica refere que reclusos com ofensas primárias, não-violentas ou violentas, eram menos propensos a cometer infrações institucionais em comparação com reclusos associados ao abuso de estupefacientes. Ora, através dos vários motivos verificados ao longo da análise documental, é possível afirmar que muitos eram os reclusos que tinham problemas de má conduta por causa dos seus consumos e posses de estupefacientes (dentro e fora da prisão). Também Steiner, Butter & Ellison (2014) encontraram evidências consideráveis para sugerir que os reclusos mais jovens, com pares antissociais, consumiam estupefacientes antes da reclusão que tinham problemas de saúde mental eram mais propensos a ter má conduta prisional. Voltando ao domínio de Raiva e Hostilidade, o autocontrolo também se demonstrou como sendo um indicador significativo de infrações, mas apenas para homens. Essa evidência é consistente com a teoria geral de crime de Gottfredson e Hirschi (1990, *cit in*, Gover, Pérez & Jennings, 2008) e sugere que os reclusos que cometem infrações tendem a ser caracterizados como tendo uma baixa tolerância à frustração e se envolvem em comportamentos impulsivos e arriscados.

Todos os outros resultados das outras escalas, do instrumento *WRNA*, nessa dissertação, contribuem para os baixos valores de predição, isto poderá dever-se ao facto de as taxas de infrações disciplinares, após a entrevistas, serem baixas (20.5% no género feminino,  $M=.24$  e  $DP=.532$  e 16.2% no masculino,  $M=.29$  e  $DP=.830$ ). Além disso, Andrews et al. (2012) afirmaram que existe uma regra em relação à validade preditiva dos fatores de risco e de necessidade na análise de reincidência criminal. Se um fator é preditivo para as ofensoras, será preditivo para os ofensores e vice-versa. Alguns autores acrescentam que a evidência de especificidade de género certamente existe, mas é dispersa e, quando encontrados, os efeitos específicos de género tendem a ser de magnitude mínima e leve.

Na literatura científica encontra-se ainda observações de que o histórico criminal influencia significativamente o comportamento de infrações, para o masculino e feminino (Gover, Pérez & Jennings, 2008). Contudo, nesta dissertação, este domínio demonstrou um valor reduzido, apesar de mostrar uma predição mais alta para o género masculino.

É de notar que a falta de suporte importantes, fora da prisão, também demonstra ser muito crítico na identificação das ofensoras que têm dificuldade em se adaptar ao ambiente institucional. É importante que as mulheres tenham um relacionamento satisfatório com o seu/sua companheiro/a, bem como a expectativa de suporte contínuo na sua libertação. Isto é consistente com a teoria relacional e a investigação de caminhos que enfatizam o impacto significativo dos relacionamentos na vida das mulheres (Gilligan, 1982; Miller, 1976, *cit in*, Wright et al., 2007). Ao observar os resultados de análise de predição do *WRNA*, podemos constatar que, mais uma vez, apesar de baixo, o suporte e o conflito são preditivos para o género feminino. No entanto, a estabilidade relacional foi preditiva para o género masculino.

O histórico de doença mental, sendo uma necessidade criminógena de grande valor para o género feminino, também demonstrou, embora reduzido, um valor de predição mais alto para as ofensoras. Gover, Pérez & Jennings (2008) descobriram que a influência do tempo de pena, que como verificado nesta dissertação é maior para o género feminino, têm uma maior relação com a má conduta para as mulheres. Uma possível explicação para isso é que os homens, e as mulheres, podem estar expostos a tipos e/ou graus distintos de *stress* durante o tempo de reclusão.

A noção de que os fatores de risco estão relacionados com o comportamento criminoso e que são importantes para a redução deste tipo de conduta, está completamente correta e empiricamente suportada. Contudo, o que se verifica nesta dissertação, juntamente com as investigações mencionadas, é que existem fatores que são sensíveis ao género. Muitas vezes,

para várias mulheres ofensoras, deve ser dada atenção e uma séria prioridade a uma lista diferente, e modificada, de fatores de risco. Tendo esta atenção feminina em mente, Blanchette & Brown (2006, *cit in*, Van Voorhis, 2012) reformularam o princípio geral da responsividade: “*um princípio de responsividade informado pelo género afirma que, em geral, a ótima resposta ao tratamento será alcançada quando quem presta o tratamento oferece intervenções comportamentais estruturadas [fundamentadas nas filosofias feministas e na teoria de aprendizagem social] de forma empática e empoderadora [modelo com base nas forças], ao mesmo tempo em que adotam uma abordagem firme, mas justa*”.

## **Conclusão**

Com o presente estudo, percebe-se que existem, de facto, fatores neutros e responsivos ao género. Existem fatores que têm uma maior saliência feminina e outros masculina, esta afirmação é uma ideia que é necessária ter em conta para uma mudança de paradigma. Verificamos que fatores, ou necessidades, como Emprego/Finanças, Histórico de Doença Mental, Depressão/Ansiedade, Psicose, Abuso e Trauma (físico, sexual, na idade adulta e *stress* pós-traumático), Envolvimento Parental, Disfuncionalidade na Relação e *Stress* Parental demonstraram ser domínios que tinham pontuações significativamente superiores no género feminino. Quanto a fatores como Atitudes antissociais, Histórico Criminal, Forças Educacionais, Pares Antissociais, Histórico de Abuso Substâncias, Abuso de Substâncias Recente e Suporte Familiar, demonstraram ser áreas com saliência masculina. E ainda, necessidades como Necessidades Educacionais, Raiva/Hostilidade, Abuso na infância e Autoeficácia, consideradas forças responsivas, não demonstraram diferenças para os reclusos/reclusas.

Por sua vez, os valores da validade preditiva foram globalmente reduzidos. Contudo, quando analisadas as pontuações, verifica-se que mulheres com forças educacionais, com problemas no domínio de raiva e hostilidade e de abuso, recente, de substâncias têm maior propensão a incorrer em infrações disciplinares. Relativamente ao género masculino, a má conduta institucional é analisada em indivíduos que têm problemas no domínio de raiva e hostilidade e de depressão/ansiedade, têm maior probabilidade em cometer infrações disciplinares.

Ao longo destes meses, as mulheres entrevistadas, que acabaram por dar a conhecer o seu lado mais íntimo, ou não, demonstraram vários problemas nestes domínios referidos. Em algumas entrevistas, foi imperativo lidar, e interpretar, as diferentes personalidades e atitudes de cada sujeita. Outras mulheres exprimiram as dificuldades que sentem no seu quotidiano, que têm consequência no maior *stress* durante a sua reclusão. O mesmo se sucedeu com vários reclusos, mas não da mesma forma ou intensidade. Muitos destes fatores levaram, em alguns casos, a infrações disciplinares que foram registadas, e utilizadas, para uma análise preditiva, tal como Van Voorhis, Salisbury, Wright & Bauman (2008) fizeram. Algumas escalas do *WRNA* continuam a precisar de melhorias. Por exemplo, a estrutura e o contexto das escalas de suporte, e conflito, familiar precisam de ser aprimorados por meio de investigações adicionais. Além disso, é provável que as escalas de relacionamento continuem a ser específicas da amostra (Van Voorhis, Bauman & Brushett, 2013).

Da perspectiva de paradigmas opostos, vários investigadores demonstram que não tem sido uma tarefa fácil estabelecer a importância dos fatores de risco exclusivos do género feminino. Durante algum tempo, várias estudiosas feministas criticaram toda a noção de risco e avaliação deste mesmo (Hannah-Moffat, 2004; Smart, 1982, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Por sua vez, os defensores do modelo canadense criticaram as estudiosas feministas por “não respeitarem as evidências” (Andrews & Bonta, 1998, *cit in*, Van Voorhis, Wright, Salisbury & Bauman, 2010). Hannah-Moffat (2004, *cit in*, Blanchette & Brown, 2006) argumentaram que as avaliações, consideradas como neutras, de fatores de risco/necessidade, apenas persistiram ao longo do tempo porque caracterizam problemas e definem soluções de formas que se encaixam na cultura correcional dominante e na estrutura de poder que define, de forma restrita e instrumental, o risco e a necessidade. Embora esteja bem vincado que instrumentos neutros ao género possam prever, com precisão, o comportamento institucional de mulheres, os fatores específicos ao género ajudam a melhorar a previsão dos seus comportamentos (Trejbalová & Salisbury, 2019). Por sua vez, desta forma, a especificidade do género providencia também uma melhor compreensão, um melhor trabalho e um melhor acompanhamento para o género masculino e feminino. E é a ideia de que a norma não é masculina, mas que existem mais domínios para além dos *Central Eight*, sem nunca lhes retirar importância pois marcaram a avaliação do risco, que podem ser uma mais-valia.

## **Limitações e Pistas Futuras**

A primeira limitação deste estudo tem a ver com o tamanho da amostra (n feminino = 83 e n masculino = 68), apesar de pequena demonstrou-se aceitável para a análise, uma vez que os resultados demonstraram que existem necessidades que têm uma maior propensão no género feminino e outras no masculino. Os resultados indicaram que fatores como Emprego/Finanças, Histórico de Doença Mental, Depressão/Ansiedade, Psicose, Abuso físico e sexual na idade adulta e infância, PTSD, Envolvimento Parental, Relacionamentos Disfuncionais, Stress Parental e Autoeficácia têm um grande peso na avaliação correta das mulheres que estão em reclusão.

Uma outra limitação foi o curto espaço de tempo na análise das infrações disciplinares dos indivíduos femininos e masculinos. Devido ao constrangimento do tempo, com morosidade de resposta da DGRSP, os horários restritos para o início e fim das entrevistas com os reclusos (sem atrapalhar as atividades e rotinas prisionais), a falta de vontade de participação de alguns reclusos e o prazo limite de entrega da dissertação, a análise documental contou com poucos meses de diferença. Provavelmente seriam verificados melhores resultados, de validade preditiva, se o espaço de tempo fosse mais longo, talvez um ano ou um ano e meio. E seria de valor, e de grande interesse, ter a mesma investigação para a variável de reincidência, que é igualmente muito estudada em estudos de instrumentos de avaliação de risco e em estudos com o *WRNA*.

O autorrelato, associado ao instrumento *WRNA*, poderá estar relacionado com a obtenção de respostas incorretas (Bradburn, 1985, *cit in*, Golub, Johnson, Taylor & Liberty, 2002) que podem tornar os dados inúteis. Os entrevistados podem não ser capazes de se recordarem de certos eventos, podem ficar confusos com as questões, podem ocultar, intencionalmente, informações confidenciais por constrangimentos ou medo de consequências legais, apesar de lhe ser dada a garantia de confidencialidade. Os indivíduos podem distorcer as suas respostas para impressionar os entrevistadores. No entanto, os autorrelatos dos ofensores representam uma importante fonte de informações sobre os processos predominantes de crimes. Esses dados podem fornecer informações oportunas sobre vários fatores, e o objetivo do *WRNA* também é esse. O facto de os dados serem diretamente da fonte, confere-lhes uma validade potencialmente alta, mas apenas na medida em que os dados sejam precisos (Golub, Johnson, Taylor & Liberty, 2002).

Em Portugal, este foi o primeiro estudo com o WRNA e poderá ser um ponto de partida para uma melhor compreensão da mulher e a sua melhor avaliação de risco e necessidade. Van Voorhis (2012), sobre o seu próprio trabalho, comenta que *“depois de passar a maior parte da carreira a estudar ofensores do género masculino, incluindo muitas investigações de abordagem RNR, até então não havia experienciado, diretamente, até que ponto poderia ser difícil estudar mulheres. Esses desafios eram aparentes ao nível político e profissional, tendo um impacto em si como estudante, consultora, orientadora e professora. Afirma, inequivocamente, que é profissionalmente, e financeiramente, muito mais difícil estudar mulheres do que homens. (...) Refletindo, como esta ciência se desenrolou numa cultura em que “o homem é a norma”, foi desencorajador de observar (...)”*.

Esta dissertação pode ser um ponto de partida para, em Portugal, serem iniciados estudos com o género feminino que, por exemplo, estão em liberdade condicional ou em medidas de comunidade, não só em reclusão. Se nesta dissertação, com as suas limitações, foi possível verificar diferenças entre os géneros e afirmar que as mulheres, de acordo com Salisbury, Van Voorhis, Wright, Blanchette e outras autoras feministas, então se existirem investigações aprimoradas e mais profundas, com maior espaço de tempo, será de imaginar que os resultados poderão ser mais promissores e definitivos. Investigações futuras podem ainda procurar quais as relações entre os vários fatores, quais os possíveis caminhos e o que pode ser feito como prevenção, uma vez que os instrumentos têm uma base masculina, então a literatura também deverá procurar essas relações entre fatores responsivos.

É importante continuar a testar empiricamente, validar e refinar os fundamentos teóricos de qualquer trabalho. Somente quando a teoria não puder acomodar as descobertas da investigação, esta deve ser descartada a favor de uma nova teoria. A personalidade geral, a estrutura psicológica social e a abordagem de risco-necessidade-responsividade foram aprimoradas ao longo do tempo, à medida que os resultados relevantes da investigação forem obtidos (Ogloff & Davis, 2004).

## Bibliografia

Andrews, D. A., Bonta, J. & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk and/or need assessment. *Crime & Delinquency*, 52(1), 7-27.

Andrews, D. A., Guzzo, L., Raynor, P., Rowe, R. C., Rettinger, L. J., Brews, A., & Wormith, J. S. (2012). Are the major risk/need factors predictive of both female and male reoffending? A test with the eight domains of the Level of Service/Case Management Inventory. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(1), 113-133.

Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F. & Ferraz, M. B. (2000). Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine*, 25(24), 3186-3191.

Beackmann, A. (2014). *Female offending and the question of gender specificity* (Doctoral dissertation, University of Birmingham).

Belknap, J., & Holsinger, K. (2006). The gendered nature of risk factors for delinquency. *Feminist Criminology*, 1(1), 48-71.

Bell, V. R. (2012). *Gender-Responsive Risk Assessment: A Comparison of Women and Men*. University of Cincinnati.

Blanchette, K., & Brown, S. L. (2006). *The assessment and treatment of women offenders: An integrative perspective*. John Wiley & Sons

Brennan, T., Breitenbach, M., Dieterich, W., Salisbury, E. J., & Van Voorhis, P. (2012). Women's pathways to serious and habitual crime: A person-centered analysis incorporating gender responsive factors. *Criminal Justice and Behavior*, 39(11), 1481-1508.

Bowen, G. A. (2009). Document analysis is a qualitative research method. *Qualitative research journal*, 9(2), 27-40.

Caulfield, L. (2010). Rethinking the assessment of female offenders. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 49(4), 315-327.

Cortina, J. M. (1993). What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. *Journal of applied psychology*, 78(1), 98.

Covington, S. (1998). The relational theory of women's psychological development: Implications for the criminal justice system. *Female offenders: Critical perspectives and effective interventions*, 2, 113-131.

Craddock, A. (1996). A comparative study of male and female prison misconduct careers. *The Prison Journal*, 76(1), 60-80.

Gendreau, P., Goggin, C. E., & Law, M. A. (1997). Predicting prison misconducts. *Criminal Justice and behavior*, 24(4), 414-431.

Gobeil, R., Blanchette, K., & Stewart, L. (2016). A meta-analytic review of correctional interventions for women offenders: Gender-neutral versus gender-informed approaches. *Criminal Justice and Behavior*, 43(3), 301-322.

Golub, A., Johnson, B. D., Taylor, A., & Liberty, H. J. (2002). The validity of arrestees' self-reports: Variations across questions and persons. *Justice Quarterly*, 19(3), 477-502.

Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23(3), 559-584.

Gover, A. R., Pérez, D. M., & Jennings, W. G. (2008). Gender differences in factors contributing to institutional misconduct. *The Prison Journal*, 88(3), 378-403.

Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics*. sage.

Hamilton, Z., Campagna, M., Tollefsbol, E., van Wormer, J., & Barnoski, R. (2017). A More Consistent Application of the RNR Model: The Strong-R Needs Assessment. *Criminal Justice and Behavior*, 44(2), 261-292.

Heilbrun, K., Dematteo, D., Fretz, R., Erickson, J., Yasuhara, K., Anumba, N. (2008). How "specific" are gender-specific rehabilitation needs? An Empirical Analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 35(11), 1382-1397.

Hedderman, C. (2004). The "criminogenic" needs of women offenders. *Women who offend*, 227-244.

Hollin, C. R., & Palmer, E. J. (2006). Criminogenic need and women offenders: A critique of the literature. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 179-195.

Kothari, C. R. (2004). *Research methodology: Methods and techniques*. New Age International.

Marôco, J. (2011), *Análise estatística com o SPSS Statistics [Statistical analysis with SPSS Statistics]*”. *Pero Pinheiro:ReportNumber*.

Martinez, L., & Ferreira, A. (2007). *Análise de Dados com SPSS*. Escolar editora.

Ogloff, J. R. & Davis, M. R. (2004). Advances in offender assessment and rehabilitation: Contributions of the risk-need-responsivity approach. *Psychology, Crime & Law*, 10(3), pp. 229-242.

Palmer, E. J., Jinks, M., & Hatcher, R. M. (2010). Substance use, mental health, and relationships: A comparison of male and female offenders serving community sentences. *International journal of law and psychiatry*, 33(2), 89-93.

Rettinger, L. J., & Andrews, D. A. (2010). General risk and need, gender specificity, and the recidivism of female offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 37(1), 29-46.

Salisbury, E. J., Boppre, B., & Kelly, B. (2016). Implications for the treatment of justice-involved women. *Handbook on risk and need assessment: Theory and practice*, 220-243.

Salisbury, E. J., & Van Voorhis, P. (2009). Gendered pathways: A quantitative investigation of women probationers' paths to incarceration. *Criminal justice and behavior*, 36(6), 541-566.

Salisbury, E. J., Van Voorhis, P. & Spiropoulos, G.V. (2009). The predictive validity of a gender-responsive needs assessment: An exploratory study. *Crime & Delinquency*, 55(4), 550-585.

Skeem, J. L., Winter, E., Kennealy, P. J., Louden, J. E., Tatar, I. I., & Joseph, R. (2014). Offenders with mental illness have criminogenic needs, too: Toward recidivism reduction. *Law and human behavior*, 38(3), 212.

Steiner, B., Butter, H. D., & Ellison, J., M. (2014). Causes and correlates of prison inmate misconduct: A systematic review of the evidence. *Journal of Criminal Justice*, 42(6), 462-470.

Trejbalová, T., & Salisbury, E. J. (2019). Women's Risk and Needs Assessment (WRNA) in the Czech Republic. *Women & Criminal Justice*, 1-12.

Van Voorhis, P. (2012). On behalf of women offenders: Women's place in the science of evidence-based practice. *Criminology & Pub. Pol'y*, 11, 111.

Van Voorhis, P., Bauman, A., Wright, E. & Salisbury, E. (2009). Implementing the Women's Risk/Needs Assessment (WRNAs): Early Lessons from the field. *Women, Girls and Criminal Justice*, 10(6), 81-82.

Van Voorhis, P., Bauman, A., & Brushett, R. (2013). "Revalidation of the Women's Risk Needs Assessment: Institutional Results" Final Report November 2013.

Van Voorhis, P., Salisbury, E., Wright, E. & Bauman, A. (2007). New Classification Instruments for Female Offenders. *Criminology*, 34(4), 575-607.

Van Voorhis, P., Salisbury, E., Wright, E. & Bauman, A. (2008). Achieving accurate pictures of risk and identifying gender responsive needs: Two new assessments for women offenders. *University of Cincinnati Center for Criminal Justice Research, National Institute of Corrections Washington DC*.

Van Voorhis, P., Salisbury, E., Wright, E., Bauman, A., & Holsinger, K. (2008-A). A gender responsive risk assessment for women offenders: Results for the Missouri Department of Corrections probation, prison and pre-release samples. *Cincinnati, OH: Center for Criminal Justice Research, University of Cincinnati*.

Van Voorhis, P., Wright, E. M., Salisbury, E., & Bauman, A. (2010). Women's risk factors and their contributions to existing risk/needs assessment: The current status of a gender-responsive supplement. *Criminal Justice and Behavior*, 37(3), 261-288. .

Wright, E. M., Salisbury, E. J. & Van Voorhis, P. (2007). Predicting the prison misconducts of women offenders: The importance of gender-responsive needs. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 23(4), 310-340.

Wright, E., M., Van Voorhis, P., Salisbury, E. & Bauman, A. (2009). Lessons from the NIC/UC Gender-Responsive Classification Project. *Women, Girls and Criminal Justice*, 10(85-87), 95-96.

Wright, E. M., Van Voorhis, P., Salisbury, E. J., Bauman, A. (2012). Gender-Responsive Lessons Learned and Policy Implications for Women in Prison: A review. *Criminal Justice and Behavior*, 39(12), 1612-1632.

## Anexos

---

### Anexo 1 – Diferenças entre *WRNA* e o *WRNA-T* institucional

<b><i>WRNA</i> Institucional</b>	<b><i>WRNA-T</i> Institucional</b>
Atitudes Antissociais	Necessidades Educacionais
Histórico Criminal	Emprego/Finanças
Forças Educacionais	Raiva/Hostilidade
Necessidades Educacionais	Histórico de Doença Mental
Emprego/Finanças	Depressão/Ansiedade
Pares Antissociais	Psicose
Raiva/Hostilidade	Abuso/Trauma
Histórico de Doença Mental	PTSD
Depressão/Ansiedade	Estabilidade Relacional
Psicose	Envolvimento Parental
Abuso/Trauma	Suporte e Conflito Familiar
PTSD	Escala Relacional A
Histórico de Abuso de Substâncias	Escala Relacional B
Abuso Recente de Substâncias	Autoeficácia
Estabilidade Relacional	<i>Stress</i> Parental
Envolvimento Parental	
Suporte e Conflito Familiar	
Escala Relacional A	
Escala Relacional B	
Autoeficácia	
<i>Stress</i> Parental	

---

**Anexo 2 – Declaração de Consentimento Informado**

**CONSENTIMENTO INFORMADO**

Eu, \_\_\_\_\_  
(nome completo do participante), aceito participar no estudo “Especificidades do género nas Necessidades Criminógenas”, no âmbito do Mestrado em Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

A investigação pretende recolher informações e comparar as necessidades criminógenas entre o género feminino e o género masculino, verificando assim quais as que podem ser consideradas neutras e/ou específicas ao género. As necessidades criminógenas são fatores que podem ser pessoais, interpessoais e/ou socialmente problemáticos. Estes podem ter um grande papel nas atividades criminosas, no entanto, quando alterados podem diminuir a probabilidade dessas atividades.

Estas informações serão recolhidas através de entrevistas feitas a cada indivíduo, as respostas são voluntárias, não haverá gravações de áudio ou vídeo durante o preenchimento dos questionários. Não haverá qualquer tipo de compensação monetária.

Tenho conhecimento de que a participação neste estudo é voluntária, como tal, posso retirar-me da investigação a qualquer momento.

Foi-me garantido o anonimato e confidencialidade dos dados, sendo que estes serão, apenas e unicamente, utilizados para fins académicos e científicos para este estudo em concreto.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

Porto, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(Data)

Anexo 3 – Instrumento *Women's Risk/Needs Assessment*

**WOMEN'S RISK/NEEDS ASSESSMENT**

**Entrevista Institucional**

Version 6: 2013

Nome:			Identificação do Recluso:
Data de Nascimento:	Etnia:	Idade:	Data da avaliação:
Entrevistador:			Género do Entrevistado: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino

**Instruções:** Os técnicos que preenchem este formulário devem (a) entrevistar a pessoa, e (b) consultar registos oficiais apropriados antes de realizar a entrevista. A história criminal, a ofensa atual, e outros registos do processo/dossier devem ser consultados para verificar, e corroborar, as respostas do indivíduo às perguntas feitas durante a entrevista. Abaixo, por favor, registre as fontes oficiais de informação que foram consultadas antes de começar a entrevista. Na maioria dos casos, as percepções do indivíduo devem ser preferidas. No entanto, se houver uma clara discrepância entre a versão do indivíduo e a versão do registo oficial, os itens marcados com um asterisco (\*) poderão ser sobrepostos pela indicação presente nos registos oficiais para aumentar o risco ou necessidade do indivíduo. É imperativo que o entrevistador realize a pergunta completa ao indivíduo antes de proceder à sobreposição do item. Por favor, consulte o manual de pontuação para obter mais informações sobre a pontuação e sobreposição dos itens.

**No decurso desta entrevista, os seguintes documentos foram lidos**

**(marcar todos que se aplicam):**

<input type="checkbox"/> Relatórios Policiais	<input type="checkbox"/> Documentos do Ministério Público	<input type="checkbox"/> Relatórios Pré-Sentenciais
<input type="checkbox"/> Avaliações, inclusive avaliação de abuso de substâncias	<input type="checkbox"/> Relatórios de tratamento	<input type="checkbox"/> Histórico Criminal
<input type="checkbox"/> Processos Prisionais e de Reinserção Social	<input type="checkbox"/> Arquivo de classificação	<input type="checkbox"/> Entrevistas anteriores
<input type="checkbox"/> Outros (especificar)		

Alguns dos itens a seguir (e.g. acusação atual) podem ser completados sem colaboração direta do indivíduo. Nestes casos, o entrevistador deve simplesmente transferir as informações do registo do indivíduo para este documento. No entanto, a maioria dos itens requer respostas dos indivíduos. Nesses casos, as questões são fornecidas neste documento. Os entrevistadores devem fazer todas as perguntas na sua versão integral, exceto para as questões em que não são aplicáveis.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Secção 1: Versão do Indivíduo sobre o crime atual (Escala Atitudinal)

**Instruções:** Nesta parte da avaliação, o entrevistador deve envolver a pessoa numa breve conversa sobre o crime que o levou à sua condenação. As questões a seguir deverão ser úteis para tal. Depois de fazer estas questões, preencha os itens da Escala Atitudinal abaixo. Para registar respostas mais válidas para os itens 9 a 15, abaixo, recomenda-se que explore para além de respostas de SIM ou NÃO ou respostas superficiais às questões 1 a 8. É ainda recomendável visitar esta secção após a conclusão da entrevista para que possa reavaliar as pontuações dadas nas questões 9 a 15.

Questões Introdutórias para realizar ao Indivíduo	
1.	Pode falar-me sobre o(s) crime(s) que levou(aram) à sua condenação atual?
2.	O que aconteceu realmente? Quais os acontecimentos que levaram à sua detenção?
3.	Cometeu esse crime com outra pessoa? Qual foi o papel dele/dela na ofensa? Como se envolveu com essa pessoa?
4.	Houve alguma vítima? Sabe o que aconteceu a essa pessoa?
5.	Alguém ficou afetado, ou ferido, por causa deste crime?
6.	Foi tratado de forma justa pelos funcionários da justiça criminal? Como é que a polícia o tratou? Como é que o juiz o tratou?
7.	Acha que a sua sentença foi justa?
8.	Olhando para trás, como se sente relativamente a isso agora?

**Scoring: Escala Atitudinal** – NÃO PERGUNTE AO INDIVÍDUO ESTAS QUESTÕES. Com base nas respostas das questões às perguntas acima, o entrevistador deve selecionar SIM ou NÃO de acordo com as atitudes do indivíduo em relação ao crime.

	Escala Atitudinal	Não	Sim
9.	O indivíduo não demonstra nenhum remorso pela ofensa presente (além do remorso por ter sido preso).	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
10.	Existem diferenças entre a versão do registo oficial e a versão do indivíduo. O indivíduo retrata a ofensa sob uma luz mais favorável do que os documentos oficiais.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
11.	O indivíduo atribui a ofensa a outras pessoas. Ele considera que os participantes, vítimas, ou outros, os culpados.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
12.	O indivíduo inventa desculpas para o delito – não assume a responsabilidade.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
13.	O indivíduo nega ter cometido o crime.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
14.	O indivíduo culpa os funcionários do sistema de justiça por ter sido preso, condenado e/ou encarcerado.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
15.	O indivíduo minimiza os danos na vítima. (responder NÃO se não houve vítima)	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Scoring Atitudinal total (soma itens 9-15): \_\_\_\_\_

Notas (Atitudes):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

3

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Secção 2: Escala de Histórico Criminal

**Scoring: Escala de Histórico Criminal** – Por favor, complete os seguintes itens de acordo com os documentos oficiais

	<b>Escala de Histórico Criminal</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
16.*	A condenação atual é por ofensa violenta (homicídio, agressão, roubo ou outro crime que envolvesse ofensa a integridade física a outras pessoas)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
17.*	Quantas vezes foi condenado/a por algum crime (sem incluir o crime atual) (verificar com dados oficiais)?	<input type="checkbox"/> Nenhuma (0) <input type="checkbox"/> Uma a duas (1) <input type="checkbox"/> Três a cinco (2) <input type="checkbox"/> Seis ou mais (3)	
18.*	Algumas das ofensas anteriores foi por atos violentos?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

As seguintes questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo, mas é necessário serem corroboradas com os dados de registos oficiais.

		<b>Não</b>	<b>Sim</b>
19.*	Já esteve em medidas comunitárias supervisionadas, ou em liberdade condicional, antes deste crime?  Se sim, já se encontrou numa situação de revogação da medida de liberdade condicional, num período atual ou anterior, ou está aqui por causa desse revogação?	<input type="checkbox"/> (0)  <input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)  <input type="checkbox"/> (1)
20.*	Já cumpriu alguma condenação em prisão efetiva?  Se sim, quantas vezes?	<input type="checkbox"/> (0)  <input type="checkbox"/> Nenhuma (0) <input type="checkbox"/> Uma (1) <input type="checkbox"/> Duas ou mais (2)	<input type="checkbox"/> (0)
21.*	Já recebeu alguma infração disciplinar enquanto cumpria uma pena de prisão anterior?  Se sim, alguma dessas infrações envolveu fugas, tentativa de fuga, contrabando, agressão, consumo de drogas ou álcool, ou criação de distúrbios?	<input type="checkbox"/> (0)  <input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (0)  <input type="checkbox"/> (1)
22.*	Quanto tempo passou desde a sua última condenação (não contar a sentença atual ou sentença que foi revogada)?	<input type="checkbox"/> Sem condenações anteriores (0) <input type="checkbox"/> Três anos ou menos (2) <input type="checkbox"/> Mais de três anos (0)	
23.*	Qual é a sua idade? (pode ser inserida a partir dos registos oficiais)	<input type="checkbox"/> 18-34 (2) <input type="checkbox"/> 35 – 45 (1) <input type="checkbox"/> 46+ (0)	

**Scoring total de Histórico criminal (soma itens 16-23):** \_\_\_\_\_

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

4

Notas (Histórico Criminal):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

5

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

O resto desta entrevista foi elaborado para nos ajudar a conhece-lo/a e perceber algumas de suas necessidades. Iremos usar essas informações para nos ajudar a vinculá-lo/a a programas e serviços que esperemos que o/a beneficiem. Vamos começar com uma discussão sobre a história da sua educação e emprego.

### Secção 3: Escalas Educacionais

**Scoring: Escalas educacionais** – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

	Escala Educacional	FORÇAS EDUCACIONAIS		NECESSIDADES EDUCACIONAIS	
		Não	Sim	Não	Sim
24.*	Atualmente, tem alguma dificuldade em ler ou escrever? Por exemplo, tem alguma dificuldade em ler um jornal?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
25.*	Já alguma vez foi diagnosticado/a com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, <i>deficit</i> de atenção, hiperatividade, ou necessidades educacionais especiais?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
26.*	Já alguma vez participou em aulas de educação especial, ou teve de usufruir de algum apoio para alunos com dificuldade de aprendizagem?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
27.*	Tem o ensino secundário completo (12ºano), ou recebeu alguma equivalência a esse grau de ensino (e.g. "Novas Oportunidades")?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
28.*	Já recebeu algum certificado, ou diploma, de formação profissional (incluir aqueles recebidos no ensino secundário ou na prisão)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
29.*	Frequentou a faculdade, aulas ou cursos após o ensino secundário por pelo menos um semestre?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
30.*	Tem diploma universitário? (Incluir cursos de 2 anos)	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		

Score total Forças Educacionais (soma itens 27-30): \_\_\_\_\_

Score total Necessidades Educacionais (soma itens 24-27): \_\_\_\_\_

Notas de Gestão de Caso		
31.	Tem planos educacionais, ou vocacionais, para o futuro?	<input type="checkbox"/> Não <span style="margin-left: 100px;"><input type="checkbox"/> Sim</span>
32.	Entrevistador: Verificar se está presente nas avaliações educacionais.	<input type="checkbox"/> A Versão do indivíduo é corroborada por testes educacionais <input type="checkbox"/> Não havia testes disponíveis para corroborar com o relatório do indivíduo sobre leitura, escrita ou aptidão.

Notas (Educação):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

6

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Secção 4: Escala Emprego/Finanças

**Scoring:** Escala Emprego/Finanças – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

Emprego/Finanças			
33.	Antes de ser preso/a, estava empregado/a?	<input type="checkbox"/> Tempo Integral (0)	<input type="checkbox"/> Part-time, ou incapacitado/a de trabalhar por causa de prestar cuidados a crianças/familiares, por problema de saúde, por ser estudante, etc. (1)
			<input type="checkbox"/> Desempregado/a, mas apto/a a trabalhar (2)

		Não	Sim
34.	Durante os 3 anos anteriores ao crime, teve alguma dificuldade em encontrar e manter um emprego? [Se incapacitado/a de ter emprego (e.g. prestar cuidados aos filhos, estudante a tempo integral, incapacidade física) marcar NÃO. Se não trabalhava e estava apto/a a tal mas não procurou emprego, marcar SIM.]	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
35.	É proprietário/a, ou tem um leasing, de um automóvel?	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
36.	Possui uma conta bancária corrente?	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
37.	Possui uma conta poupança?	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
38.	Você (ou você e o seu companheiro/a) foi capaz de pagar as suas contas, sem ajuda financeira de familiares ou amigos?	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
39.	Durante a sua vida adulta, já viveu na situação de sem-abrigo ou viveu num albergue?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

**Score total Emprego/Financeiro (soma itens 33-39):** \_\_\_\_\_

Notas de Gestão de Caso			
40.	Preocupa-se com a questão de saber se irá conseguir sustentar-se quando for libertado/a?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Um pouco <input type="checkbox"/> Muito
41.	Será o único sustento dos seus filhos, após a sua libertação?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Sem resposta
42.	Os seus filhos têm seguro de saúde?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Sem resposta

43.	Tinha seguro de saúde antes da sua última reclusão?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
44.	Teve um rendimento inferior ao limiar de pobreza (cerca de 5,610€ por ano, em Portugal)?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
45.	Recebia apoios sociais (e.g. Rendimento Social de Inserção)?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
46.	Vivia em Habitações Sociais?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
47.	Recebia vales de alimentação ou teve acesso a refeições gratuitas?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
48.	Antes de ser preso/a, teve problemas recentes como despejo, falência, com empresas de cobrança, problemas com pagamentos de pensão de alimentos, reintegração de posse de bens... coisas assim?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

7

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

49.	Mora numa habitação, onde pelo menos um membro tem emprego a tempo integral, durante todo o ano?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
-----	--	------------------------------	------------------------------

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

8

Notas (Emprego/Finanças):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

9

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para os Participantes:

Em seguida, faremos algumas perguntas sobre os seus amigos e as pessoas com quem passa o seu tempo.

### Secção 5: Pares Antissociais

**SCORING:** Escalas de Pares Antissociais – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

	<b>Pares Antissociais</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
50.	Algum dos seus amigos mais próximos, fora da prisão, teve problemas com a justiça?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
51.	Algum dos seus amigos próximos, fora da prisão, já teve de cumprir pena de prisão?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
52.	Já cometeu algum crime com um amigo/a?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
53.	Fora da prisão, você passa tempo com pessoas que abusam de álcool ou drogas?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
54.	Se olhar para o seu grupo de amigos, fora da prisão, diria que a maioria deles já teve problemas com a justiça?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

**Score total Pares Antissociais (soma itens 50-54):** \_\_\_\_\_

	<b>Notas de Gestão de Caso</b>		
55.	Antes da sua prisão, teve alguns amigos que o pareciam apoiar?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
56.	Dentro da prisão, associa-se com indivíduos que têm atitudes positivas e que parecem estar a tentar mudar as suas vidas de forma construtiva?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim

**Notas (Pares antissociais):**

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Agora vamos fazer algumas perguntas sobre como você se sente. Vamos falar sobre coisas como raiva, depressão e outros problemas de saúde mental que são comuns a muitos indivíduos.

### Secção 6: Raiva/Hostilidade

**Scoring: Escala de Raiva/Hostilidade** – Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos. Se houver evidência de ofensas violentas no histórico do indivíduo, e este não se relacionar com a raiva, crie uma discrepância. Por exemplo "o que aconteceu consigo quando esse incidente foi cometido?". Evite, no entanto, os interrogatórios.

	Raiva/Hostilidade	Não	Sim
57.*	Descrever-se-ia a si mesmo como alguém com um temperamento forte?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
58.*	Tem dificuldade em controlar o seu temperamento quando fica zangado/a?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
59.	Estava zangado/a, ou chateado/a, quando cometeu o crime atual?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
60.*	Nos últimos 3 anos, já bateu/magoou alguém, incluindo membros da família, quando estava zangado/a (excluir a autodefesa)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
61*.	Esses eventos já resultaram em envolvimento com serviços de proteção da criança e famílias, polícia ou serviços do sistema de justiça?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
62.	Nos últimos 6 meses, já teve algum momento em que acha que ficou muito agressivo/a quando algo o/a deixou zangado/a?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Scoring Escala Raiva/Hostilidade (soma itens 57-62): \_\_\_\_\_

	Notas de Gestão de Caso		
63.*	Já participou em alguma aula, ou programa, para o/a ajudar a lidar com a sua raiva?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim

Notas (Raiva/Hostilidade):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

11

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Secção 7: Saúde Mental

**Scoring:** Escala De Histórico de Doença Mental – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

	Histórico de Doença Mental	Não	Sim
64.*	<u>Alguma vez</u> tentou o suicídio?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
65.*	<u>Alguma vez</u> pediu ajuda a um conselheiro/terapeuta, psicólogo, ou psiquiatra por algum problema? (Não contar com as entrevistas no estabelecimento prisional).	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
66.*	<u>Alguma vez</u> tomou alguma medicação prescrita para o/a ajudar a sentir-se melhor emocionalmente?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
67.*	<u>Alguma vez</u> viu coisas, ou ouviu vozes, que não estavam realmente presentes?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
68.*	<u>Alguma vez</u> foi hospitalizado/a, ou colocado/a, numa unidade de saúde mental por algum desses, ou por outros tipos de problemas de saúde mental?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
69.*	<u>Alguma vez</u> lhe foi diagnosticada uma doença mental?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Score total Histórico de Doença Mental (soma itens 64-69): \_\_\_\_\_

Notas (Histórico de doença mental):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

12

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução aos Participantes:

Ok, vamos agora falar sobre como você se tem sentido nos últimos dias.

**Scoring: Saúde Mental: Escalas Dinâmicas para Sintomas Atuais** – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

	Saúde Mental: Escalas Dinâmicas para Sintomas Atuais	DEPRESSÃO/ ANSIEDADE		PSICOSE	
		Não	Sim	Não	Sim
70.	A sentir problemas de concentração ou em permanecer focado?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
71.	Experienciar mudanças de humor – muitos altos e baixos?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
72.	Sentir falta de apetite?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
73.	A ter muitos pensamentos de que os outros o estão a querer prejudicar?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
74.	Sentir medos sobre o futuro, que são difíceis de enfrentar?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
75.	A ter algum problema em dormir por estar muito preocupado/a com diversas coisas?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
76.	Preocupa-se tanto com as coisas que tem dificuldade em fazer as coisas e continuar a fazê-las?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
77.	A ver coisas ou ouvir vozes que não estão realmente presentes?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Score total Depressão/Ansiedade (soma itens 70-72 e 74-76): \_\_\_\_\_

Score total Psicose (soma itens 73 e 77): \_\_\_\_\_

Notas de Gestão de Caso	
78.	<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;"> <p>Atualmente está a tomar alguma medicação prescrita para ajudar com algum desses problemas?</p> </div> <div style="flex: 2;"> <p><input type="checkbox"/> Não, não há necessidade de tal medicação.</p> <p><input type="checkbox"/> Não, mas estou a precisar de medicação para estes problemas.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, tomo medicação que parece ajudar.</p> <p><input type="checkbox"/> Eu tomo medicação, porém isso não ajuda.</p> <p><input type="checkbox"/> Não tomo medicação para nenhum destes problemas, mesmo que eu pense que os tenha.</p> </div> </div>
79.	<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;"> <p>Está a ter algum pensamento suicida? Se SIM, siga as indicações institucionais.</p> </div> <div style="flex: 1;"> <p><input type="checkbox"/> Não</p> </div> <div style="flex: 1;"> <p><input type="checkbox"/> Sim</p> </div> </div>

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

13

Notas (Sintomas atuais):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Vou-lhe fazer algumas perguntas sobre se você foi fisicamente, ou sexualmente, abusado aquando criança ou adulto. Existem apenas quatro perguntas nesta secção e, se essas perguntas forem muito difíceis de responder, passaremos para a próxima secção. Por favor, entenda que os tipos de experiências que consideramos abusivas incluem bater, estalos, empurrar, pontapear e ameaças de o/a fazer sofrer.

### Secção 8: Abuso/Trauma

**Scoring: Escalas de Abuso/Trauma** – Estas questões devem ser feitas diretamente ao indivíduo.

	Escalas de Abuso/Trauma	Abuso na Infância		Abuso na Idade Adulta	
		Não	Sim	Não	Sim
80.*	Já sofreu abuso físico?				
	Como adulto? <sup>a</sup>			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
	Quando era criança? <sup>b</sup>	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
81.*	Já sofreu abuso sexual?				
	Como adulto? <sup>a</sup>			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
	Quando era criança? <sup>b</sup>	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		

Score total Abuso na Infância (soma itens 80<sup>b</sup> e 81<sup>b</sup>): \_\_\_\_\_

Score total Abuso na Idade Adulta (soma itens 80<sup>a</sup> e 81<sup>a</sup>): \_\_\_\_\_

Score total Abuso físico (soma itens 80<sup>a</sup> e 80<sup>b</sup>): \_\_\_\_\_

Score total Abuso sexual (soma itens 81<sup>a</sup> e 81<sup>b</sup>): \_\_\_\_\_

**Scoring: Escala de Stress Pós-Traumático (PTSD)** – Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos.

Escala de Stress Pós-Traumático		Não	Sim
	Na sua vida, já teve alguma experiência que foi tão assustadora, horrível, ou perturbadora que NO ÚLTIMO MÊS você (verifique qualquer um que se aplique):		
82.	Já teve pesadelos sobre isso OU pensou sobre isso quando não queria.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
83.	Tentou não pensar muito sobre isso OU fugiu de situações que o lembrassem disso.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
84.	Esteve constantemente alerta, vigilante ou facilmente assustado.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
85.	Sentiu-se entorpecido ou afastado dos outros, das atividades ou dos ambientes.	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Score total Stress Pós-traumático (soma itens 82-85): \_\_\_\_\_

Notas de Gestão de Caso		<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
86.	Atualmente, está a ser perseguido/a ou emocionalmente abusado/a (humilhado/a, ameaçado/a, rudemente ridicularizado/a) por alguém próximo a si? Se SIM, seguir indicações institucionais.		

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

15

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

Notas (Abuso/Trauma):

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for handwritten notes. The text 'Notas (Abuso/Trauma):' is positioned at the top left corner of the box.

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

16

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Muitas(os) mulheres/homens têm problemas com drogas e álcool. A próxima secção de perguntas é sobre o consumo de drogas e álcool na sua vida.

### Secção 9: Abuso de Substâncias

**Scoring: Escalas de Abuso de Substâncias** – Antes de completar esta secção, analise os registos oficiais disponíveis. Caso seja apropriado, discuta os encaminhamentos de tratamento anteriores e atuais com o indivíduo (institucional ou comunitário). Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos.

	Escala de Abuso de Substâncias	HISTÓRICO		RECENTE	
		Não	Sim	Não	Sim
87.*	(O entrevistador deve verificar esta questão com base nos registos oficiais.) Já recebeu tratamento relativo ao abuso de substâncias num programa diferente (AA/NA) ou num programa de educação sobre abuso de substâncias?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
88.*	(O entrevistador deve verificar esta questão com base nos registos oficiais.) Tem antecedentes de crimes relacionados com abuso de substâncias?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
89.*	Diria que o seu consumo de drogas ou álcool teve influência no seu último delito?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
90.*	Recentemente (nos últimos 6 meses) teve infrações disciplinares, ou violações de lei, relacionadas com drogas ou álcool?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
91.*	Durante os últimos 6 meses, realizou algum teste de deteção de drogas que foi classificado como positivo ou duvidoso?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
92.	Alguma vez, ter drogas ou álcool dificultou o seu desempenho no trabalho, ou na escola?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
93.	Alguma vez, os seus familiares, ou amigos, já expressaram preocupação com o seu consumo de álcool ou drogas?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
94.	Quando começa a beber, ou consumir drogas ilegais, tem dificuldade em parar?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
95.	Associa-se a pessoas que bebem demasiado ou consomem drogas?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
96.*	Nos últimos 6 meses, faltou a consultas ou deixou de participar em grupos de apoio? (não aplicável = 0)			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
97.	Você já teve problemas de saúde, ou emocionais, resultantes de consumo de álcool ou drogas?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
98.	O seu consumo de drogas, ou álcool, já resultou em conflitos conjugais ou familiares?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
99.	O seu consumo de drogas já resultou em problemas financeiros para si?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
100.	O seu consumo de drogas já envolveu o uso de opiáceos, alucinogénios, ou ecstasy?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
101.	Durante os períodos mais ativos de consumo de drogas e/ou álcool, consumiu diariamente?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
102.	Atualmente, tem alguns sentimentos em que a primeira coisa que precisa é de consumir drogas, ou álcool, logo pela manhã?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Score total Histórico de Abuso de Substâncias (soma itens 87-89, 92-94, & 97-101): \_\_\_\_\_

Score total Abuso de Substâncias Recente (soma itens 90-91, 95-96, & 102): \_\_\_\_\_

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

17

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

Notas (Abuso de substâncias):



Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

18

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Nas próximas secções, iremos fazer algumas perguntas sobre os seus relacionamentos com pessoas importantes, os seus filhos e a sua família imediata. Primeiro, vamos falar sobre os seus relacionamentos com pessoas importantes.

### Secção 10: Relacionamentos

**Scoring: Escala de Estabilidade de Relacionamento** - Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos.

	<b>Escalas de Estabilidade de Relacionamento</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>
103.	Está, atualmente, envolvido/a com alguém significativo? Se sim, há quanto tempo está envolvido/a?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (0)
104.	Há quanto tempo você está envolvido/a com essa pessoa?	<input type="checkbox"/> Sem parceiros(0) <input type="checkbox"/> 0-24 meses (0) <input type="checkbox"/> 25 meses a 10 anos (1) <input type="checkbox"/> 10 anos+ (2)	
105.	Você é casado/a (incluir união de facto)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

**Score total Estabilidade de Relacionamentos (soma itens 103-105):** \_\_\_\_\_

**Notas (Estabilidade de Relacionamentos):**

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Agora iremos falar sobre os seus filhos.

### Secção 11: Envolvimento Parental

**Scoring:** Escala de Envolvimento Parental – Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos.

106.	Tem filhos com 18 anos ou menos? <i><u>Se SIM, por favor completar esta secção.</u></i>	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
------	--	------------------------------	------------------------------

	Envolvimento Parental	Não	Sim
107.	Você espera ter guarda total, ou guarda partilhada, dos seus filhos após a sua libertação?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
108.	Mantém contacto, pelo menos, mensal com qualquer filho por carta, telefone ou visitas?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
109.	Está envolvido/a nas decisões importantes da vida dos seus filhos (e.g. atividades ou assuntos relacionados com a escola, de saúde, atividades extracurriculares)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
110.	Sente-se preparado/a para ser bom pai/mãe?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

Score total Envolvimento Parental (soma itens 107-110): \_\_\_\_\_

	Notas de Gestão de Caso		
111.	Você é pai/mãe solteiro/a?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
112.*	Já foi investigado por abuso/negligência parental (e.g. pela polícia, CPCJ, escola)?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim
113.*	Está a ter alguma dificuldade em obter, ou manter, a guarda dos seus filhos?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim

Notas (Parentalidade):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

20

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

### Introdução para Participantes:

Nesta última secção, vamos falar sobre a sua família. Aqui queremos nos focar nos seus membros de família próximos, biológicos ou adotivos. Caso a família direta do indivíduo estiverem falecidos, marque ZERO para todos os itens.

### Secção 12: FAMÍLIA DE ORIGEM

**Scoring: Escalas de Família de Origem** – Estas questões devem ser feitas diretamente aos indivíduos. Caso "sem contacto com família" for marcado (item 114), marcar "NÃO" para todos itens de SUPORTE FAMILIAR.

	Escala de Família de Origem	SUPORTE FAMILIAR	CONFLITO FAMILIAR
114.	Como é o seu relacionamento com os seus pais (figuras parentais) e/ou irmãos (escolha a opção que melhor se aplica)?		
	<input type="checkbox"/> Bom, apenas pequenos conflitos	<input type="checkbox"/> (1)	<input type="checkbox"/> (0)
	<input type="checkbox"/> Conflituosa em alguns momentos (misto)	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (0)
	<input type="checkbox"/> Conflituosa na maior parte do tempo	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
	<input type="checkbox"/> Sem contacto com família	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)

		SUPORTE FAMILIAR		CONFLITO FAMILIAR	
		Não	Sim	Não	Sim
115.	Mantém contacto, pelo menos, mensal com algum membro da sua família?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
116.	Atualmente, a sua família recusa-se a comunicar consigo por estarem zangados?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
117.	Quando comunica com a sua família, estes costumam criticá-lo/a?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
118.	A sua família incentiva-o/a a participar em programas, aulas ou sessões de tratamento que possam ajudá-lo/a a evitar problemas no futuro (e.g. terminar com o abuso de substâncias, etc.)?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
119.	Algum membro familiar próximo já teve problemas com a lei ou teve problemas com abuso de substâncias, ou de violência doméstica?			<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)
120.	Recebeu visitas da sua família durante este período na prisão?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		
121.	A sua família ofereceu-lhe ajuda para se reestabelecer após ser libertado/a?	<input type="checkbox"/> (0)	<input type="checkbox"/> (1)		

Score total Suporte Familiar (soma itens 114-115, 118, & 120-121): \_\_\_\_\_

Score total Conflito Familiar (soma itens 114, 116-117, & 119): \_\_\_\_\_

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

Notas (Família de Origem):

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

22

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

**WOMEN'S RISK/NEEDS ASSESSMENT**  
**Inquérito Institucional**

Version 6: 2013

Nome:

Data:

O presente questionário debruça-se sobre assuntos que têm um interesse especial, como relacionamentos, autoconfiança, abuso e parentalidade. Estas questões são projetadas para nos ajudar a encontrar um programa apropriado para si, enquanto completa este período de supervisão. Por favor, responda a estas questões o mais honestamente possível.

1. **Escalas de Relacionamentos**<sup>1</sup>: As próximas questões são sobre as suas relações com os seus significativos. Ao responder a estas questões, por favor pense no(s) seu(s) relacionamento(s) íntimo(s) mais recente(s). Isso pode incluir namorados/namoradas, outros relacionamentos significativos, parceiros românticos, cônjuges, etc.

Escala de Relacionamento A	SIM	NÃO
1. Em geral, descreveria esses relacionamentos como de apoio e satisfatórios?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (c)
2. Tem, ou teve, relacionamentos que são dolorosos para si? Ou o seu relacionamento atual é doloroso?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (a)
3. Pessoas importantes, outros significativos, amaram-no/a e apreciaram-no/a por quem você é?	<input type="checkbox"/> Frequentemente (a) <input type="checkbox"/> As vezes (b) <input type="checkbox"/> Raramente/Nunca (c)	

Escala de Relacionamentos B	FREQUENTEMENTE	AS VEZES	RARAMENTE/NUNCA
1. Tem mais hipóteses de ter problemas com a justiça quando está num relacionamento, do que quando não está?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
2. Tende a ficar tão focado no seu parceiro/a que negligencia outras relações e responsabilidades?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
3. Algum parceiro/a(s) conseguiu convence-lo/a a envolver-se num comportamento criminal?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
4. Sente-se bem acerca de si próprio/a quando não está num relacionamento? Ou se estivesse num relacionamento: sentir-se-ia bem consigo, mesmo que não estivesse num relacionamento?	<input type="checkbox"/> Sim (c) <input type="checkbox"/> Não (b)		

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

**2. Escala de Autoeficácia Sherer<sup>2</sup>:** Por favor, seleccione a resposta que melhor o descreve.

	FREQUEN TAMENTE	AS VEZES	RARAMENTE /NUNCA
1. Quando faz planos, tem a certeza de que conseguirá realizá-los?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
2. Tem problemas em começar a trabalhar quando deveria?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
3. Você é muito persistente --- por exemplo, senão consegue fazer um trabalho/tarefa na primeira tentativa, continua a tentar até conseguir?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
4. Quando estabelece objetivos importantes pra si mesmo, tem dificuldade em alcançá-los?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
5. Desiste das coisas antes de as completar?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
6. Evita enfrentar dificuldades?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
7. Quando algo parece complicado, evita tentar fazê-lo?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
8. Quando tem algo desagradável para fazer, insiste até terminar?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
9. Quando decide fazer alguma coisa, começa imediatamente a fazê-lo?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
10. Quando tenta aprender algo novo, tende a desistir se não é inicialmente bem-sucedido?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
11. Quando ocorrem problemas inesperados, lida bem com isso?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
12. Evita tentar aprender coisas novas quando elas parecem ser muito difíceis?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
13. O fracasso só o/a faz esforçar-se mais?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
14. Sente-se inseguro/a sobre sua capacidade de realizar as coisas?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
15. Pode depender de si mesmo/a?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)
16. Desiste facilmente?	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
17. Sente-se capaz de lidar com a maioria dos problemas que surgem na vida?	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

## Especificidades das Necessidades Criminógenas no Género

**3. Escala Parental<sup>3</sup>:** Nesta última secção, vamos fazer-lhe perguntas sobre a sua vida com os seus filhos. Por favor, não complete esta secção se não tiver filhos com menos de 18 anos de idade.

\_\_\_\_\_ Não tenho filhos menores de 18 anos. (Não preencha esta secção.)

\_\_\_\_\_ Nunca tive um período de contacto contínuo com os meus filhos. (Não completar esta secção.)

Por favor, diga-nos se concorda, ou não, com as seguintes afirmações. Por favor, verifique a resposta que melhor o descreve.

	CONCORDO MUITO	CONCORDO	DISCORDO	DISCORDO MUITO
1. Tenho muitas pessoas em quem me posso apoiar, que me ajudariam nos tempos difíceis.	<input type="checkbox"/> (d)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
2. Acredito que sou admirado/a e querido/a pelas pessoas na minha vida. Eles pensam que sou digno/a e importante.	<input type="checkbox"/> (d)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
3. As pessoas da minha vida confiam em mim e esperam que eu faça a coisa certa e tome boas decisões.	<input type="checkbox"/> (d)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (a)
4. Nunca ninguém me ouviu de verdade.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
5. Criar filhos é um trabalho desgastante.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
6. A minha vida parece ter sido uma crise após a outra.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
7. Há momentos em que me sinto impotente e incapaz de fazer as coisas que deveria.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
8. Às vezes, sinto vontade de fugir.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
9. Na maioria das vezes, não recebo apoio do pai/mãe dos meus filhos (ou padrasto/madrasta/companheiro(a)).	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
10. Criar filhos é mais difícil que eu esperava.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
11. Tenho dificuldade em impedir os meus filhos de se comportarem mal.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)
12. Os meus filhos são muito difíceis de controlar.	<input type="checkbox"/> (a)	<input type="checkbox"/> (b)	<input type="checkbox"/> (c)	<input type="checkbox"/> (d)

Copyright, University of Cincinnati, 2013: All rights reserved.

Versão portuguesa de Marques, I., Quintas, J., Prado, M. & Guerreiro, A.

25

**Anexo 4** - Tipo de Doenças Mentais

<b>Doença Mental</b>	<b>Género Feminino</b>		<b>Género Masculino</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Depressão	34	41.0	17	25.0
Agorafobia	1	1.2	-	-
Bipolaridade	1	1.2	-	-
Afetiva-Nervosa				
Psicose	1	1.2	-	-
Maníaco-Dep.				
Esquizofrenia	-	-	1	1.5
Síndrome de Dependência	-	-	1	1.5
Ansiedade	1	1.2	1	1.5

**Anexo 5** – Níveis de Risco e Necessidade do Género Feminino e Masculino

<b>Nível de Risco e Necessidade</b>	<b>Género Feminino</b>		<b>Género Masculino</b>		<b><math>\chi^2</math></b>	<b>p</b>
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>		
Baixo	36	43.4	20	29.4		
Moderado	33	39.8	33	48.5		
Médio	14	16.9	12	17.6	6.297	.098
Alto	-	-	3	4.4		